

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RONILSON FARIAS MAJJIONE BALBUENA

**ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL
D'OESTE-MT: Território de Luta e Resistência**



CÁCERES – MT

2020

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RONILSON FARIAS MAJJIONE BALBUENA

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL
D'OESTE-MT: Território de Luta e Resistência

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Dinâmica Espacial, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Paula da Silva

CÁCERES – MT

2020

FICHA CATALOGRÁFICA (NO VERSO DA FOLHA DE ROSTO)

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

BALBUENA, Ronilson Farias Majjione.
B172a Assentamento Roseli Nunes em Mirassol do Oeste-MT:
Território de Luta e Resistência / Ronilson Farias Majjione
Balbuena - Cáceres, 2020.
180 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2020.
Orientador: Tânia Paula da Silva

1. Trabalho. 2. Produção. 3. Renda. 4. Campesinato. 5.
Resistência. I. Ronilson Farias Majjione Balbuena.
II. Assentamento Roseli Nunes em Mirassol do Oeste-MT:
Território de Luta e Resistência: .

CDU 316.4

FOLHA DE APROVAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES – JANE VANINI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos três dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se, via webconferência, a Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente **Ronilson Farias Majjione Balbuena**, intitulada: **ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL DO OESTE-MT: Território de Luta e Resistência**. A Banca Examinadora foi constituída pela Prof^ª. Dr^ª. Tânia Paula da Silva (Orientadora), pelo Prof. Dr. Edevaldo Aparecido de Souza (Avaliador Interno), pelo Prof. Dr. Sandro dos Santos Correia (Avaliador Externo) e pela Prof^ª. Dr^ª. Vivian Lara Cáceres Dan (Avaliadora Externa). Após apresentação do mestrando e arguição dos membros da Banca o trabalho foi considerado Aprovado na fase de defesa, devendo o mestrando proceder às adequações recomendadas pela Banca. Ao final foi lavrada a presente Ata, que segue assinada apenas por mim, Prof^ª. Dr^ª. Tânia Paula da Silva (Orientadora).

Observações da Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Paula da Silva
Orientadora

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGGEO)
Av. Santos Dumont, s/n, CEP: 78.200-000 Cáceres -
MT.
E-mail: ppggeo@unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso

DEDICATÓRIA

Ao meu pequeno Heitor, por demonstrar tamanha força em meio ao caos, por me fazer valorizar a vida e a ter fé no impossível.

À minha companheira Leticia Bazzi, que, mesmo na adversidade, esteve sempre presente, e assim construímos nossa vivência.

Aos meus pais Rosilma e Wilson, pelo apoio e zelo na construção da minha trajetória como estudante.

Aos camponeses, pela resistência e enfrentamento ao grande capital.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador divino, pela minha vida e por me consentir o livre-arbítrio, para que sempre possa errar, aprender, persistir e crescer.

À Professora Doutora Tânia Paula da Silva, pela orientação, pela competência, pelo profissionalismo e por sua dedicação. Agradeço imensamente a oportunidade de ter trabalhado com ela, de poder me apropriar um pouco do conhecimento partilhado, e também pela constante manifestação de apoio e preocupação com as coisas cotidianas.

Aos membros da Banca Examinadora, professor Doutor Edevaldo Aparecido Souza; professor Doutor Sandro dos Santos Correia e a professora Doutora Vivian Lara Cáceres Dan, por aceitarem de prontidão a participarem e colaborarem com o desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por demonstrarem tamanho conhecimento, dedicação e reflexão sobre o nosso meio social objetiva e subjetivamente.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por oportunizar a continuidade de uma trajetória de estudo, pautada, sobretudo, na valorização do homem e da terra como pressuposto desta pesquisa.

Aos ex-colegas de trabalho, ex-alunos, funcionários da Escola Estadual Madre Cristina, aos sujeitos desta pesquisa, aos coordenadores do Assentamento, que não somente permitiram a realização desta pesquisa, mas também me oportunizaram uma experiência de 4 (quatro) curtos anos em que pude me enriquecer da fonte de sabedoria e da construção do sujeito eu, permitindo que me descobrisse como um sem-terra de coração e de luta.

Aos colegas de mestrado, em especial a Alessandro e Poliana, que propiciaram uma riquíssima troca de experiências e conhecimento que culminou com a redação de um texto de qualidade para qualificação e defesa de dissertação, dando respaldo aos objetos pesquisados.

À minha família, tios (as), irmãos, primos (as), cunhadas (os) e aos meus sogros Adão e Elizabeth, que, de maneira direta e indireta, participaram intensamente deste processo de construção da minha vida acadêmica e proporcionaram-me trilhar os caminhos que sigo nos dias de hoje.

À minha querida mãe Rosilma, por sempre demonstrar seu carinho e apoio nos momentos difíceis. Ao meu pai Wilson, por estar sempre disposto a ajudar em tudo que foi preciso.

Aos meus queridos amigos do 'condomínio', Renata, Withen, Edimar, Aline, Eliane, Ronaldo (in memoriam), Keller, Marta, Cleide, pelo incentivo durante a estada na escola e pelo acolhimento constante.

À querida Cristiane, pelo incentivo e apoio durante o ingresso no Mestrado, por me proporcionar o grande conhecimento e me permitir que trabalhássemos juntos.

Aos amigos do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), em especial às estimadas Danielle, Cristiane, Cristina e Adriana, por me transmitirem forças, quando precisava; e puxões de orelha, quando necessário.

Ao querido ex-aluno e agora amigo Fabrício, por demonstrar tamanha presteza durante o percurso do campo, por me prestigiar e dar a honra de ter sua obra enquanto grande artista na capa desta dissertação.

À minha eterna namorada Leticia Bazzi, pela paciência, pelo carinho, pela dedicação e por nossa vivência nos dias 'nublados' e 'ensolarados'. Obrigado por permanecer sempre ao meu lado, mesmo nos momentos em que precisei me ausentar espiritualmente, pelo cuidado comigo e com nosso neném, sou grato a tudo que fez e faz por nós. Amo-te.

Ao meu milagre Heitor, por me ensinar que a vida é um sopro de luz, por me ensinar diversas vezes que nossa determinação vale muito mais que qualquer diagnóstico, por me ensinar o valor de cada segundo de vida, por me propiciar o sorriso mais lindo das 'galáxias'. A sua existência é o reflexo mais perfeito da nossa fé, do Criador. Amo-te.

Enfim, agradeço a todos (as) que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para a realização desta dissertação, carinhosamente, os meus mais sinceros agradecimentos.

E fez o criador a Natureza, fez os campos e florestas, fez os bichos, fez o mar, fez por fim, então, a rebeldia que nos dá a garantia que nos leva a lutar [...].

(Pedro Munhoz – Canção da Terra)

SOBRE O AUTOR

O autor, Ronilson Farias Majjione Balbuena, é natural da cidade de Cáceres, nascido aos 7 dias de dezembro de 1989, tendo sua filiação à Wilson Majjione Balbuena e Rosilma Rodrigues de Farias. Pai do pequeno milagre Heitor Bazzi Majjione e esposo de Leticia Bazzi do Nascimento Balbuena.

Na formação escolar, estudou o ensino básico nas escolas estaduais Esperidião Marques (Ensino Fundamental) e Onze de Março (Ensino Médio). Ingressou na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) nos anos de 2008, no curso de Licenciatura Plena em História, graduando-se nos anos de 2012, defendendo na monografia a temática de história e gênero, com relevância na cidade de Cáceres.

Em 2013, recém-formado, como ao acaso da vida, iniciou na atividade de docência na Escola Estadual Madre Cristina, localizada no Assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol D'Oeste. Esse foi o primeiro contato com a educação e com sala de aula, de fato, não contabilizando a carga horária de estágio realizada durante o Estágio Supervisionado na graduação.

Com o pensamento ainda vislumbrando o mundo urbano, tudo que era relacionado ao meio rural era novidade. Assim também como os devidos conhecimentos que não tinha em relação a movimentos sociais, aos conflitos agrários, ao uso de agrotóxicos, à mineração, eram temas recorrentes, porém, eu ainda os enxergava com os 'olhos de fora'.

Durante a minha estada como professor de uma escola do/no campo, aprendi, ou pelo menos tentei compreender, a vivência do homem camponês, tive muita troca de experiências, políciei-me para não cometer o preconceito, abrindo-me para as novas possibilidades de enxergar a realidade e vivência deste território e de suas identidades.

Tive a oportunidade de continuar na caminhada dos estudos, assim, em nome de uma qualificação de professor do campo, parceria entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ingressei com outros colegas, que também trabalhavam na Escola Madre Cristina, bem como em outras escolas de assentamentos, no curso de Especialização em Organização

Socioeconômica e Política de Desenvolvimento Territorial nos Assentamentos de Reforma Agrária, popularmente conhecido como Residência Agrária.

Assim, por meio desta especialização, adquiri conhecimento ao longo dos 24 (vinte e quatro) meses, com uma enorme esperança de estudar no centro de Formação Olga Benário, em Cuiabá/MT, e vivenciar a questão da organicidade. Além disso, o privilégio das visitas *in loco* em outros assentamentos, o que foi crucial para compreender o processo de consolidação de assentamentos e a importância de se fazer e de ter políticas públicas para o camponês.

Minha estada durou aproximadamente 4 (quatro) anos na Escola Madre Cristina, entre desafios e resistência, aprendi a dar valor aos obstáculos que a vida apresenta, e a valorizar cada minuto que temos para lutar e fazer a resistência necessária. No ano de 2017, especificamente no mês de abril, fui convocado para o concurso de Técnico-administrativo, do Instituto Federal de Mato Grosso, que havia prestado no ano anterior. Assim, ao mesmo tempo em que me senti eufórico, também senti uma imensa tristeza, pois minha relação direta com os educandos e com a escola estava se encerrando.

Em maio de 2017, assumi a vaga no concurso como Técnico no IFMT, Campus Pontes e Lacerda, no entanto, certifiquei-me de que as portas continuariam abertas na escola onde comecei e aprendi o significado de educação popular, mantendo relações diretas e indiretas, pois, nesse meio tempo, continuei a orientar alguns educandos que haviam me escolhido como orientador para término do curso de ensino médio integrado.

Quase findando o ano de 2017, decidi dar continuidade aos estudos, que havia iniciado durante o curso de especialização, no qual trabalhei a temática da agricultura camponesa, especificamente com políticas públicas no que tange à questão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizei minha inscrição na seleção de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e tive a grata surpresa de ser aprovado.

Durante o período do mestrado, vários contratemplos ocorreram, a notícia da gravidez de minha esposa, fato que era um tanto esperado, mas que tornou-se uma gravidez de risco, isso fez com que passássemos 4 (quatro) meses e meio na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital em acompanhamento do nosso recém-nascido, visto que apresentou uma má-formação no músculo do diafragma.

Mesmo diante desse cenário, como um guerreiro, ele se restabeleceu e hoje está mais peralta que imaginado.

Então, foram alguns meses de imprevistos, de atrasos, de perdas de aulas, mas nada que não pudesse ser compensado e aguardado, até que o momento de angústia pudesse dar lugar ao de esperança.

Enfim, posso afirmar que minha trajetória não foi nada fácil, mas também não posso me queixar e dizer que foi difícil, pois a vida é isso mesmo, apanhamos bastante para aprender a valorizar tudo que passamos e, assim, adquirirmos o devidos ensinamentos.

Por fim, a experiência enriquecedora que tive durante todos esses anos pós-graduação na graduação, permitiu-me estar relativamente no final da qualificação e, logo, de defesa desta pesquisa, que espero que seja como tudo que me aconteceu nesta vida, momentos de aprendizagem e de reflexão sobre a importância da temática que levo para apreciação e avaliação da banca examinadora.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CPP** – Comissão de Planejamento da Produção
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- DTC** – Departamento de Terras e Colonização
- EMIEP** – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- ENERA** – Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
- FAO** – Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FASE** – Federação de Assistência Social e Educação
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto de Nacionalização de Colonização e Reforma Agrária
- LEDOC** – Licenciatura em Educação do Campo
- MAPA** – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PPPEMC** – Projeto Político Pedagógico da Escola Madre Cristina
- PROEJA** – Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
- PROJOVEM** – Programa Nacional de Inclusão de Jovem
- PRONAF** – Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONACAMPO** – Programa Nacional de Educação no Campo
- PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- SEAF** – Secretaria Estadual de Agricultura Familiar
- SEDUC** – Secretaria de Estado de Educação
- UNEMAT** – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição populacional no Brasil e em Mato Grosso	66
Tabela 2- Área territorial e estabelecimentos agropecuários	67
Tabela 3- Estrutura fundiária de Mato Grosso.....	69
Tabela 4 - Produção agropecuária em Mato Grosso por classes de áreas.....	70
Tabela 5 - Produção da agricultura camponesa em Mato Grosso	70
Tabela 6- Módulos Fiscais.....	72
Tabela 7 - Geração de empregos, produção alimentar, utilização das terras e créditos agrícolas do Agronegócio	73
Tabela 8 - Agricultura camponesa e produção de alimentos.....	74
Tabela 9 - Participação da agricultura camponesa na economia brasileira.....	79
Tabela 10 - Orçamento das políticas públicas sociais no campo entre 2015 e 2018	97
Tabela 11 - Orçamento para o agronegócio safra 2017/2018 e 2018/2019	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Assentamentos Rurais de Mirassol D'Oeste/MT	87
Quadro 2- Produção alimentar das famílias entrevistadas do Assentamento Roseli Nunes.....	138
Quadro 3- Formas de manejo agropecuário	145
Quadro 4- Levantamento de renda familiar dos assentados entrevistados.....	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização da Pesquisa: Estado de Mato Grosso, Município de Mirassol D'Oeste e Assentamento Roseli Nunes	19
Figura 2- Mapa de Localização do município de Mirassol D'Oeste/MT	82
Figura 3 - Mapa do Assentamento Roseli Nunes: Localização	113
Figura 4 - Entrada do Assentamento Roseli Nunes	114
Figura 5 - Horta Mandala e produção de tomate-cereja agroecológico do Camponês1	141

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as dinâmicas espaciais, econômicas, sociais e territoriais do Assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol D'Oeste/MT, levando-se em consideração as relações existentes de territorialidades, de trabalho, de produção, de renda e de conflitos no campo. Discute-se o espaço e o território com uma abordagem temporal relacionada à questão histórica e construtiva do campesinato, com as políticas públicas para o acesso e para a permanência na terra. Nesta perspectiva, observaram-se as relações estabelecidas dentro do território do campesinato, frente ao avanço da produção capitalista, mantendo as prerrogativas de produção campestre alinhada à produção agroecológica, ou sumariamente em outras atividades que serviram como ponto de equilíbrio para o sustento da família. Quanto à metodologia aplicada no decorrer da pesquisa, principiou-se do estudo das teorias da questão agrária e das categorias geográficas, a saber, espaço, território, trabalho e renda, em autores referendados nas temáticas abordadas. Em relação aos dados secundários, foram realizados levantamentos em Órgãos Governamentais e visita *in loco* ao objeto de pesquisa, com metodologia de observação e interpretação do espaço/território. Tal feito baseou-se na premissa de questões políticas, econômicas, sociais e territoriais presentes na localidade, por meio de questionário semiestruturado, com a participação de treze camponeses, sendo a pesquisa quantitativa e qualitativa. Frisando-se, ainda, que entender o processo de relação do trabalho, de produção e renda, permite pensar na construção da Geografia em um processo amplo, no qual o homem está inserido como objeto de transformação da “natureza natural” para a “natureza socializada”. Assim, compreender a organização do Assentamento Roseli Nunes, bem como as perspectivas quanto ao seu território, perpassa, sobretudo, os enfrentamentos ao grande capital, a importância das políticas públicas que legitimam a agricultura campestre, a luta e a resistência, fatores que permitem a valorização da empiricidade e de identidade com a terra, com a vida e com a natureza.

Palavras-chave: Trabalho; Produção; Renda; Campesinato; Resistência.

ABSTRACT

This research aims at analysing the spatial, economic, social and territorial dynamics of the settlement Roseli Nunes, of Mirassol D'Oeste, Mato Grosso, considering aspects such as territoriality, work, production, income and conflicts in the field. Space and territory are discussed with a temporal approach, that is, regarding the history and construction of the peasantry, alongside the public policies for the access and continuity in the land. In this sense, relations established inside the territory of peasantry were observed, taking into consideration capitalist production, maintaining the prerogatives of peasantry production alligned with the agroecological production, or in other activities that served as an anchor to the sustenance of the family. Concerning the methodology applied throughout the research, agrarian theories and geographical categories, such as space, territory, work and income, were used in the subjects addressed endorsed by certain authors. Regarding the secondary data, they were collected in government agencies and by personally visiting the object of research, using as methodology observation and interpretation of the space/territory. The latter was made based on matters of political, economic, social and territorial order present in the locality, through the usage of a semi-structured questionnaire, with the participation of thirteen peasants, the research being quantitative and qualitative. It must be also highlighted that, by understanding the processes of work relationships, production and income, it allows to think about the construction of Geography in a broad process, in which men are inserted as an object of transformation of the "natural nature" into the "socialized nature". Thus, to comprehend the organization of the settlement Roseli Nunes, as well as perspectives regarding its territory, take into account, above all, confrontations on capitalism; the importance of public policies that legitimize the peasantry agriculture, and the struggle and resistance, which are factors that allow valorizing the empiricity and identity with the land, the life and the nature.

Keywords: Work; Production; Income; Peasantry; Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Caminhos da Pesquisa: trajetória teórico-metodológica	23
CAPÍTULO I – ESPAÇO, TERRITÓRIO E PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO CAMPESINATO	28
1.1 O Espaço como Totalidade da Análise Geográfica e território como captura do espaço	38
1.2 O Campesinato como expressão do Território.....	43
1.3 Contextos Socioespacial do Campo Brasileiro e Mato-Grossense: reflexões sobre a produção agrícola.....	49
1.3.1 Produção Agrícola Capitalista.....	53
1.3.2 Produção Agrícola Campesina.....	57
CAPÍTULO II – AS CONTRADIÇÕES DAS QUESTÕES AGRÁRIAS DO CAMPO MATO-GROSSENSE	66
2.1 O Campo Mato-Grossense e as disputas territoriais.....	75
2.2 Mirassol D'Oeste/MT: contexto histórico e socioterritorial.....	81
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONFRONTO ENTRE O AGRONEGÓCIO E A LUTA PARA MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA CAMPESINA NA TERRA	89
3.1 Principais Políticas Públicas Como Conquistas para o Desenvolvimento da Agricultura Campesina.....	98
CAPÍTULO IV – O ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL D'OESTE/MT: TERRITÓRIO CAMPONÊS	111
4.1 Características históricas e socioestruturais do Assentamento Roseli Nunes	112
4.2 Terra para Trabalho, Produção Alimentar e Renda como Sustentação da Vida.....	125
4.2.1 Terra para Trabalho	126
4.2.2 Terra para produção alimentar.....	135
4.2.3 Terra para geração de renda e vida	148
4.3 A experiência dos assentados do Roseli Nunes com os conflitos agrários.....	155
4.4 Luta e Resistência Camponesa no Território do Assentamento	162

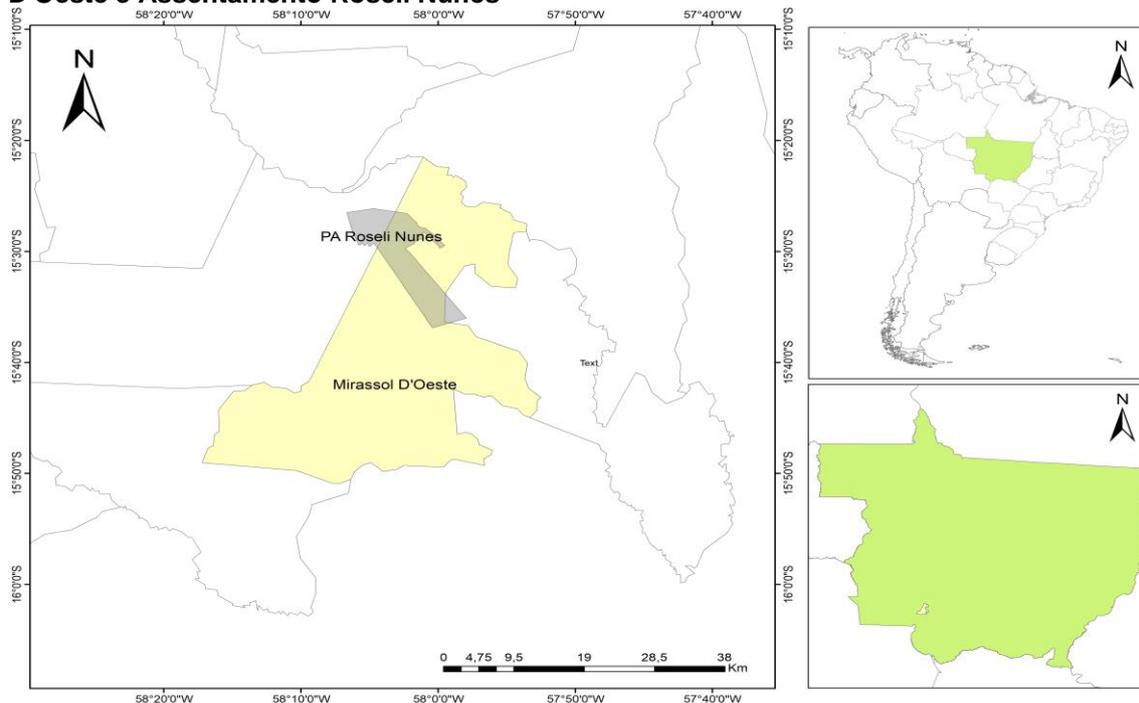
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS.....	176

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mato Grosso se desponta como o 3º maior estado do Brasil, com um território de 903.206,997 km² (BRASIL, 2010). Sua localização está na Região Centro-Oeste do Brasil, com 141 (cento e quarenta e um) municípios e 12 (doze) regiões de planejamento. Limitando-se com 6 (seis) estados: Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pará e Amazônia, e 1 (um) país, Bolívia, conforme demonstrado na Figura 1. Por ter um clima favorável e por propiciar uma terra fértil e produtiva, grande parte deste território está destinado ao cultivo da agricultura capitalista e campesina.

Dentro do Estado e como proposta de pesquisa, abrange-se o Assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol D'Oeste, enquanto território de resistência camponesa. Desse modo, propõe-se analisar o trabalho, a produção, a renda, os conflitos agrários e a resistência camponesa por meio das lutas e embates contra o poderio do capital transvestido de agronegócio. A figura 1 permite observar o Estado de Mato Grosso e o *lócus de pesquisa*, o Assentamento Roseli Nunes.

Figura 1- Mapa de Localização da Pesquisa: Estado de Mato Grosso, Município de Mirassol D'Oeste e Assentamento Roseli Nunes



Fonte: BALBUENA, 2020.

Quando refletimos sobre a territorialização do Estado de Mato Grosso em relação à sua conjuntura agrária, é possível levantar questionamento acerca do modo de vida e produção existente no campo, verificando-se, potencialmente, o crescimento de áreas destinadas à produção do agronegócio em decorrência da produção da agricultura campestre.

De uma maneira geral, nesta concepção da dualidade agronegócio versus agricultura campestre, há apontamentos de que a segunda desbanca o mito da primeira, no caso, de ser a maior produtora de alimentos do país. Tal concepção dos modelos de produção teve início a partir do ápice da questão agrária no país, ou seja, a partir da concessão de terras por parte dos governos, seja em âmbito federal, estadual e municipal.

Nesse cenário, no que se permite pensar sobre o preceito de territorialização, podemos detectar o princípio de concentração por parte da colonização por empresas e também por parte dos grandes latifundiários, principalmente durante a Marcha para Oeste, com a intensa povoação e migração.

Essa intenção foi consolidada com a concessão principalmente de terras devolutas, tratando-se especificamente aqui do Estado de Mato Grosso, dando início à concentração fundiária e literalmente propagando o modo de produção capitalista, materializado na monocultura, trazendo consigo a Revolução Verde¹. Ainda, necessariamente, o avanço das técnicas produtivas no campo, tal como a modernização através dos insumos artificiais, sementes modificadas, inserção de tratores modernos e demais fatores. Entretanto, em contraponto a tudo isso, perdeu-se a qualidade alimentar e obteve-se um aumento da precarização do trabalho.

A concentração de terras gerou, grosso modo, um celeiro produtivo de monoculturas não somente no Estado de Mato Grosso, mas em boa parte do país. Também, possibilitou, em meio às suas contradições, o surgimento e revigoramento de movimentos sociais que passaram a lutar pela terra, por Reforma Agrária, por dignidade do homem no campo, por políticas públicas que atendessem de fato as demandas do camponês e, ainda, por uma produção que fosse alternativa à consolidada pelo agronegócio.

¹ ¹ ANDRADES e GANIMI (2007) evidenciam que o conceito de Revolução Verde implica não somente um avanço técnico para aumentar a produtividade no campo, vai mais além, tendo todo um processo estrutural e histórico, o cenário da Guerra Fria, com o discurso do saciamento da fome, e resulta mais uma manobra do capital para sua reprodução.

A luta dos Movimentos Sociais não só exerceu pressão ao modelo de concentração de terras, mas, sobretudo, consolidou Projetos de Assentamentos. A consolidação desses projetos buscou o fortalecimento do homem do campo e da agricultura camponesa. Assim, isso ocorreu em consonância com as políticas de povoamento estabelecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fazendo um contrabalanço à hegemonia do capitalismo, bem como à sua necessidade de concentrar terras e de produzir monoculturas.

É importante compreender que, no conceito de território, enquanto o agronegócio se territorializa de uma maneira totalmente desprovida de cultura, de personalidade, de identidade, o camponato faz do território sua identidade, seu modo de vida, seus costumes, suas práticas, e é nesse processo que a desterritorialização e a reterritorialização alteram drasticamente o cenário do campo brasileiro e mato-grossense (JESUS *et al*, 2013).

Faz-se também como parte intrínseca deste processo da heterogeneização do campo, o acesso às políticas públicas, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o fortalecimento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), bem como o melhoramento de fatores ligados à sinergia, questão de estruturação dos assentamentos (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014).

No viés de compreensão de que o Assentamento Roseli Nunes reflete um território de resistência, destacam-se sujeitos que participaram de maneira direta da proposta de elaboração da pesquisa *in loco* deste estudo. Desse modo, proporcionou um aporte riquíssimo, baseado na empiricidade presente na história de cada um para a construção deste território de resistência camponesa.

Assim, esta pesquisa, de cunho investigativo, pretende ligar de forma intrínseca o potencial de desenvolvimento da agricultura camponesa e suas condições de trabalho com políticas públicas condizentes com sua permanência, sua dinâmica espacial em consonância com a disputa territorial com a agricultura capitalista.

Importante destacar as políticas públicas que legitimam a agricultura camponesa e acabam se tornando um meio de sustentabilidade do assentamento, seja por creditar a produção camponesa ou por participar do desenvolvimento pleno disso. Dessa forma, propiciando condições necessárias para frear a expulsão dos

camponeses de suas terras, principalmente em relação aos jovens moradores desta localidade, pela monopolização e capitalização do campo.

Diante desse cenário, faz-se necessário apresentar algumas indagações de extrema relevância para a compreensão do problema e da complexidade da pesquisa: De que forma a presença da agricultura capitalista passa a ser uma ameaça real para a agricultura camponesa? Como a agricultura camponesa vem se projetando para a promoção da soberania alimentar e renda familiar no campo? Como estabelecer uma relação de produção voltada para a questão agroecológica, livre de agrotóxicos, com o assentamento rodeado de latifúndios com uso em larga escala de insumos agrícolas? De que forma as políticas públicas podem intervir para a manutenção da vida social e econômica do assentamento consolidando o método camponês de produção e modo de vida das famílias assentadas? Qual o papel social e econômico do assentamento Roseli Nunes para o município em que está localizado?

Para a compreensão dos problemas, temos como base e hipótese alguns fatores preponderantes para entender a tessitura. Em primeiro lugar, tem-se estabelecimento de políticas públicas para o camponês que prevaleçam à questão da organicidade do modo de produção e modo de vida do campesinato. Em segundo, a proposição de elementos que possibilitem demonstrar o assentamento como uma força produtiva, sendo que, a partir dela, se consiga gerar renda, produção e trabalho para os assentados. E, em terceiro, possibilidades de estudo de caso do assentamento pelos assentados, visualizando os efeitos do capitalismo frente ao desenvolvimento da comunidade.

Por meio do estudo, espera-se uma contribuição para eventuais discussões acerca da importância de políticas públicas de permanência da agricultura camponesa, bem como da complexa relação dos conflitos entre a agricultura capitalista e a camponesa, de modo que possamos entender a função social de um território enquanto uma conquista espacial.

Desta forma, como proposição de objetivo que abranja de maneira geral o objeto de pesquisa, tem-se a análise das dinâmicas espaciais, territoriais, econômicas e sociais presentes no Roseli Nunes, levando-se em consideração todo um processo de relações de conflito, territorialidade, de produção e de renda.

Para se chegar a uma conjuntura possível, na intenção de compreender o que

foi estabelecido em linhas gerais, definiu como especificidades: a identificação do campesinato como força motriz da construção do território; as dinâmicas socioespaciais em relação à produtividade, territorialidade e conflito; e as políticas públicas destinadas ao campesinato, assim, estabelecendo um contrabalanço ao que se pratica no agronegócio.

Enfim, pretende-se dar visibilidade à agricultura campesina, fazer resistência sobre a agricultura capitalista, criar mecanismos e estratégias que guiem o Assentamento para a efetiva produção. Desse modo, dar possibilidade às famílias que carecem da terra, do chão para manutenção de sua base familiar, visto que o território não responderá por si só sem o intermédio da ação da natureza social realizada pelo homem.

Caminhos da Pesquisa: trajetória teórico-metodológica

Esta dissertação tem como embasamento o materialismo histórico e dialético, dando ênfase, sobretudo, aos fatores sociais que estão intrinsecamente vinculados aos princípios que pairam sobre a concepção da territorialidade no campo brasileiro, levantando questões pertinentes aos aspectos de primazia desta pesquisa.

Para realização desta pesquisa, selecionamos três procedimentos metodológicos que forneceram boa compreensão do objeto estudado. O primeiro foi pautado na elaboração de levantamento e análises bibliográficas em livros, artigos científicos e de jornais sobre o tema de pesquisa. O segundo foi a coleta de dados secundários em órgãos oficiais sobre o campo mato-grossense, Assentamento Roseli Nunes e as políticas públicas para o campo.

Tais dados que possibilitaram construir uma compreensão abrangente sobre como foram executadas as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro e mato-grossense. A posteriori, deu-se relevância para a pesquisa *in loco*, para interpretação dos fatos e da empiricidade presente nos campesinos entrevistados, pautando-se em uma análise da dinâmica espacial, territorial, social e econômica.

Ressalta-se que, na coleta de dados na pesquisa de campo, foram utilizados como práxis roteiro de entrevistas semiestruturadas com camponeses assentados e observação participante, com o intuito de entender a complexidade da temática,

levando-se em consideração dados que pudessem subsidiar e dar os devidos respaldos para o que foi proposto neste trabalho.

Dessa forma, para a compreensão da importância do campesinato para a produção do território, levou-se em conta as entrevistas semiestruturadas, bem como outras conversas não estruturadas, visualizando a pertença dos assentados para uma análise de elementos mais subjetivos.

A metodologia enfatizou a análise dos dados obtidos na pesquisa *in loco*; a revisão bibliográfica com referência ao tema durante todo o processo; o mapeamento da dinâmica espacial do assentamento interligado às atividades econômicas e, ainda, os atores e fatores responsáveis pela prática e manutenção da economia campesina. Sendo assim, propôs a identificação de quais são os principais empecilhos e barreiras encontradas para a manutenção do assentamento em si, como também da agricultura campesina, das políticas públicas e dos próprios assentados. Quanto aos dados quantitativos, a utilização de tabelas e quadros contribuiu para análise das informações.

É importante salientar que houve a opção de não identificar os entrevistados, neste caso, os participantes da pesquisa, dando preferência ao anonimato por questões puramente éticas. Assim, para a identificação dos sujeitos da pesquisa, foram utilizadas as nomenclaturas de Camponês1, Camponesa1, Camponês2, Camponesa2, Camponês3, Camponesa3, Camponês4, Camponesa4, Camponês5, Camponesa5, Camponês6, Camponês7 e Camponês8. O resultado desta pesquisa foi organizado de maneira quantitativa e qualitativa, em razão de se ter utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, aproveitando-se desta para uma análise mais aprofundada das realidades encontradas nos sujeitos da pesquisa.

A escolha dos camponeses que contribuíram com a pesquisa foi motivada pelo atendimento às localidades do Assentamento, observando a correlação destes com a terra, com a produção, com o trabalho e renda. Importante esclarecer que no Assentamento Roseli Nunes convivem 331 famílias, totalizando 1200 pessoas, sendo estabelecida uma divisão em 27 núcleos.

Destas 1200 pessoas, 13 delas participaram da entrevista semiestruturada. A escolha destas pessoas deu-se em partes, por terem uma trajetória de luta e resistência, e também por terem uma grande representatividade para o coletivo.

Mensurou-se também a escolha de pessoas que vinham de outra realidade e que não participaram do processo de acampamento, uma forma de contraste.

Em sua maioria, os entrevistados escolhidos figuram como pessoas-chave dentro da comunidade. São sujeitos comprometidos com o processo de mobilização e enfrentamento ao grande capital, participam da produção da agroecologia, estão presentes em comissões e pautas que combatem o agronegócio e a mineração, encabeçam a defesa da escola do/no campo, lideram e participam do coletivo das mulheres do Assentamento e, acima de tudo, visualizam a terra não como modo de especulação, mas como modo de vivência, de produção e reprodução do campesinato.

As entrevistas foram realizadas em três etapas distintas. A primeira e a segunda etapa foram realizadas em outubro de 2019, com a visita *in loco* no Assentamento, permitindo a realização da pesquisa semiestruturada com parte dos entrevistados, da observação do território, do registro fotográfico e da coleta de informações não estruturadas.

Estas duas primeiras etapas foram cruciais para compreender todo o processo de territorialização, da importância da produção, bem como da agroecologia, pois possibilitaram uma visualização real do objeto de pesquisa e da oportunidade de conversação presencial com os camponeses.

A terceira etapa de entrevistas foi um tanto diferente. Por vivenciarmos, desde o mês de março de 2020, a Pandemia da Covid-19, com respeito ao isolamento social, tanto dos entrevistados como do entrevistador, foram realizadas de maneira virtual por videochamadas e/ou por uso de aplicativos de chats com auxílio de alguns amigos.

Pode-se afirmar que a terceira etapa das entrevistas, de certa maneira, não permitiu o estabelecimento de um vínculo maior de coleta de dados, nem a experiência de estar no lugar, de conversar com os camponeses, de sentir o campo e suas subjetividades.

No entanto, todas as três etapas foram importantes para a elaboração desta dissertação e de toda a discussão que se relaciona à resistência dos camponeses contra o capital. As informações coletadas serviram de análise de base quantitativa, bem como qualitativa, aproveitando-se de cada fragmento de fala dos camponeses

entrevistados, em alinhamento com os autores e as teorias utilizadas para a compreensão das temáticas propostas para a pesquisa.

Nesse sentido, abordou-se sobre uma observação participante, ou seja, um partilhamento de ideais com a finalidade de investigação, principalmente no que diz respeito ao interesse e afeto do pesquisador pelo Assentamento pesquisado.

A relevância da pesquisa evidenciando os saberes e os sujeitos reflete na existência da condição humana, que se configura em uma teia de vida social, cultural e econômica, a transformação na “segunda natureza”. Isso no leva a crer que a observação participante é proporcional a essa conversação de saberes, seja ele teórico ou empirista, nenhum conhecimento é melhor que o outro, ambos se complementam e apontam a busca do observador/pesquisador/observado para que estejam juntos nesta construção do saber (BRANDÃO e BORGES, 2007).

Assim, este trabalho constituiu-se em quatro partes consideradas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, bem como para propor um melhor aprofundamento no objeto de pesquisa e suas possibilidades de interpretação.

O primeiro capítulo, intitulado *Espaço, Território e Produção no Contexto do Campesinato*, estabelece uma relação dos conceitos geográficos trazidos para análise, o embasamento da distinção entre a agricultura campesina e também ao agronegócio. Permite-se uma discussão teórica com autores clássicos e contemporâneos como Santos (2006, 1988), Saquet (2008), Raffestin (2008, 1993), Moreno (1999), Suertegaray (2001), Fernandes (2008a; 2008b), Oliveira (2012, 2001), entre outros.

O segundo capítulo, denominado *Questões Agrárias no Campo Mato-grossense*, trata, sobretudo, dos números fornecidos pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre Mato Grosso (BRASIL, 2006: 2010), destacando os aspectos do campo e as questões agrárias, tanto do Estado como do município de Mirassol D'Oeste. Para dar ênfase nesta discussão, além dos dados dos órgãos governamentais, foi possível um debate teórico com autores como Moreno (1999), Girardi (2015), Oliveira (2007), Calaça (2013), Camacho (2009), Heinst (2003), entre outros.

O terceiro capítulo, intitulado *Políticas Públicas para Manutenção e Permanência na Terra*, traz como ponto de discussão programas e políticas públicas destinadas para a agricultura campesina, dando ênfase, sobretudo, às condições de

produção e à existência do campesinato. Ainda, possibilitando fazer um contrabalanço em relação às práticas de incentivo para o agronegócio. Para uma melhor compreensão e análise deste capítulo, apoiou-se teoricamente em Fernandes (2015), Geraldi (2012), Caldart (2009), Camacho (2017), Grisa (2009), Martine (1991), entre outros.

O quarto e último capítulo, chamado *O Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'oeste/MT como Território de Luta e Vida Camponesa*, busca enfatizar o percurso da vida no campo, a prática da empiricidade da produção, a territorialização dos sujeitos no espaço e na construção de identidade, questões propiciadas por meio de questionamentos e observações *in loco*, bem como da virtuosa participação dos camponeses, que moldou a práxis de pesquisa e sujeitos sociais de força e resistência para a manutenção do Assentamento Roseli Nunes. As orientações teóricas que auxiliam e embasam essa discussão são de autores como Raffestin (2008), Abramovay (2007), Paulino (2004), Porto-Gonçalves (2004), Shanin (2008), Fernandes (2008 a; 2008b), Oliveira (2001), Wanderley (2014), Pereira e Alentejano (2014), entre outros.

Enfim, propor uma discussão em torno da agricultura camponesa é interagir sobre a preocupação com esses sujeitos, externar de forma científica a importância dos povos do campo para a estruturação de processo de produção. Desse modo, baseando-se, sobretudo, na agroecologia, na questão da soberania alimentar, na preservação do meio ambiente, no equilíbrio, na interação e preocupação com as políticas públicas e, necessariamente, nas plenas condições da permanência destes no campo, em cima da terra com a qual sempre sonharam, vivendo de forma digna e autônoma na terra conquistada.

CAPÍTULO I – ESPAÇO, TERRITÓRIO E PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO CAMPESINATO

Frise-se que, hoje, estabelecer critérios para uma pesquisa é definir estrategicamente o que deve ser debatido, apontar a visão do pesquisador sobre o que será relevante para a compreensão da complexidade do tema a ser discutido. Ainda, eventualmente, deve-se propiciar uma interativa conexão e conversação com os autores envolvidos direta e indiretamente na proposta da pesquisa. Nesse viés, trazer à pesquisa, no seu cerne, os conceitos presentes no estudo de Geografia, mais precisamente fundamentados na questão de espaço e território, é objetivamente compreender o processo de transformação do espaço geográfico e da preservação da identidade camponesa.

Assim, apreciar a visão do pensamento geográfico possibilita uma abordagem ampla, tendo o conceito espaço como base para se compreender todo o processo da Geografia em si, assim como os fenômenos e/ou paradigmas de pensamento que a completam.

Dessa forma, Raffestin (1993) parte do princípio de que o território é formado a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ação realizada por um ator, que, ao se apropriar do espaço, de maneira concreta ou abstrata, transforma-o e, conseqüentemente, o territorializa. A territorialização realizada por atores, através de suas ações no espaço, permite a construção da pluralidade e das múltiplas concepções de poder. Assim, determina as condições de como são estabelecidas as relações de existência e de vivência dentro dos espaços territorializados.

Diante desta interlocução, compreende-se que: “o território numa perspectiva integradora onde sociedade e natureza exercem funções recíprocas, sendo que as dimensões sociais são estabelecidas de acordo com a dinâmica econômica e política” (JESUS, *et al*, 2013, p. 4). Desse modo, fica evidente a preocupação em contemplar uma identidade que, paulatinamente, fará parte da concepção de território estabelecido.

Para haver uma melhor compreensão, indaga-se que “o homem age no espaço (natural e social) de seu habitat, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido [...]”

(SAQUET, 2008, p. 81). Esta ação do homem é, de certa maneira, sistematizada, o que implica necessariamente um estado de pertencimento ao território.

Nesse sentido, dispor do entendimento do campesinato é trabalhar com os fatores evidenciados acima, propondo dialogar sobre o fato de que a força do campesinato está em seu território, em sua identidade e em suas territorialidades. Propõe-se a compreensão do território do campesinato como um estado de construção permanente, pois lida com a diversificação do cenário social, permite-se ser descrito como a contraditoriedade do capital, forjado inevitavelmente das relações da desigualdade, de forças e de interesses políticos alheios aos que lhe cabem, gerando resignações e resistência contra um modelo hegemônico e predador de território e de esperança (JESUS, *et al*, 2013).

Assim, propor uma definição de espaço como algo objetivo é não aceitar uma prerrogativa de desconstrução. O espaço em si se configura como uma base para se estruturar a Geografia como um todo, portanto, fica evidenciado que uma retórica única, sem a compreensão das partes, desqualifica a construção de um conhecimento múltiplo, mas que tenha por finalidade um mesmo valor final.

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. Desse modo, estaremos em condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos [...]. (SANTOS, 2006, p. 11).

Assim, se levarmos em conta o valor do espaço enquanto uma simples definição de um dicionário, certamente, descumpriremos o papel enquanto parte óbvia da construção do conhecimento geográfico. No entanto, se analisarmos subjetivamente, será possível identificar que as relações indissociáveis dos próprios sistemas e ações, trazidos à luz por Santos (2006), tendem a demonstrar onde a transformação/ação do homem permite a interação do espaço/tempo.

Dessa forma, a presença do homem na sociedade, em conjunto com suas ações, define um espaço transformado, vivenciado, em que é possível estabelecer conexões e mudanças, ou seja, uma ressignificação do próprio conceito.

O homem, segundo Santos (2006) e Costa e Rocha (2010), tem a tendência de modificar a “natureza natural para natureza socializada”, ou seja, tem-se um meio geográfico, em que as ações contínuas possibilitam (agora usando o tempo) uma desconstrução continuada da sociedade em intercorrência do espaço.

Nestes termos, o espaço é notório, pois, a partir dele, torna-se intrínseca a relação do homem com seu espaço de transformação. Este movimento de ressignificados tem no seu viés características múltiplas e una. Suertegaray (2001) traz a concepção de espaço uno e múltiplo, a perfeita união da natureza com a interface dos homens na sociedade, que muda devido a estas mesmas ações dos homens no meio natural.

É fato que uma sociedade tenha seus significados a partir da concepção da transformação do espaço, seja ela por meios de atração ou retração, o espaço só se torna espaço conforme fiquem claras as possibilidades de uma interação de ações e ferramentas para que todo o processo ocorra. Assim sendo,

O espaço constituirá, por sua vez, a categoria central para a Geografia. Este tendo sido, por vezes, confundido com o objeto próprio da Geografia. Da mesma forma que as demais categorias analisadas, a concepção de espaço para os geógrafos foi e é concebida diferentemente. Inicialmente, assim como o tempo, o espaço foi concebido à maneira de Kant, como espaço absoluto, espaço receptáculo, espaço continente, lugar de ocorrência do fenômeno geográfico. Adquiriu dimensões específicas, tornou-se demarcável, passível de delimitação, de localização, de forma absoluta [...]. (SUERTEGARAY, 2001, P. 3).

Essa possibilidade de dimensões específicas permite pensar sobre as variadas formas de concepção do espaço. Suertegaray (2001) propõe indagar baseando-se no pensamento de Milton Santos, em um espaço no qual coabitam tempos totalmente diferentes, sendo inevitável não pensar em uma (re)transformação a partir de novas heranças ou até mesmo de novas ferramentas.

Essa prerrogativa de novas possibilidades considera o aprofundamento de outros conceitos geográficos, partindo do pressuposto do espaço como basilar e principal no estudo da Geografia. Em contrapartida, permite-se averiguar que o tempo se faz necessário, na medida em que:

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. A epistemologia da geografia deve levar isso em conta. A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica [...]. (SANTOS, 2006, p. 29).

Nesta perspectiva de análise dos conceitos da Geografia é fundamental intercalar, por compreender a complexa relação que se pode estabelecer entre o tempo/espaço com a questão do território. Evidente pensar a partir da premissa da importância individual, mas também compreender as nuances do enlace de ambos os conceitos para a compreensão da teia das relações sociais, pois,

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais [...]. (FERNANDES, 2008a, p. 277).

Tal fato permite pensar sobre a questão do território interconectado, necessariamente a questão do espaço/tempo, promovendo uma base inerente à construção de uma fronteira, quer seja ela concreta ou abstrata. No entanto, sempre com a função social de estruturação e de todos os elementos constitutivos.

Na sua forma etimológica, território nada mais é que um aglomerado de terras devidamente apropriado por determinada pessoa ou grupos. A definição está aquém do que o território na sua forma mais subjetiva representa, ou seja, como categoria geográfica em constante movimentação com o espaço.

Para Terra (2009), atualmente, o conceito de território se tornou bem mais abrangente, passando a ser considerado sempre dentro de um determinado contexto histórico, podendo, desta forma, estar em diferentes ambientes por diferentes abordagens.

Ainda para o autor, o território (enquanto construção, desconstrução e reconstrução) é vivenciado pelas relações sociais de dominação em todas as formas, seja na política, economia e cultura, frisando que, em todas as relações que estabelecem poder, sempre devem ser observadas de maneira minuciosa, nunca desprezada.

A concepção de território permite-nos uma análise de suma importância para se entender a complexidade do processo geográfico como um todo. Cabe mencionar que a transformação da natureza natural para natureza socializada tem no território uma grande contribuição, tendo em vista que, através dele, é possível avaliar a transformação espacial por meio das ferramentas e principalmente da ação do homem.

Sabe-se bem que as relações dos atores envolvidos no processo de territorialização se estendem desde concepções políticas, econômicas, sociais, morais e demais fatores que podem insurgir a favor de uma continuidade do processo, ou, necessariamente, incidir sobre a desterritorialização, pela própria falta de empatia dos atores.

Nestas prerrogativas sobre a questão conceitual de território, são alicerçadas bases para o entendimento da construção social de determinadas regiões, cidades, comunidades ou pequenos grupos, tais como escolas, igrejas, associações, entre outras.

Nesse viés, o espaço natural, social, historicamente organizado e produzido, apresentado por Saquet (2008), tem nos seus meandros, uma expectativa de criação destes determinados grupos sociais em demasia com ideais parecidos, porém, com perspectivas de territorialização distintas. Essa contradição ou distinção de pensamento incide, sobretudo, em perspectivas e visões diferenciadas das questões que implicam a conquista da terra e sua manutenção.

Partindo desta compreensão, interpreta-se, possivelmente, que, para haver o processo de territorialização, há necessidade de perpassar, sobretudo, pelo

consenso de conquista da terra a partir de uma ótica de consciência de classe, o que não necessariamente implica uma lógica de produção.

Assim, ao buscar, linearmente, um ideal parecido, pode-se conotar os fatores econômicos em consonância com uma base de produção, que faz intensamente o processo do território de determinado espaço, quer seja ele na territorialização, desterritorialização ou reterritorialização². Sendo assim, fica claro que:

[...] são muitas as divergências conceituais acerca do território, porém podemos identificar um consenso sobre a construção e destruição destes. O modo de produção capitalista, por exemplo, provoca um movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade, que por sua vez repercute na criação, destruição e reconstrução dos territórios, promovendo a desterritorialização de grupos sociais. (TERRA, 2009, p. 12).

Assim, se embasarmos nossa compreensão dos meios de produção para que se permita uma abordagem sobre espaço, território e produção, certamente, estes serão compreendidos como uma transformação da natural para a socializada ou como uma transcendência maior, que se alia impreterivelmente ao fator da tecnologia.

Raffestin (2008) permite averiguar sobre a transformação do território de acordo com o ritmo de novas técnicas empregadas pelo homem, assim, tanto a cidade como o campo sofrem com grandes modificações. O autor ainda enfatiza que a agricultura se tornou uma atividade sujeita a modificações cada vez mais rápidas, principalmente quando interligada com o chamado terceiro estado da natureza, ou por melhor definição, era cibernética, principalmente com o advento da química moderna (biotecnologia).

As facetas da produção vão muito além da prática da agricultura como um todo. Na cidade, assim como no campo, observa-se uma série de produções, há de se mencionar, nas empresas, a produção em diversos gêneros, a produção do conhecimento nas escolas e universidades e afins. Por outro lado, no campo, também são observados outros tipos de produção aquém da agricultura, como a

² Segundo CHELOTTI (2010), o conceito de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização é compreendido como um processo geográfico, que, respectivamente, representa a territorialização, a destruição (mesmo que momentânea) pela desterritorialização, e a recriação através da reterritorialização. Buscar em Haesbaert.

pecuária ou até mesmo as áreas de mineração e turismo. A intenção, por enquanto, não é fazer defesa de um tipo ou outro de produção, mas demonstrar o sentido da produção como um sujeito ativo na construção do espaço, bem como nas fases do território (territorialização, desterritorialização e reterritorialização).

Nesse sentido, ao falar do espaço, território e produção, não há como evitar o materialismo histórico dialético e as teorias de Marx sobre os meios de produção, as relações de classes sociais e, propriamente, a ideia de construção de sociedade, como também de uma Geografia crítica voltada para a questão da preocupação com a realidade social e com a quebra do tradicionalismo do pensamento geográfico, o qual tem como expoentes Yves Lacoste (1988) e o próprio Milton Santos (1988).

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção de seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX E ENGELS, 1999, p. 11).

Diante disso, tendo por base as premissas expostas por Marx e Engels (1999), fica evidente que a produção em si é fundamental para a construção do espaço, e por definição da territorialização em si. O homem, em conjunto com suas ações, permite-se produzir transformação do espaço, assim como possibilita a construção objetiva e subjetiva da Geografia para a compreensão de suas categorias.

Por meio da produção, tem início todo o processo da transformação do território. A produção é o motor propulsor para as ferramentas que interferem na natureza natural transformando-a em natureza socializada, e o homem é a força motriz para que esse motor funcione adequadamente.

Para Marx e Engels (1999), a maneira pela qual os indivíduos demonstram suas ações na vida é um reflexo daquilo que são, é fator determinante para o que produzem e como produzem. Então, necessariamente, a sociedade socializada se qualifica ou se distingue por condições materiais da sua produção, transformando-se em território à medida que encontra na forma concreta modos de produção semelhantes, entretanto, no abstrato, fatores de conflitos internos.

Esse dispositivo de produção, no entanto, se estabelece a partir de relações sociais de determinados grupos. No limiar, são detectadas várias facetas de produção, agora levando a discussão mais propriamente para o campo.

Alguns grupos sociais com estreita ligação com o campo tecem relações de produção e um viés político, econômico e solidário. No contraponto, detectam-se também outros grupos sociais, em que se enraíza a prerrogativa de uma produção mais individual e com preceitos de pensamento totalmente contraditórios ao primeiro grupo.

Neste ponto, surge o chamado duelo de classes sociais, que, por definição exata, tem no cerne objetivos bem claros quanto à forma de produção, à forma de agir, à forma de persuadir, bem como os mecanismos de repulsa um para outro e vice-versa.

Por ora, deixaremos a dualidade do campo, para, assertivamente, compreender o papel do campesinato enquanto grupo social para a formação do território e do espaço em si, enquanto agentes de produção e transformação. Nessa análise é possível compreender que:

[...] Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Assim, cabe conceituar o campesinato para uma melhor percepção dos processos que envolvem suas ações. Em primeiro lugar, necessário atestar que o campesinato vai muito além de uma simples denotação. Trata-se necessariamente de um modo de vida, um modo de produção, um modo de agir e de pensar, de se relacionar com o meio ambiente, tendo como perspectiva a criação de territórios de resistência, de lutas sociais.

Sabe-se que o campesinato conota uma série de relações sociais, tendo como premissa primeira um sistema de produção através de suas ações e ferramentas. O camponês procura estabelecer, no seu território, as concepções que o une aos demais, ao ponto em que as rupturas iniciais sejam superadas, e esse

espaço geográfico acabe por se territorializar aos princípios e pensamentos daquele (camponês). No entanto, por haver sempre as tensões internas, este território será por vezes desterritorializado e reterritorializado, tendo como concepção uma mudança permanente do espaço, da ação e das ferramentas.

É importante salientar que o termo camponês remete intuitivamente à produção camponesa, à preocupação com a terra, e demasiadamente com a natureza; o que difere em partes da produção denominada de agricultura familiar, que foi apropriada pela produção capitalista e trabalha de maneira direta e indireta para a produção da monocultura, não em sua totalidade, mas em grande parte da sua produção.

O uso corrente da expressão agricultura camponesa por amplas parcelas das próprias famílias camponesas no processo de construção da sua identidade social, pelos movimentos e organizações populares no campo, por organismos governamentais, pela intelectualidade acadêmica e por parcela dos meios de comunicação de massa tem sido crescente nas últimas décadas. Isso decorre, por um lado, da aceitação da concepção, no Brasil contemporâneo, de que a agricultura camponesa é expressão de um modo de se fazer agricultura distinto do modo de produção capitalista dominante, e, nesse sentido, o campesinato se apresenta na formação social brasileira com uma especificidade, uma lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver, uma lógica distinta e contrária à dominante. (CARVALHO E COSTA, 2012, p. 30-31).

Carvalho e Costa (2012) ainda reiteram que a agricultura familiar, por expressão, tem em suas concepções uma necessidade de crescimento da renda alijada direta ou indiretamente às empresas capitalistas, necessariamente as agroindústrias. Os autores ainda frisam que, por essa concepção, subsidia para o enquadramento destes produtores, ao recebimento dos benefícios governamentais e de suas políticas públicas, indiferentemente desses produtores estarem ou não alinhados ao mercado e ao capital.

Silva T (2014) elucida que o entendimento das expressões campesinato e camponês vai muito além de pertencerem ao campo. Trata-se de um modo de vida específico, que busca por meio das relações estabelecidas dentro deste território, seja de ordem econômica, política e cultural, a resistência frente à produção dominante, enfatizada na agricultura conservadora e ao capitalismo.

E é por meio deste empoderamento do campo, do termo campesinato, que o objeto desta pesquisa, o Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste/MT, propaga-se como referência, não somente da região, mas também do país. O papel social trazido pelas ações dos camponeses desta localidade permite compreender todo o processo construtivo do território, identidade e de pertencimento, que são explícitos na dinâmica espacial e nas relações sociais, econômicas e políticas que são tecidas cotidianamente.

No entanto, é importante frisar que a construção do próprio território hoje constituído perpassa inevitavelmente por territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Isso envolve todo o processo de resistência, promovido através dos processos de ocupação, organização e de resistência.

Assim, a partir de tais pressupostos, é imprescindível analisar toda a complexidade existente com início na questão da organicidade presente no Assentamento. Desse modo, entende-se as relações de forças construídas por pessoas que transmitem confiança para ocupar a posição de líderes, ou melhor, de coordenadores de núcleos.

Em vista disso, a análise a partir da importância do Roseli Nunes e de seus assentados para a região, espacial, territorial, econômica, social e política, também se equivale à mesma importância para resistir ao avanço frenético do capital na região, transvestido de agronegócio, por meio da identidade campesina, principalmente a partir do avivamento da comunidade por estes mesmos coordenadores para a identidade sem-terra, camponesa e de luta.

Assim, o campesinato e, particularmente, o Assentamento Roseli Nunes, procura se estabelecer como um ponto de negação à sobrepujança do agronegócio e do capital. E isso se dá não simplesmente por não concordar com os métodos impregnados por este meio de produção, mas por defender todo um laço de produção solidária, seja com a natureza ou com pessoas, da vivência, da cultura que fora estabelecida e construída neste determinado território.

Nesse viés, o espaço sem ação e ferramenta foi territorializando, ganhando movimentos constantes, e destes nascendo meios de produção que tinham como alicerce, ideais, resistência, luta. O camponês contemporâneo luta pelo seu espaço, para a conquista e reconquista de seu território, garante, através de seus meios de produção, dignidade para manter viva a tradição, os valores e, acima de tudo, sua

terra, seu pedaço de chão. É preciso compreender esse espaço sob o olhar geográfico como alicerce para a construção do território, tratado na subseção a seguir.

1.1 O Espaço como Totalidade da Análise Geográfica e território como captura do espaço

O espaço enquanto categoria geográfica traça caminhos de construções sociais e de consolidação de territórios, enquanto a ação do homem, bem como de sua coletividade, está baseada no tempo, e permite a complementação de uma categoria à outra. A proposta de entender o espaço equivale à proposta de refletir sobre o próprio processo cíclico de sistemas, objetos e ações. Pensando assim,

[...] Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (FERNANDES, 2008a, P. 276).

O princípio da totalidade, segundo Milton Santos (1988, p. 4-5), é a base “para a elaboração de uma filosofia do espaço do homem. Ele envolve a noção de tempo e isso nos permite reconhecer a unidade de movimento, responsável pela heterogeneidade com que as coisas se apresentam diante de nós”.

O espaço traz consigo um dilema importante: a representatividade do movimento e a profunda conexão com o tempo. Considerando todo um conjunto de relações acerca do espaço, podemos prever que, em suma, as ações e objetos que delineiam a sociedade e o próprio homem em si partem de uma premissa, a priori, da intensa relação do espaço/tempo, em que o fluxo contínuo permite a construção e reconstrução das relações sociais em diferentes temporalidades, assim, utilizando-se sempre de novas interpretações da realidade vivida.

O espaço parte de uma força constante dos movimentos e caracteriza-se pela continuidade das ações ao longo do processo, modula-se, estrutura-se, reestrutura-

se, com base nas questões conceituais que interagem sobre a abordagem na natureza, partindo do princípio que emoldura o processo de metamorfose do ambiente.

Santos (1988) deixa claro que o conteúdo já transformado em existência simboliza a sociedade distribuída nas formas geográficas, em que a sequência lógica seria a metamorfose da sociedade, que se torna espaço propriamente dito, em um processo contínuo no qual espaço e sociedade continuam o processo cíclico de renovações e adaptações ao longo do tempo.

A Geografia se propõe a estudar as ações e objetos dos homens para que se concretize o espaço/tempo, formalizando, assim, a natureza socializada e temporal, adaptando-se às mudanças que ocorrem, respeitando os limites da natureza humana e seu grau de apropriação/dominação sobre o ambiente.

Corrêa (2000) faz uma análise interessante sobre a organização e a reorganização social para a constituição do espaço geográfico. Ele enfatiza que o processo, ao longo do tempo, permitiu que a natureza primitiva se tornasse construções físicas como shopping center, parques, cidades. Também permitiu desmatamentos, monocultura, formação de lagos etc., conotando tais feitos sobre as marcas sociais dos indivíduos, reiterando a constituição da formação do espaço e do espaço geográfico, sendo esta a objetivação do estudo da sociedade pela Geografia, diferentemente das abordagens realizadas por outras ciências.

Neste sentido, compreende-se que o estudo da sociedade, para a Geografia, é um elemento basilar para a compreensão do espaço como categoria e para entender toda a complexidade da Geografia em si, visto que sem o espaço não existiria sociedade.

Santos (1988) ruma neste sentido, para ele, o espaço deve ser visto como um conjunto indissociável, que tem como participantes objetos geográficos naturais e sociais, de um lado; e por outro, como ponto de contrapartida, os responsáveis por lhe darem a vida, a sustentação, de modo que esse conjunto proporciona o que pode ser chamado de sociedade em movimento. Compreende-se que lados opostos se complementam, tal fato legitima a construção do espaço geográfico e suas possibilidades de análise.

Neste limiar, é importante compreender a relação da categoria espaço com o Assentamento Roseli Nunes. Perceptível que, ao longo do processo histórico de

formação e territorialização do espaço, houve mudanças no sentido de assimilar as relações que são instituídas entre a construção do espaço através das ações dos homens.

Essas ações se incumbiram de proporcionar a transformação da primeira natureza para a segunda natureza, tendo bastante relevância não só nas mudanças que a sociedade em movimento permite, mas o fato de proporcionar que estas ações fossem em prol de uma construção que caminhasse lado a lado com a harmonia de ambas as naturezas.

Em vista disso, a relevância de se fazer entender o território perpassa, significativamente, por quem de fato o territorializou. A historiografia por detrás das relações sociais que produzem o território incide, sobretudo, na perspectiva de se abarcar todas as outras ações que resultam na multiplicidade encontrada em cada espaço habitado.

Para Saquet (2008), “está claro, também, na Geografia, que espaço e território não são sinônimos. São conceitos diferentes que assumem distintos significados de acordo com cada abordagem e concepção [...]”. Pela visão do autor, ambos os conceitos são complementares e diferentes ao passo que o homem molda o espaço através das suas ações em diferentes níveis temporais.

Evidentemente, que sempre há a preocupação em enfocar uma perspectiva de território, em que se consiga sua definição, a ponto de se obter e estabelecer relações diretas com alguns outros conceitos primordiais, como o próprio espaço, as relações de produção, de trabalho.

Inicialmente, deve-se buscar um significado da palavra território: “etimologicamente a palavra território, “territorium” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendida como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa”. Tal significação determina concretamente que o território parte do princípio de ações de fronteira, de marcos de divisão, porém, subjetivamente, pode-se deduzir inúmeras outras proposições que delineiam a palavra propriamente dita (COSTA e ROCHA, 2010, p. 46).

Em suma, o território está muito além de ser simplesmente pedaço de terra, sua construção se baseia em questões muito mais amplas e complexas, permitindo uma discussão que oferece muitas interpretações em várias formas de temporalidade.

Silva (2015) avalia que a simples formulação conceitual da palavra território não permite enxergar as nuances que, subliminarmente, deixam mascarados os conflitos que podem existir para além da área que se torna o território, ficam marcados na essência o domínio e o poder exercido de acordo com as intenções de cada territorialização.

É inerente reconhecer que, em uma perspectiva de analogia macro, as categorias geográficas tendem a repercutir abordagens de interpretações e interconexões temporais e espaciais. O espaço se insere como a grande força motriz da Geografia enquanto ciência e permite, a partir dela, fazer ponderações e análises de outros conceitos-chave.

Raffestin (1993) torna bem claro que o território, enquanto categoria geográfica, apoia-se furtivamente no espaço, pois permite, a partir da territorialização, a ocupação de determinado espaço por atores sociais. Entretanto, território não é e nunca será o espaço, mas uma produção, reprodução de tal.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143, 144).

Assim, partindo do pressuposto apresentado por Raffestin (1993), é evidente arguir a influência sensitiva da ação da natureza socializada para a apropriação territorial por determinados grupos sociais. No espaço de projeção de equivalências, permite-se averiguar que a prisão destinada aos homens é a prisão em que são desencadeadas as ações que territorializam, desterritorializam e reterritorializam os espaços.

Desse modo, a partir de tal interpretação, entende-se que todo o processo construtivo do Assentamento Roseli Nunes teve como ápice de sua territorialização a busca por um espaço no qual sabiam que poderiam prosperar enquanto comunidade, mesmo com todas as adversidades que pudessem encontrar.

É fato que, em todo o processo de acampamento, a construção do território, da desterritorialização e, por fim, da reterritorialização fez-se presente nos mais diversos momentos, a partir da ocupação, do despejo e de uma nova ocupação.

Essa perspectiva tendenciou a continuar na condição de Assentamento, pois, de uma maneira direta, definiu também a territorialização deste espaço com a ameaça do capital, seja transvestido de agronegócio ou mineração, e a reterritorialização para aqueles que chegaram depois do processo de lutas e a partir da compra de lotes, bem como do pensamento de território camponês.

Ainda, frisa-se que, enquanto territorializado por pessoas e por ideais, o Assentamento Roseli Nunes propiciou a chegada de novos meios produtivos, que atenderam não somente a questão de renda da comunidade e das famílias, mas também permitiu, sobremaneira, levar o estilo de vida da agroecologia. Este estilo definiu a condição de preservação da natureza e atendeu, ao mesmo tempo, a consolidação da identidade e trouxe a apropriação dos meios econômicos, políticos, culturais e afins.

Eventualmente nestes traços, nota-se que o território, enquanto espaço transformado pela ação do objeto, é, antes de tudo, o espaço proveniente da conexão temporal dos atores sociais que o moldam conforme a necessidade adquirida. Sendo assim, parte dessa premissa acaba por influenciar a construção deste.

Abrão (2010) enfatiza que as necessidades, independentemente de ser material ou imaterial, cultural, econômica, moral, afetiva, resultam a forma de conduzir as ações dos homens e, intencionalmente, supõem a criação de novos objetos através de eventos.

Além das ações levarem a criação de novos objetos e/ou objetos técnicos, esses, por sua vez, também condicionam as ações humanas. A posse de uma máquina (trator, colheitadeira) ou implemento (carreta, plantadeira, etc.) agrícola, por exemplo, é elemento que condiciona as ações de um agricultor que podem aumentar sua produção ou área plantada. A falta de tais recursos o leva a outras ações, tais como o aluguel ou contratação de máquinas; a diminuição da produção; ou a opção por outra atividade que não precise dessa técnica. (ABRÃO, 2010, p. 50).

Com a ideia posta, relevante fazer uma análise sobre o papel do território para a consolidação do espaço. Tal análise permite a concepção de que, para a movimentação do espaço natural para o espaço socializado, o território proporciona o efeito através das ações e objetos, acabando por gerir um círculo no qual cada papel desempenhado conota uma harmonização da produção do sujeito.

Nesse contexto, onde há o sujeito e seus instrumentos há o território nas suas mais variadas formas, tendo este ocupado e transformado o espaço, moldando o tempo nas suas plenitudes e proposições.

Dessa forma, é compreensível que esta pesquisa apresente embasamento necessariamente nos conceitos de espaço e de território, sobretudo, por compreender que ambas permitem uma análise pormenorizada dos preceitos das ações do homem diante de um espaço. Assim, ao ponto de que estas ações resultem reações na formação de um território, em que se predomina a prática da identidade envolvendo toda uma trama de relações de poder.

A partir dessa práxis e da compreensão de que se tem da conceituação do espaço e de território, transcrito ao longo desta fundamentação teórica, é importante ter ciência de que sem tais conceitos seria quase nula a possibilidade de entender o processo de luta e de resistência do campesinato para a sua manutenção e permanência no campo. Igualmente, a identificação destes com a produção e renda, que, certamente, é a grande responsável pela vivência e pela economia de fartura³, conceito apresentado na tese de Costa (2019), que remete à ideia da diversidade de alimentos encontrados na mesa dos camponeses. Nesse sentido, apresenta-se um aprofundamento na discussão do território, visto pela lógica camponesa.

1.2 O Campesinato como expressão do Território

Há muito que se discutir quanto ao termo campesinato e seu significado para as pessoas que moram e convivem no campo. A expressão em si permite uma análise mais aprofundada, tanto na objetivação quanto na subjetivação. O

³ Idealizada pelo orientador Rosselvelt José Santos em diálogos teóricos com o orientando, baseando-se na ideia de trabalhar com o conceito de economia de fartura, visto que o termo agricultura de subsistência não é o mais correto para indicar os múltiplos cultivares que são produzidos pelo campesinato.

campesinato em si já transcreve um território em que foi alicerçado o preceito de resistência e luta. Para um significado mais direcionado:

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (CARVALHO e COSTA, 2012, p. 115).

Para além da barreira física, o campesinato tem conquistado espaço cada vez mais amplo, com discussões embasadas na sua importância para a compreensão de todo o processo complexo de produção no campo. O campesinato, muito mais que território, expressa um sentimento de pertencimento, de luta, de resistência.

Nesse sentido, Fernandes e Molina (2004, p. 21) afirmam que:

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial.

No entanto, o debate que se figura sobre a égide da produção no campo remete a algumas conotações que demandam um grau de reflexão, pois permite uma dualidade de interpretação na questão da representatividade deste, demonstrando, através do modo de vida e da práxis, o discernimento e distinção dos termos familiar e campesino.

Primeiramente, temos dois termos que, na prática, se equivalem, agricultura familiar e agricultura campesina, no entanto, ao analisar de maneira minuciosa e subjetiva, fica evidente que há um distanciamento conceitual profundo e bem distinto. Nessa concepção, cabe reiterar que:

Para os autores, teóricos da agricultura familiar, o produtor familiar é aquele que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. Tais autores salientam ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade

de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar. Assim, o agricultor familiar é concebido como uma superação do camponês, integrado a mercados parciais e incompletos. (SILVA T, 2014, p. 45).

A sistematização do agricultor familiar à visão do mundo dos negócios acaba por transformá-lo em um ativo do sistema capital. Desse modo, sua produção, ou mesmo sua intenção, não terá olhar para o modo de vida campesino, mas para o modo de produção e de venda ao mercado.

Nesta perspectiva, convém analisar que o ponto de ruptura entre o campesinato e a agricultura capitalista está na produção, na segurança alimentar, na questão política, na democratização da terra, no meio ambiente, no modo de vida e na coletividade. Em outros termos, o produtor familiar se adapta e passa a produzir somente o que o mercado exige.

Silva T (2014) enfatiza ainda que, de acordo com estudos ligados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no ano de 1994, esta instituição apontava para um campo já dividido, em que era possível detectar, de um lado, uma produção já com base na tecnologia e com todo aparato de produção; e de outro, uma agricultura de campesinato, baseada em métodos caracterizadamente arcaicos. Assim, nesses termos, passou-se a compreender o agricultor familiar como rico e, no extremo, o camponês como pobre e atrasado.

Nesse contexto, convém uma análise sobre o termo agricultura campesina, que ultrapassa a semântica, arraiga a condição da sobrevivência da agricultura tradicional, que resiste ao tempo, mas que procura apropriar-se das tecnologias e inovações para produzir o bem-estar e a convivência familiar.

Este cenário parte do princípio da resistência campesina frente ao grande avanço do capital, e, sistemicamente, os grandes latifúndios em conjunto com a produção das monoculturas.

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 197).

A força motriz do campo fez-se presente na atuação dos movimentos sociais, os quais tecem toda uma luta organizada para fazer valer a questão da terra e da Reforma Agrária. Tal luta está além de se conseguir um pedaço de terra, mas permanecer nela. Ainda, de resistir às investidas dos grandes proprietários de terra e de se conseguir políticas públicas para a manutenção da produção para consumo próprio e de suas famílias.

É primordial conceber que a luta dos camponeses contra a questão latifundiária perpassa todo um processo histórico dos conflitos agrários, no que diz respeito principalmente às disputas de territórios. A luta pela Reforma Agrária não é um fenômeno atual, mas de muito tempo atrás.

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p 144).

Oliveira (2007) ainda enfatiza que, ao falar da Reforma Agrária, vem à tona toda uma discussão em torno da segurança alimentar e a democratização do acesso à terra pelos pequenos produtores. Para o autor, é notório que as desigualdades no Brasil são responsáveis pelos conflitos agrários observados no campo, atualmente, haja vista que as políticas públicas não conseguiram suprir a demanda do acesso à terra. Houve muitas conquistas de terras, no entanto, a mão do capital sempre direcionou quais terras se destinariam à consolidação de projetos de assentamentos.

Esse direcionamento da distribuição de terras continua no seu ciclo, favorecendo grandes latifúndios e empresas capitalistas, que, excessivamente, continuam concentrando, cada vez mais, maiores porções territoriais, demarcando seus domínios, produtivo e econômico.

Wanderley (2014) enaltece que o camponês, sem as devidas condições de permanência no campo, sem recursos para manter seu modo de vida, perde as condições mínimas de sobrevivência, partindo para as cidades e passando a viver

em periferias, tornando-se assalariado ou, em muitos casos, ficando sem nenhum tipo de vínculo e renda.

É em decorrência deste conjunto de razões que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Nesse sentido, é fundamental entender todo o processo histórico de lutas que os assentados do Roseli Nunes passaram. As ocupações, despejos e reocupações foram fundamentais para a garantia de luta pela terra. Ainda, as condições de acampados deram a eles oportunidade para uma reflexão sobre a luta pela terra, no Estado de Mato Grosso, e sobre as disputas territoriais com o capital. Desta forma, desde então, na condição de acampados, pré-assentados e definitivamente assentados, puderam perceber o valor da terra para a reprodução do campesinato e de seus ideais.

Silva T (2014) aponta para este direcionamento, quando menciona que “[...] ao mesmo tempo em que o capital expropria o camponês em alguns lugares, em outros, ele cria condições para a sua reprodução”. Nesse contexto, frise-se que o campesinato está em constante transformação territorial, ele se desterritorializa através de ações, seja das próprias crises internas ou através da interferência do agronegócio, e se reterritorializa por meio de novas concepções e ideais, seja de produção ou de convivência.

Essa perspectiva de futuro está aquém da luta dos camponeses pela permanência na terra. Os conflitos se estabelecem à medida que o camponês se vê ameaçado, e também quando desenvolve necessariamente um sentimento de pertença a determinado lugar. Essa pertença não só enaltece a importância da terra para o campesinato, como provoca certos olhares para uma análise mais subjetiva em relação à condição em que está submetida a questão de conflito para estabelecer seus territórios.

Desse modo, propondo olhar o lócus de pesquisa, o Assentamento Roseli Nunes, contextualizando-o nas condições trazidas nos parágrafos anteriores, pode-

se interpretar que, sem resistência e luta contra o modelo hegemônico da monocultura e do latifúndio, o camponês se torna refém da expropriação do campo, de seu lugar de morada e de produção.

Abramovay (1999, p.11) estabelece um importante contexto acerca da questão da expulsão do camponês, não necessariamente da juventude, mas da população em geral do campo. O “[...] êxodo rural é não só irreversível, mas desejável [...]” desejável para o capital, desejável para as desigualdades sociais, desejável para os latifundiários.

Nesse cenário, compreendendo que, a partir desta ótica, e das ameaças encontradas no Roseli Nunes, como a monocultura e a mineração, entende-se que, sem uma frente coletiva e de pautas de lutas a partir da identidade construída no território, observadas mais adiante nesta pesquisa, torna-se inviável o combate.

Dessa forma, a construção do território do Assentamento Roseli Nunes está pautado necessariamente na perpetuação de uma agenda de lutas sociais. Sendo assim, propiciando a não acomodação no processo de assentado, incidindo fatores que propõem prevalecer e permanecer a ideia de uma comunidade que produz para si e para a soberania alimentar, que luta por mais políticas públicas para a população do campo, que permita uma vivência sustentável na comunidade.

Oliveira (2001) ainda destaca que os camponeses não são o impedimento para o avanço do agronegócio no campo, pelo contrário, nunca tiveram acesso a terras, portanto, a batalha começa para consegui-la. Por meio dessa fórmula, nascem os movimentos sociais pelo acesso à terra e, como consequência, temos o aumento gradativo dos conflitos, em suma, da própria violência.

Partindo do princípio da importância da luta pela defesa da terra e do homem camponês, enxerga-se que, mesmo à revelia, é fundamental a presença dos movimentos sociais. Neste caso, especificamente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto movimento de resistência e de conquista territorial.

Enfim, temos sujeitos e ações que determinam a luta pelo acesso à terra, e também pelos meios de produção. Em consequência desses fatores, partimos do princípio de que o campo, muito mais que um pedaço de chão, é um espaço de construção social, lugar de (re)produção da vida e espaço de contradições.

Portanto, por esse viés, entendeu-se a relevância de analisar e de compreender o campesinato enquanto expressão do território, visto que as suas singularidades permitem uma análise macro da importância deste conceito para manutenção do homem camponês na terra. Também, para a consolidação da produção, que permite uma alimentação saudável e contribui significativamente para o melhoramento e nutrição da sociedade como um todo.

1.3 Contextos Socioespacial do Campo Brasileiro e Mato-Grossense: reflexões sobre a produção agrícola

A produção no campo está condicionada a fatores desfavoráveis quando se leva em conta a distribuição de terras no Brasil. Nesse sentido, a condição de produção no campo se enquadra necessariamente a vários fatores. Salientando-se, assim, o mais recente, a tríade de produção, que inclui a agricultura capitalista, a familiar e, por último, a campesina, amplamente conceituadas e delineadas até o presente momento e que aqui serão continuadas.

Em suma, a condição de desigualdade no campo surgiu há muito, e no decorrer do tempo, tal condição só aumentou o abismo existente em cada classe produtiva do/no campo.

A Reforma Agrária almejada no campo brasileiro sequer foi culminada. Segundo o governo, a ênfase dada para o preenchimento dos espaços vazios propostos pela Marcha para o Oeste nem sequer favoreceu os mais necessitados, serviu apenas de preceitos para uma juntada de terras nas mãos dos grandes proprietários e a perpetuação dos grandes latifúndios.

Torna-se perceptível analisar, ao menos no caso do Estado de Mato Grosso, que o processo de ocupação de terras não tinha como único objetivo o povoamento, havia toda uma trama do aparato estatal para o desenvolvimento da região, tendo esporadicamente a clara intenção de favorecer pessoas que tinham posses, sendo um caminho para abertura ao grande capital e suscetivelmente ao agronegócio (BALBUENA, 2015).

Desde os anos de 1892, os governos de Mato Grosso estimularam e favoreceram o acesso a grandes porções de terras aos latifundiários, capitalistas ou

grupos empresariais, com a ideia de legitimar o processo de acesso à terra, favorecendo o grande latifúndio. Esta abertura certamente possibilitou o desenvolvimento da produção agrícola no estado, principalmente a que se ocupa da monocultura em vastas extensões de terras (MORENO, 1999).

Essa característica de legitimação do capital difundiu-se cada vez mais com o passar do tempo. O preenchimento dos espaços e o aprimoramento das práticas da agricultura proporcionaram uma mudança radical no campo brasileiro e nas cidades.

De uma maneira geral, a política instruída por Getúlio Vargas, por meio da Marcha para Oeste, permitiu o povoamento de grande parte da Região Centro-Oeste e Norte e, a posteriori, os planos de metas geridos por Juscelino Kubistchek, com progresso de 50 (cinquenta) anos em 5 (cinco). Em seguida, a revolução verde com implementos de maquinários agrícolas, sementes geneticamente modificadas, utilização de agrotóxicos e a monoculturalização do campo, que marginalizou os camponeses (BALBUENA, 2015).

Nesse contexto, marginalização que perdurou até os tempos atuais, e certamente continua em crescente expansão, visto que a cada período percebe-se a continuidade da segregação da população do campo em detrimento da força do capital.

É evidente analisar que, em uma perspectiva de produção, o Estado de Mato Grosso se consolida como um território de produção. Segundo dados do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2015), o Centro-Oeste brasileiro lidera o *ranking* de produção há algum tempo. Os dados apresentam o Estado de Mato Grosso como líder na produção de grãos e evidencia o caráter produtivo das monoculturas presentes por aqui. Dessa forma, convém analisar que:

[...] nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, a modernização da agricultura assume a forma de “completude-incompleta”, uma vez que a reorganização socioespacial rural ocorre mediante o processo de modernização fragmentada e desigual no espaço rural. No caso brasileiro, esse processo se desenvolveu respaldado pelo fundo público, que não teve a preocupação de reestruturar e incorporar a grande maioria dos pequenos produtores familiares ao novo padrão moderno de produzir. No sentido que a penetração intensiva do capital no agro nacional ocorreu a partir de um processo desigual de modernização. Essa modernização impulsionava o desenvolvimento produtivo, no entanto, quanto mais avançava, mais se evidenciavam as contradições próprias do

capitalismo. Prova de tais contradições é a formação de territorialidades desiguais do capital na produção agropecuária. (ANTONELLO, 2011, p. 55).

A questão no Estado de Mato Grosso referencia a desigualdade territorial, econômica e social presente no campo, direcionando ao processo construtivo do território, que, a depender exclusivamente do modelo produtivo destinado a muitas áreas, fica bem visível a situação dos grupos dominantes no que diz respeito à territorialização.

Presume-se que o capitalismo, mesmo na sua contraditoriedade “[...] cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra [...]”, ou seja, propõe que, ao pensar assim, o capital, vestido de agronegócio domina todas as relações no campo, inclusive ao que concerne a resistência campesina frente ao modelo capitalista de produção (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Obviamente que a compreensão da dimensão de produção no campo está vinculada diretamente com a historiografia presente no modelo de ocupação deste território. Ainda, muito mais com as construções de relações produzidas em uma possível dicotomia entre a agricultura capitalista e a campesina, por mais que não se queira demonstrar tal fato.

Moreno (1999) proporciona esse olhar à forma de migração para Mato Grosso, revelando que a política fundiária não estava tão preocupada em favorecer a pequena propriedade, uma vez que estava em risco toda uma produção em demanda crescente e, certamente, uma grande preocupação em atender aos interesses oligárquicos, que demasiadamente cresciam os olhos para Mato Grosso.

Em outras palavras, o interesse estava sobre o interessante. O viés produtivo já denotava a quem queria servir. Assim, como o campo brasileiro, em especial, o campo mato-grossense, estava à subserviência.

Por ora, trazemos à luz apenas as relações de produção socioespacial do campo. A discussão mais acalorada entre as configurações dos atores sociais estarão mais adiante. Para evidenciar de uma maneira mais profunda a questão da produção, evidencia-se que há uma conectividade grande com a questão urbana. Em tese, significa que o campo deve acompanhar o ritmo da cidade, e assim

inversamente, pois ambas incumbem o interesse do capital, que é o principal financiador.

O campo e cidade no Brasil passaram por intensa metamorfose, não só porque houve uma mudança nos seus conteúdos e nas suas formas, mas, também, devido às possibilidades novas que foram se constituindo de estabelecimento de vínculos e de influência de um sobre a outra, ou vice-versa. É, então, neste contexto de metamorfoses sociais, econômicas e políticas que tentaremos analisar as transformações socioespaciais da cidade e do campo [...]. (SUZUKI, 2007, p. 02).

Dessas transformações metamorfoseadas surgiram grandes problemas relacionados ao campo e que são inerentes também à sua produção. No que tange às problemáticas, estão demasiadas as desigualdades sociais, as disputas e os conflitos, a violência no campo, a desarticulação da produção camponesa, o aumento acumulativo de agrotóxicos, os danos ambientais, como desmatamento, poluição das águas e outros fatores.

Sendo assim, temos um debate sistêmico da luta pela terra no Brasil, especificamente em Mato Grosso, entranhada no viés do agronegócio pressionando o campesinato, com uma nebulosidade midiática que marginaliza o camponês em benefício do progresso trazido pelo agronegócio. Em suma, pode-se resumir que:

A conflitualidade é resultado da questão agrária produzida pelo avanço do capitalismo no campo tendo como contraponto os camponeses e povos tradicionais lutando por território que lhes pertenceu outrora. A ocupação é uma estratégia dos movimentos socioterritoriais desde as décadas de 19(70) e 19(80) na luta pela democratização da terra e direito dos trabalhadores rurais, seguidas pela forte repressão do Estado e também dos fazendeiros em defesa da propriedade privada. (MELO e ALMEIDA, 2014, p. 291).

Na intenção de elucidar como funciona a questão da produtividade, tanto do capital como do campesinato, a proposição foi de dar espaço para a discussão de ambas as possibilidades de produção no campo. Assim, fez-se necessário, por meio da teorização, conhecer com mais afinco as possibilidades de compreensão do campo e suas territorializações.

Uma ressalva aqui deve ser mencionada, quanto à questão da neutralidade (ou da não) desta pesquisa, ela se faz aos olhos do campesinato, e quanto a isto

não há discussão. Cabe enfatizar que a problematização é lançada inevitavelmente para se compreender as nuances que o agronegócio proporciona à agricultura campesina, tendo como objeto central um assentamento de representatividade social e produtiva, mas, para isto, é necessário compreendê-las.

1.3.1 Produção Agrícola Capitalista

Sabe-se bem que a agricultura no Brasil passou por grandes transformações, principalmente no que se refere às indústrias. Esse movimento, que foi base, incorporou as práticas modernas no campo, ganhando cada vez mais notoriedade e território, chegando ao modelo atual conhecido como agronegócio.

O processo de modernização da agricultura brasileira [...] teve como alicerce as alianças estratégicas estabelecidas entre o grande capital agroindustrial e os proprietários latifundiários, respaldado, sobretudo, no subsídio financeiro e fiscal do Estado. Todavia sem alterar a estrutura fundiária e as relações de trabalho. O que significa dizer que o agronegócio tem sido a expressão da concentração de capital, de terras e de poder, além de controlar o avanço tecnológico para a agricultura, indústria e mesmo a pecuária, induzindo a sociedade a consumir cada vez mais alimentos industrializados. (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Bezerra (2009) constata que a agricultura no Brasil, desde os seus primórdios até o período atual, tem no seu cerne a classe dominante neste campo de produção, colocando em pauta a expectativa de modernizar o campo por meio do discurso de uma agricultura empresarial e, em suma, da manutenção da propriedade privada.

Oliveira (2007) configura o modo de produção capitalista, em sua etapa de monopólio, com traços que permitem a incorporação das grandes empresas industriais, que se agregam aos meios de produção. Desse modo, permitindo a crescente industrialização do campo. Esta, por sua vez, tece as mudanças nas relações socioeconômicas e políticas.

Esse modo de análise do agronegócio permite sistemicamente relacionar algumas dinâmicas de utilização do território. Em primeiro, estabelece que este modo de produção sugere uma grande mudança na paisagem, alterando-a drasticamente; em segundo, denota uma transformação social no campo, através

das relações tanto de produção, no que concerne à sua modernização, quanto de efetiva relação social, no que diz respeito às relações do homem-natureza, homem-homem; e em terceiro, a primazia da discussão em torno da configuração territorial em disputa, inerente à luta no/do campo.

Para se compreender toda esta conjuntura atual do agronegócio, como fator principal, no caso desta pesquisa, no Estado de Mato Grosso, e em decorrência dele, fatores territoriais, econômicos, sociais e produtivos, cabe aqui fazer uma retrospectiva temporal, aprofundando uma discussão em torno das transformações agrárias ocorridas até a contemporaneidade.

Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses de classes sociais envolvidos no processo de acesso a terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado, quando estas passaram para o seu domínio, por força da constituição republicana de 1891. (MORENO, 1999, p. 68).

Inicialmente, esse favorecimento passava pela proposição de povoamento do oeste brasileiro, estabelecendo metas de desenvolvimento de áreas que até então não haviam sido exploradas ou que não tinham conexão com a região desenvolvida. Para tal, fizeram-se meios não legais para obterem certo retorno de migração para a região, não ainda por questão econômica, mas estrategicamente por questões de povoamento e de ocupação das terras “sem homens”.

Mais adiante, Getúlio Vargas, com discurso nacionalista, colocou em evidência o oeste brasileiro, até então considerado um espaço vago, e que a partir daquele momento se tornaria a menina dos olhos dos processos migratórios. Galvão (2011, p. 01), em sua análise, afirma que:

[...] Vargas enalteceu a importância histórica e econômica de uma porção de território que continha, antes de tudo, a mais pura essência da identidade nacional. Para os ideólogos que queriam construir esse “novo Brasil”, o “Oeste”, ressurge no cenário brasileiro como um novo “Eldorado”, que, anteriormente desbravado pelos bandeirantes, deveria ser definitivamente conquistado e integrado ao País [...].

Assim, a integração, a partir daquele momento, passaria a ser através do deslocamento de grandes proprietários de terras, de colonizadoras, posseiros, entre outros, em função de recolonização do oeste brasileiro, com promessa de riquezas que teriam por essas bandas.

Entretanto, esse discurso estava subjetivo à questão da defesa do território, buscando-se a ocupação dos espaços habitados pelos indígenas e nativos, como benefício à entrega em demasia das terras, não para quem realmente precisasse, mas para quem, de certa maneira, tinha certo poder capital.

Moreno (1999) relata que a colonização para o Estado de Mato Grosso tinha como base da estratégia do Governo Federal a ocupação teoricamente dos “espaços vazios”, sendo um discurso propagado pelo governo, em uma ideia política de fortalecer os domínios das fronteiras por meio da implantação das colônias agrícolas. Dessa maneira, a Marcha para Oeste pretendia, sobretudo, a integração de Mato Grosso à economia nacional. No entanto, devemos analisar que esses espaços nunca estiveram vazios, pois ficaram vazios depois das monoculturas.

A autora ainda enfatiza que as questões fundiárias pós-governo Vargas propiciaram vendas indiscriminadas das terras devolutas, predominando as marcas de favorecimentos e trocas de favores políticos. A questão da terra em Mato Grosso foi transformada em interesses do capital e expansão das grandes propriedades.

Logo, durante o período da ditadura militar no Brasil, mais precisamente durante a década de 1970, apresentou-se a Revolução Verde, com a ideia de evolução do campo baseada nos meios tecnológicos, principalmente interligados na união entre a agricultura e a indústria.

Neste modelo, as grandes empresas, com o apoio estatal, partem para a completa modernização do campo, passando a organizar os meios de produção no campo e, por conseguinte, transformando de maneira radical a realidade deste. Propõem ainda de maneira singular, a produção das monoculturas para a exportação e, desta forma, com cultivares em grande extensão, promovendo, agora sim, o vazio demográfico (ANDRADES E GANIMI, 2007).

Balbuena (2015) elenca que tanto a política de Vargas com a Marcha para Oeste e, mais à frente, na época da ditadura militar, com a Revolução Verde e as grandes obras de interligação no Oeste brasileiro, sugeriram uma modernização do

campo. O que se viu foi o envolvimento total do capital neste progresso, primeiro, com a presença da colonização empresarial, a posteriori, com grandes latifúndios e, por fim, a produção de monocultura, que teve o apoio do estado em todas as fases, empurrando os pequenos proprietários para as periferias das cidades.

Assim, é possível averiguar que a facilitação para o acesso a grandes porções territoriais, durante o período da Marcha para Oeste e depois com a Revolução Verde, só possibilitou o acúmulo de terras e a desigualdade socioterritorial nos campos do Estado de Mato Grosso.

A crítica social do modelo da Revolução Verde [...] é uma crítica da própria natureza do capitalismo na formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes, seja na área econômica, seja no próprio campo político de definição de prioridades. Nos anos 70 e 80, é também uma crítica ao modelo concentrador e excludente da modernização tecnológica da agricultura brasileira, socialmente injusto. (MOREIRA, 2000, p. 45).

Fernandes e Molina (2004) propõem pensar o agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico da agricultura capitalista, tendo sua origem no sistema plantation, ou seja, não se trata de nenhum método novo, mas, de longa data, em que as grandes propriedades são utilizadas para produção de exportação, modificando e remodelando, porém, havendo sempre a intensificação da exploração tanto da terra como do próprio homem.

Por mais evidente que seja a desigualdade existente no campo, há opiniões divergentes sobre a importância do que o agronegócio representa para o Estado de Mato Grosso. Ao ponto em que avança sobre as pequenas propriedades, ganha notoriedade por permitir que o Estado e os municípios cresçam economicamente.

O setor agropecuário no Brasil é um dos que mais se desenvolveu no país nas últimas décadas. Por meio de mecanismos tecnológicos modernos utilizados na produção de matérias-primas e alimentos e respeitando as normas para se produzir, o que possibilitou condições produtivas mais favoráveis, tanto do ponto de vista mecânico como químico. Isto auxiliou na resposta aos estímulos advindos do mercado mundial, em ambiente dinâmico e de acentuada competição. (NASCIMENTO, *et al*, p. 904, 2018).

É enfático analisar que, do ponto de vista mercadológico, o agronegócio acaba por representar e colocar tanto o Brasil como, evidentemente, o Mato Grosso, como o celeiro das grandes produções da monocultura. Tal fator se torna prerrogativa para a desterritorialização do campesinato, com uma territorialização do capital e demasiadamente do agronegócio.

Figueiredo *et al* (2012) apontam que os benefícios de acessibilidade aos mercados agrícolas no mundo dizem respeito a uma maior capacidade produtiva, sendo devidamente valorizada a questão da agricultura e também da pecuária na economia nacional. Assim, isso diz muito sobre toda a contextualização e ocupação territorial ao longo dos anos, no Estado de Mato Grosso, levando-se em consideração toda uma política de favorecimento de acesso a terras por grandes empresas colonizadoras, grandes latifundiários, entre outros.

Trazer à tona todo um contexto de produção, tanto do viés capitalista quanto do viés campesino, torna-se essencial para se compreender toda uma trama de relações políticas, territoriais e socioeconômicas presentes, sobretudo, no Estado de Mato Grosso, em especial no Assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste, *lócus* desta pesquisa.

É importante salientar que tais disputas territoriais estão longe de um encerramento, e a resistência não dá nenhum sinal de fraqueza e de incerteza. Portanto, teremos longínquas discussões acerca dessa temática, o campo brasileiro está longe de se ter uma hegemonia, quando há resistência.

1.3.2 Produção Agrícola Campesina

Propor uma alternativa ao modelo de produção da monocultura no campo é colocar em xeque o agronegócio como caminho único. O cultivo de vários cultivares fica evidente na discussão de maneiras e manejos do campo, o que inclui a agroecologia, harmonizadoras da relação homem/meio ambiente/produção/modo de vida. Pensando neste horizonte, o que se observa são os laços produtivos, a ideia da permanência do homem na terra, a valorização da produção familiar e, substancialmente, a preservação do ambiente.

Teoricamente, o modo de produção no campo estaria dividido em duas vertentes, de um lado, o meio capitalista; e a agricultura camponesa, de outro. Silva T (2014) enfatiza que, ao designarmos a agricultura camponesa, estamos denotando uma nova vertente da agricultura familiar, pois o entendimento seria que “[...] agricultura familiar passou a ser identificada como moderna, rica, enquanto o camponês passou a ser identificado como atrasado, pobre”.

Entretanto, o trabalho camponês não se desassocia do trabalho familiar, tendo em vista que ambos os conceitos são trabalhados em conjunto, como se fosse apenas um modo de vida. Nesta perspectiva, ressalta-se que o camponês produz muito mais que alimento, visto que ele produz território, no qual constrói suas territorialidades e permite seus processos de luta e resistência camponesa.

Para compreender melhor o conceito do campesinato e do próprio território camponês, temos que buscar uma análise mais aprofundada das redes de relações. Primordial entender implicitamente a localidade, buscando não uma fronteira concreta, mas elementos que possam elencar os sujeitos que estão diretamente envolvidos nestas territorializações (SILVA T, 2014).

As relações existentes no campesinato extrapolam o simples produzir, as relações abstratas povoam o tecer das redes, permitindo uma interação que é inexplicável na objetividade. Também, é necessário conceber o empirismo que parte da subjetividade vivenciada e transformada no território do campesinato.

Pensar acerca de campesinato como território de produção alimentar e social é pensar na resistência e persistência, na conflitualidade da terra, nos anseios por políticas públicas, e no bem-estar social dos pequenos produtores.

O conceito de campesinato é [...] atual e permanente, podendo ser entendido como uma classe social integrada à vicissitude de forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo. No Brasil essa classe se destaca pela força de trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista, levando em consideração as singularidades atreladas à totalidade da dinâmica de reprodução [...]. (FELIX, 2010, p. 2).

Diante disso, analisando esse modelo de conceituação do campesinato, é importante destacar que a produção é pensada a partir de uma economia local para o global, e não ao contrário. Isso porque é impensável a realização de uma

produção do campesinato sem propriamente a geração de renda e trabalho para quem dela participa avidamente. Nesse viés, a força motriz da produção campestina permite o fortalecimento dos laços no campo e a interação entre produção, conhecimento, política e economia, pois pensar sobre campesinato sem tais concepções significa retirar a autonomia de sua produção, seja de conhecimento ou de lutas constantes.

Sendo assim, tratar de campesinato expressa a necessidade de uma reforma agrária, haja vista que para haver produção do campesinato deve existir territorialização. Em outros termos, sem tais elementos em consonância com a ação do homem, ao transformar o meio natural, não há produção, muito menos construção de qualquer modelo de produção existente.

Mesmo com muitos elementos mostrando a importância, o campesinato se vê cada vez mais reduzido em proporção territorial, e tal condição faz com que a resistência e o conflito no campo estejam sempre presentes, tornando expressiva a força da população campestina frente à demanda da agricultura capitalista.

Carvalho e Costa (2012) estabelecem a agricultura campestina como “uma especificidade que lhe é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza”. É fato que o campesinato tem nas suas perspectivas o produzir solidário, a produção da vida, da coletividade, do alimento saudável, da manutenção da base familiar.

Essencial demonstrar a múltipla produção que desponta do campesinato, a maior riqueza dos produtores é tirar o sustento de sua propriedade, da sua plantação, cativando formas de reciprocidade da coletividade, propondo comercializações que objetivam, sobretudo, uma economia pautada nos valores solidários e humanistas.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por conseguinte, os índices de desenvolvimento estão entre os maiores. (FERNANDES, 2008b, p. 03).

Observando todas essas pontualidades que evidenciam o campesinato, explicitamente sua produção, como fator essencial na melhoria de vida e dos índices de desenvolvimento da população do campo, é inevitável não traçar um paralelo com outros adendos, tais como a preservação ambiental, a produção sem veneno, a cadeia curta de comercialização e um convívio social saudável.

Chamando à práxis, cabe estabelecer que o *lócus* desta pesquisa permitiu uma análise interessante da prática da conceituação da produção campesina, trazendo a agroecologia e a economia solidária como um antagonismo ao modelo de produção das monoculturas. Em primeiro lugar, compreendemos a agroecologia como:

[...] conceito de transição [...] entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo [...]. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém, sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, 2004, p. 12).

Frise-se que a agroecologia, observada sua prática, traz um grande diferencial para a questão de produção no campo e da preservação do meio ambiente, através de práticas agrícolas menos degradantes, do uso de defensivos naturais, da base familiar para a produção, para geração de alimentação necessária à sobrevivência e de renda e trabalho no campo. Essencial elencar que o Assentamento Roseli Nunes permite na sua empiricidade que tais práticas ocorram de uma maneira eficaz e modelar.

Igualmente importante compreender que a agroecologia está muito aquém de ser somente produção. Ela está embasada na construção do sujeito camponês, na territorialização, no uso do espaço, nas concepções políticas e sociais, bem como na interação econômica local, regional e global.

A Agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo. Neste Seminário,

que congrega os mestres destas novas artes e ofícios, e eu não sendo o que conduz o arado, quem, com seu arado, remove a terra e planta a nova semente, que dirige um olhar ao caldeirão no qual se fundem e se amalgamam os conhecimentos que promovem esta mudança de paradigma, sobre o próprio sentido do saber agroecológico. Porque, mais que poder instrumental, no concerto destes saberes se joga o renascimento do ser: da natureza, da produção, do agrônomo, do cientista, do técnico, do camponês e do indígena; a reconstrução do ser que finda sobre novas bases o sentido da produção e abre as vias a um futuro sustentável. (LEFF, 2002, p. 36).

Assim, aliar a produtividade da terra inerente a práticas de conservação ambiental, de um novo olhar para a natureza e pelos métodos sustentáveis, proporcionam à agroecologia um motor propulsor para a produção de alimentos, amparando-se na questão da soberania alimentar de forma harmoniosa. Em consequência, as diretrizes imbricadas no preceito desta soberania alimentar expõem a necessidade dos camponeses de acesso à terra, às sementes (inclusive sementes crioulas) e à água, dando-lhes autonomia em suas produções e na comercialização de seus produtos (ALTIERI, 2010).

Para Altieri (2012), a essência do método agroecológico, como saber científico, está na valorização da sabedoria camponesa (e a de todos os povos tradicionais), no intuito de elevá-la a outro nível no acervo do conhecimento, por meio do encontro simultâneo desta sabedoria com os saberes elaborados na academia.

Com a agroecologia é possível dar voz à população camponesa, de uma maneira na qual a produção de alimentos saudáveis e o respeito à diversidade da natureza ficam evidenciadas. Mais que isso, a agroecologia cria laços, que se enraízam e moldam o homem camponês, ela passa a dar sentido ao modo de vida, ao convívio da comunidade e à política de uma boa vizinhança.

Dessa forma, é louvável utilizar o Assentamento Roseli Nunes como fonte desta pesquisa, visto que demonstrar o viés ecológico e sustentável de produção neste território significa caracterizar a resistência ao mercado, bem como negar a passividade nos conflitos agrários. Também significa instituir a construção de uma soberania alimentar, ampliando a renda e o trabalho na comunidade.

Ao propor trabalhar a agroecologia, viu-se a possibilidade de ampliação desta prática, no intuito de fortalecimento do assentamento e das famílias. A Escola

Estadual do/no Campo Madre Cristina, presente no assentamento, já vinha trabalhando disciplinas diversificadas em sua grade curricular, também, através de cursos formativos, relacionou a produção harmoniosa com a natureza para os jovens camponeses, em parceria com a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), desse modo, institucionalizou o ensino técnico à Agroecologia por meio do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP).

O curso trouxe uma grande expectativa por parte dos educandos e da comunidade, consistindo em um aprendizado importante para a consolidação do Assentamento Roseli Nunes como base produtiva da Agroecologia e da Economia Solidária.

Envolvido em tal processo, foi possível observar intensamente uma mudança de comportamento dos educandos e de suas famílias na abordagem de produção dos cultivos. E mais ainda, na preocupação quanto à degradação do ambiente e quanto à preservação de suas reservas nos lotes.

Aliado a isso, e a algumas famílias associadas, por meio da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), que já trabalhavam com o conceito da Agroecologia, percebeu-se uma intensidade na produção e criação de mecanismos de comercialização em cadeia curta, seja através de feirinhas dentro do próprio assentamento, bem como em outros espaços, e ainda como a entrega da produção através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Posteriormente, com o projeto de extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), intitulado Juventude Camponesa, intensificou-se a questão do viés da Economia Solidária e de sua importância para a resignificação da produção campesina congregada à Agroecologia.

Para apreender o sentido da produção social do conhecimento no projeto da Juventude Camponesa, apresentam-se conceitos de algumas práxis pedagógicas que caracterizam a teoria e a prática no desenvolver do projeto “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual ‘Madre Cristina’”, o qual foi desenvolvido no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D’Oeste/MT, no período de novembro de 2015 a maio de 2017. (RIBEIRO, 2019, P. 116-117).

O projeto possibilitou ampliar os horizontes para o Assentamento Roseli Nunes, em especial no que se refere à sua população mais jovem, atendendo demanda do edital:

[...] chamada MCTI/MDAINCRA/CNPq n° 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural, proposto a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A chamada teve como objetivo apoiar projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora de jovens de 15 a 29 anos. (RIBEIRO, 2019, P. 117).

Sendo assim, propôs aos participantes todo um processo formativo e produtivo, através de diretrizes que atendessem, principalmente, temáticas referentes à economia solidária, agroecologia, educação do campo e tecnologias informacionais, ou seja, demonstrar a possibilidade também da juventude camponesa de empreender solidariamente no campo, com a prática da produção sustentável (RIBEIRO, 2019).

Deste projeto, e de todas as ações discutidas ao longo deste tópico, observou-se uma série de ações e reações, tanto por parte do público-alvo, no caso os jovens, como também dos assentados como um todo. Feiras agroecológicas se tornaram potenciais para a comercialização solidária dos produtos da agricultura camponesa dentro da Universidade, gerando renda e mais trabalho para os camponeses, resgatando o modo de vida camponês, rachado pelas ameaças da monocultura e da mineração.

Por este e por muito outros fatores que recaem sobre a questão territorial, a dinâmica espacial, a questão econômica e social, o modo de vida, a produção, há intensas discussões quanto à conceituação do termo agricultura camponesa em contraste à agricultura familiar.

Silva T (2014), embasando Lênin, observa analiticamente uma real evolução do camponês para o agricultor familiar. Percebe-se que, subjetivamente, os ideais representados por um e outro são distintos. Ao analisar o que a autora denota, evidencia-se a preocupação do agricultor familiar em produzir para o mercado, enquanto o camponês tende a produzir para sua economia de fatura, sua existência, sua renda. Desse modo, isso se torna evidente quando observamos a troca de mão de obra familiar por uma produção mecanizada, não é dizer que o

camponês deva permanecer inerte às mudanças e melhorias tecnológicas, mas arguir sobre o objetivo final desta produção, a finalidade de se produzir mais em um curto espaço de tempo.

Mesmo assim, Felix (2010), interpretando os conceitos de Chayanov, subentende que o campesinato não tende a desaparecer em virtude do capitalismo, muito menos das suas evidentes consequências, pois em determinado momento se entendeu o campesinato como sendo apenas meio de produção, não como classe social.

Compreender a territorialização do camponês incide principalmente na construção social das relações e produções. Assim, pensa-se na questão da coletividade familiar, que participa diretamente na produção em que não haja resquícios de produção baseada no lucro, mas sim na renda, e desta com o que se refere às relações sociais, aos mutirões, às festas, aos almoços de vizinhança. A produção alimentar é um meio e não um fim, ela faz parte do modo de vida.

Diante disso, deve-se pensar que o campesinato necessita muito mais que terra, carece de políticas públicas que possam subsidiar sua permanência, como também fazer prevalecer o trabalho familiar, dar condições plenas para a juventude do campo, valorizar as produções que respeitem e se integrem ao meio ambiente, que preservem as relações humanas, diferentemente da agricultura comercial, que promove a degradação social pela busca da maximização do lucro e a expropriação dos pequenos produtores ou do meio natural.

A modernização do campo esfacela o tradicionalismo que representa o campesinato e, ainda, influencia diretamente nas organizações de produção, tendo por base a deterioração do trabalho, que leva inevitavelmente à expulsão do homem do campo. Concebe-se, portanto, que esse moderno modo de produzir chega de maneira e proporção totalmente distintas, quando se compara com a produção campesina da produção capitalista, visto que os meios produtivos não são e nunca serão de acesso igualitário, pelo que vem sendo desenvolvido pelas políticas públicas pelo Governo.

É pertinente que a desterritorialização do camponês reflita indiscutivelmente na redução da oferta de alimentos, a questão da terra implica, sobretudo, na substituição dos alimentos da agricultura campesina pelo agronegócio, afetando

diretamente a cidade com a falta de alimentos na comercialização do excedente do agricultor campesino.

Assim, ponderar acerca do território do campesinato significa ir mais além de delimitá-lo como apenas um modo de produção, ou como apenas uma classe social. O campesinato tem sua representatividade enquanto resistência ao modelo do capital, ele carrega em sua base a junção de toda uma rede de relações que permite o enfrentamento ao agronegócio, empodera os camponeses na luta constante de ameaça à perda de seus territórios, bem como diante da falta de políticas públicas. Ainda, permite substancialmente que as dificuldades se tornem fontes de sabedoria e oportunidades para o refazimento enquanto território de resistência.

É complexo fazer uma análise minuciosa nas bases de percepção da tríade agricultura capitalista, familiar e camponesa. É evidente distinguir que cada qual possui suas singularidades e, especificamente, seu objetivo central. Nesse viés, com base no que está sendo apresentado nesta pesquisa, é indiscutível que a disputa por territórios se torna cada vez maior e bem mais complexa, pois desvia-se das esferas da produção, adentram os meios sociais e pujantemente as relações estabelecidas.

Toda essa relação descrita no parágrafo anterior propõe um importante debate acerca da questão agrária e de suas contradições no Estado de Mato Grosso, pois semeia um grande número de possibilidades de interpretação do processo de ocupação deste território. Ainda, analisa-se de maneira bem profunda as relações que são estabelecidas pelos sujeitos que o territorializaram, abrindo procedência para um debate intenso no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – AS CONTRADIÇÕES DAS QUESTÕES AGRÁRIAS DO CAMPO MATO-GROSSENSE

Compreender o processo de territorialização no Estado de Mato Grosso é também entender as perspectivas de ocupação dos espaços em uma análise de colonização e a quem ela representou. Permitir lidar com essas informações é, ao mesmo tempo, fazer um balanço de como o Estado se encontra dividido hoje, aliado ao estudo de como ocorreu essa divisão ao longo da ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

Tais pressupostos, de forma mais ampla, são inerentes ao processo de construção dos territórios. É um desafio entendê-los, assim como todas as suas distinções, abordagens e substanciais características. A partir das possibilidades, é significativo compreender uma análise global e, ao mesmo tempo, regional e local, a partir da territorialização que se deu ao longo dos anos no Estado de Mato Grosso.

Segundo o Censo Demográfico (BRASIL, 2010), a população em Mato Grosso era de 3.035.122 milhões de pessoas, com uma estimativa de 3.484.466 milhões de pessoas para o ano de 2019, tendo como densidade demográfica 3,36 hab/km². A população urbana representava 84%, enquanto o meio rural era habitado por apenas 16%, conforme os dados elencados pela tabela 1.

Tabela 1- Distribuição populacional no Brasil e em Mato Grosso

Estado	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Total
Mato Grosso	2.482.801	81.8	552.321	18.2	3.035.122
Brasil	160.879.708	84	29.853.986	16	190.755.799

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Na distribuição populacional apresentada na tabela 1, pode-se considerar que o Estado de Mato Grosso mantém uma equivalência da média desenvolvida no Brasil, no que tange à distribuição populacional, rural e urbana, sendo pouco maior na população rural e pouco menor na urbana.

Ressalta-se que grande parte do território rural está capitaneada nas mãos dos grandes latifúndios e empresas rurais, que se propõem a conceber o território

como modelo de produção do agronegócio e da produção em grande escala, associados aos interesses do mercado.

Nesse cenário, a ênfase dada ao agronegócio em Mato Grosso, assim como em todo o território nacional, consolida-se como uma triste realidade, pois, na contramão da modernidade, bem como do enriquecimento de pequenos grupos empresariais e latifundiários, esfacela-se o modo de vida camponês, expulsando-os do campo e obrigando-os a procurar morada nas cidades, expondo-os à miserabilidade e pobreza (RAMOS FILHO, 2005).

Com base no pensamento de Michael Foucault, podemos, necessariamente, sem o medo perspicaz de cair em uma eventual generalização, apontar que o capital detém, sobretudo, o poder, que institui sorrateiramente a “[...] capacidade de triunfar sobre os inimigos, de derrotá-los, de reduzi-los à escravidão. O poder se definirá também pela possibilidade de conquistar e por todo o conjunto dos territórios, riquezas, etc., que terá acumulado” (FOUCAULT, 2008, p. 169). Desse modo, inevitável não pensar na homogeneização da terra e, principalmente, na produção agropecuária em Mato Grosso.

Assim, partir da premissa do entendimento de que o Estado de Mato Grosso produz em grande escala significa abrir espaço para a discussão da questão agrária e dos domínios territoriais, considerando, sobretudo, a questão conflitual no campo, a disputa de territórios e a expropriação do campesinato. Em primeiro lugar, por se tratar de territórios altamente concentrados e monopolizados, quer seja por grupos latifundiários e/ou por plantio da monocultura; e em segundo lugar, por ser tremendamente enorme esta proporção territorial, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2- Área territorial e estabelecimentos agropecuários

Estado	Área Territorial (ha)	Estabelecimentos Agropecuários (ha)
Mato Grosso	90.336.790	47.805.514
Brasil	852.487.659	329.941.393

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

A área territorial do Estado de Mato Grosso, conforme aponta a tabela 2, falando especificamente do campo e da análise de estabelecimentos agropecuários,

aponta que Mato Grosso é um Estado materializado através da atividade agropecuária, sustentando o ancoramento na produção do campo, ofertando tanto território quanto condições climáticas para que isso ocorra. É fato que há uma dualidade de produção, tendo como visibilidade os fatores econômicos concernentes à prática da lucratividade ao agronegócio e à rentabilidade da agricultura campesina.

Desse modo, pensar na dualidade mencionada anteriormente reflete no desequilíbrio em relação à questão produtiva, sobretudo, na preferência ao agronegócio em lugar da agricultura campesina. Assim, pesando de maneira exorbitante na questão ambiental e na preservação do meio ambiente como um todo, alijada a um modelo que não haja degradação, seja dos rios, das florestas, do ar.

Camacho (2009) traz à luz considerações importantes a respeito desta preferência pela agricultura do agronegócio e também ao desequilíbrio, tanto ambiental como também social. Exemplifica que, ao relacionar os latifúndios e a produção monocultora, grandes impactos ao meio ambiente como um todo são estabelecidos e direcionados, isso porque se torna inviável pensar em tais questões sem lidar, inevitavelmente, com o uso dos agrotóxicos, desencadeado pela incessante necessidade da garantia da boa produtividade e de combate às pragas. Em decorrência desses fatores, a desterritorialização do camponês torna-se inevitável, pois, por conveniência, dá-se preferência a quem teoricamente dá um retorno maior de lucro, no caso, o agronegócio.

O autor ainda enfatiza as características que evidenciam o agronegócio, pendendo para o latifúndio mecanizado, aliado ao intenso uso de agrotóxicos, estabelecendo-se concretamente “na tríade: latifúndio, monocultura e exportação. Mostrando-se, por isso, ser um modelo socioambientalmente degradante” (CAMACHO 2009, p. 6). Ainda, cada vez mais crescente e liberal, tornando o campo um mar de produção de monocultura, sem vida e sem produção alimentar interna. Essa ênfase do agronegócio torna-se visível quando se demonstra a concentração fundiária no Estado, conforme apresentado na tabela 3, a seguir.

Tabela 3- Estrutura fundiária de Mato Grosso

Classes de área (ha)	Número de Estabelecimentos	%	Área	%
Menos de 10	14.987	13,27	58.603	0,12
10 a menos de 50	37.874	33,52	1.037.878	2,17
50 a menos de 100	23.900	21,15	1.544.379	3,23
100 a menos de 200	12.099	10,71	1.549.185	3,24
200 a menos de 1000	12.478	12,81	6.560.794	13,73
Acima de 1000	8.624	7,63	37.054.676	77,51
Sem área	1.016	0,90	-----	-----
Total	112.978	100	47.805.514	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Este fator permite configurar o cenário da questão da territorialidade presente no Estado, sendo premissa para assimilar as disputas presentes no campo. Ainda, furtivamente, observar de maneira mais lúcida a importância dos movimentos sociais, a questão agrária e de políticas públicas para o enfrentamento ao grande capital no Estado. São vícios que vêm se perpetuando desde o início da colonização do Estado e que, incontestavelmente, ainda está presente nos tempos atuais:

A territorialização dos projetos particulares, por sua vez, obedeceu à lógica da especulação fundiária. Pela grande quantidade de terras devolutas existentes no norte do Estado e, sobretudo, pela facilidade de aquisição e regularização dessas terras, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um negócio altamente rentável [...] sabidamente com vícios na titulação [...]. Esse era o esquema da grilagem legalizada, que esteve também na base da aquisição de terras para os projetos agropecuários, agroindustriais e minerais [...]. (MORENO, 1999, p. 82).

A questão da terra é e sempre será primordial para entendermos a atual territorialização de Mato Grosso, tendo em vista que as desigualdades vivenciadas cotidianamente estabelecem um cenário que produz, sobretudo, a desterritorialização do camponês.

Dessa forma, partindo do princípio da acumulação do capital e da terra, enquanto objeto de disputa e de conflitos agrários, cabe enfatizar que:

A construção do território camponês é o resultado de um processo histórico ocorrido com as transformações no espaço agrário brasileiro e constituído por uma divisão de classes sociais, que historicamente se formou a partir de uma questão agrária excludente e concentradora. (JESUS, *et al*, 2013, p. 5).

Território este que busca incessantemente disputar espaço com as monoculturas de soja, da cana-de-açúcar, do milho e também da pecuária leiteira e de corte, através de seus cultivares. Como apresentado nas tabelas 4 e 5:

Tabela 4 - Produção agropecuária em Mato Grosso por classes de áreas

Classes de áreas (ha)	Soja (ha)	Milho (ha)	Bovina (cabeças)	Leite (mil litros)
Menos de 10	18	9.027	97.437	18.903
10 a menos de 50	10.221	32.508	1.221.043	185.828
50 a menos de 100	12.501	17.127	1.286.687	115.588
100 a menos de 200	31.788	21.675	1.297.734	77.167
200 a menos de 1000	525.186	195.565	4.199.943	90.401
Acima de 1000	3.165.840	847.761	11.700.392	28.955
Sem área	-----	132	4.323	462
Total	3.745.556	1.123.795	19.807.559	517.304

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Tabela 5 - Produção da agricultura camponesa em Mato Grosso

Produção	Mandioca (ha)	Alface (ha)	Banana (há)	Mamão	Melancia
Hectares cultivados	20.218	70	6.015	120	1,169

Fonte: EMBRAPA, 2018; FERRO e VECHI, 2014

Assim, nos dados revelados na tabela 4, evidencia-se que quanto maior a propriedade, maior a produção da monocultura. É certo também esclarecer que as pequenas propriedades, não em sua totalidade, são também produtoras de cultivo, que são práticas do agronegócio, não necessariamente tornando-se produtoras em

grande escala, apenas são parte complementar de uma grande cadeia produtiva e alicerce de um mercado exploratório. No entanto, também a primeira classe e a segunda classe de áreas da tabela 4 podem ser consideradas camponesas.

Compelidos pela exiguidade de terras, os camponeses se veem compelidos a fazer um uso dos recursos naturais com técnicas que desenvolveram e estavam adaptadas a terras disponíveis em grande extensão. Os camponeses dos cerrados se veem, hoje, desapropriados por um modelo que, por sua própria lógica, não democratiza seus benefícios, seja pela elevada magnitude de capital, que exige para aceder a todo o pacote tecnológico, seja pelas enormes extensões de terras, seja, ainda, pela diminuição de preços agrícolas que provoca, impedindo que cheguem ao mercado aqueles que estão abaixo do nível de produtividade médio, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 20).

Diante da grande extensão territorial e do grande incentivo do estado aplicado aos latifundiários do agronegócio, em Mato Grosso, percebeu-se, no decorrer dos anos, a consolidação da especulação, da apropriação e da expropriação da terra.

Essa intensidade de produção monocultora permite analisar e dar ênfase ao cenário do Estado, legitimando-o como celeiro do agronegócio e dos grandes latifundiários, pensando, sobretudo, em um Estado que, pelo tamanho do território, seria incrivelmente sanada a questão da terra e dos conflitos que por ela existem.

Por outro lado, a tabela 5 aponta para a diversidade de alimentos que são produzidos na agricultura camponesa, mesmo que o tamanho da terra e da propriedade seja muito inferior de terras destinadas para o agronegócio. Essa realidade também reflete acerca de alimentos encontrados no Assentamento Roseli Nunes. Alguns não são produzidos pela própria dificuldade de assistência técnica rural, mas grande parte encontra-se nos lotes dos produtores desta localidade.

Em síntese, pensar em uma resolução da questão agrária no Estado de Mato Grosso seria dar abertura de procedência a uma equidade de vivências no campo. Seria a oportunização das mesmas condições dadas aos pequenos produtores e, quiçá, definir-se-ia o papel do latifundiário com suas consonantes.

Antes, porém, de qualquer interpretação acerca de produção e propriedade, é importante a compreensão das características do módulo fiscal do Brasil, de Mato

Grosso, e também do município de Mirassol D'Oeste, conforme os dados da tabela 6.

Tabela 6- Módulos Fiscais

Módulo Fiscal	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
Brasil	Inferior a 1 módulo	Até 4 (quatro) módulos	De 4 (quatro) até 15 (quinze) módulos	Superior a 15 (quinze) módulos
Mato Grosso	Módulo Fiscal varia de município para município			
Mirassol D'Oeste	Inferior a 80 hectares	De 80 a 320 hectares	320 a 1.200 hectares	Superior a 1.200 hectares

Fonte: INCRA (2020) e TEIXEIRA (2011). Adaptação: BALBUENA, 2020.

Com base na tabela de módulo fiscal, exibida na tabela 6, em se tratando do Assentamento Roseli Nunes, é perspicaz analisar que os lotes perfilam como minifúndio, por mais que seja uma expressão que traga inflexão, todos os entrevistados possuem propriedade com no máximo 25 hectares, vide a pesquisa *in loco*.

Por outro lado, em se tratando de Estado, o que detecta é um perfil de média a grande propriedade, com predomínio na questão da terra e, principalmente, na questão de investimentos por parte do poder público.

Entretanto, sabe-se que os pequenos proprietários e sua pequena produção sobrevivem dentro de um modelo econômico baseado no capital, que advém principalmente da relação das crises de existência do próprio sistema, o que impele cada vez mais formas intensas de exploração da natureza, como resultado da ação e da exploração do próprio homem (GIRARDI, 2015).

Sendo assim, o que se espera é a persistência da resistência por parte dos povos que não aceitam tal exploração, e muito menos sua expropriação do campo. A mulher e o homem, enquanto trabalhadores camponeses, possuem em sua força de trabalho e na de sua família números suficientes para contrapor o agronegócio. Fato é que nem sempre as políticas de terra são favoráveis aos pequenos produtores. Os movimentos de ocupação demonstram que a força e a persistência têm colhido várias conquistas, como a própria conquista da terra, políticas públicas para a produção alimentar, dentre outras.

Outra questão que se torna visível pela demonstração dos números relacionados ao campo, em Mato Grosso, é o modelo de produção adotado pelas pequenas propriedades, ou melhor, pelos produtores camponeses, destoando da proporção de monocultura de *commodities* para exportação, compreendendo o território camponês como produtor de alimentos para abastecimento interno. Isso porque

[...] a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. [...] a produção é pautada pelas necessidades de sobrevivência dos membros da família e não de lucro e acúmulo infinito. (FABRINI, 2007, p. 25).

Ainda assim, com o excedente de produção ou através da comercialização de cadeia curta, podemos mensurar renda aos trabalhadores camponeses, que, em suas pequenas unidades, produzem com mais diversidade, valor agregado, volume e também com mais gente envolvida no processo produtivo, como observado no Assentamento Roseli Nunes.

Os dados do Censo Agropecuário (2006), coletados em todo o território rural brasileiro, corroboram que a agricultura camponesa produz mais de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro, mesmo com pouca terra, visto que ocupam apenas 24% da área cultivada (tabela 7), com poucos incentivos de financiamento, com insuficiência de assistência técnica e créditos para produzir.

Tabela 7 - Geração de empregos, produção alimentar, utilização das terras e créditos agrícolas do Agronegócio

Segmento	Agronegócio	Agricultura Camponesa
Emprego por 100 Hectares	1,7	15
Alimentos produzidos (%)	30	70
Terras utilizadas (%)	76	24
Créditos do governo (%)	84	14

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

A partir dos dados da tabela 7, enfatiza-se a relevância da agricultura camponesa para a produção de alimentos, frisando, sobretudo, sua alta

potencialidade de usar menor quantidade de terra e, ainda assim, ser a principal expoente nos cultivos para a soberania alimentar e nutricional da população brasileira. Também, torna-se visível a capacidade de geração de emprego, propiciando renda aos camponeses. Este, justamente, é um dos motivos essenciais de relevância do Assentamento Roseli Nunes para os assentados, de uma maneira geral, e para a própria região onde está localizado o assentamento.

A tabela 8 representa a produção alimentar derivada da criação de animais. Em síntese, uma boa parte da produção do camponesinato tem, em muitos casos, a produção dos derivados para a obtenção da renda da família. Em alguns casos, como a produção de bovinos, reporta a ideia de uma ‘poupança’ para as horas de necessidade, enquanto a produção suína e a de aves subsidiam a alimentação da família, e o excedente para a comercialização e renda.

Tabela 8 - Agricultura camponesina e produção de alimentos

Alimentos	Quantidade em Porcentagem (%)
Suíno	59
Leite	58
Aves	50
Bovino	30

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Para uma melhor apreensão da dualidade da agricultura encontrada em Mato Grosso, podemos destacar o acesso aos créditos fundiários por estes dois segmentos presentes no Estado.

Segundo o site da Secretaria de Estado da Agricultura familiar (SEAF), no Estado de Mato Grosso, a agricultura subdivide-se em dois grupos, a saber, a agricultura do agronegócio e a agricultura familiar, sendo a primeira voltada para a exportação e a segunda para o mercado interno.

Ainda, segundo o site do Governo do Estado de Mato Grosso, a diferenciação do valor tomado para o investimento da agricultura no Estado, no ano de 2019, dos meses de janeiro a outubro, foi de R\$ 1,2 bilhão para o agronegócio, do qual R\$ 644 milhões destinados à agricultura, e R\$ 633 milhões para a pecuária. Na outra ponta de investimento, para a agricultura familiar, foram destinados os valores de R\$ 159,9 milhões (BAIROS, 2020).

Diante disso, analisando os números, é gritante a diferenciação de investimentos na produção da agricultura campestre, que ainda disputa essa parcela com os agricultores familiares, visto que estes que levam a maior parte. Desse modo, realçando mais a preocupação do governo estadual e federal na consolidação do modelo produtivo em Mato Grosso. Também, fica evidente que essa problemática está intrinsecamente ligada à territorialização, à questão da terra e de quem está sobre ela, legitimando que:

O poder e a astúcia dos ruralistas, o papel fundamental do Poder Judiciário em defesa dos interesses dos latifundiários e grileiros e a competência limitada do Estado tem causado um resultado perverso para a sociedade, principalmente para os trabalhadores. Com a crise do mercado de terras, o Estado - via INCRA - tornou-se o principal comprador de terras. E pior, pagando um preço muito superior ao preço de mercado [...]. (FERNANDES, 2012, p, 35).

Neste íterim, para um melhor discernimento do que está posto em análise, e considerando a legitimidade trazida por Bernardo Mançano Fernandes em sua citação, postula-se a compreender no próximo subitem o campo mato-grossense e suas singularidades por meio das disputas por terras e por territórios.

2.1 O Campo Mato-Grossense e as disputas territoriais

Os modelos de produção apresentados, tais como agronegócio, agricultura familiar e campestre, conotam ao Estado de Mato Grosso um território de produção, propondo conceber que a proporção territorial e as condições climáticas permitem essa possibilidade.

Assim, avaliar esta proposição enfatiza todo um processo de territorialização, ocorrido nas últimas décadas no Estado, principalmente pela análise da Marcha para Oeste, conforme já explicitado nas linhas anteriores e, sucessivamente, pela modernização do campo brasileiro e as consequências que todo este processo gerou.

O cenário, levando-se em conta a mecanização, propiciou uma mudança drástica no campo mato-grossense, inspirada, sobretudo, na alta concentração

territorial e instintivamente na produção baseada na geração de lucro e na expropriação dos pequenos produtores, posseiros e afins.

O problema que mais chama a atenção [...] é o mapeamento de extensos territórios por grupos capitalistas, fechando-se a porteira, já antes dos anos 60, para as populações trabalhadoras que acorriam ao estado de Mato Grosso, em busca de terra própria para plantar. Há diferentes tipos de famílias trabalhadoras que estão sendo expulsas de seus lugares de origem, e se põem a caminho do oeste. Extensos territórios, aparentemente sem dono, despovoados e sem plantação, esperavam o seu trabalho. Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes. (LENHARO, 1986, p. 48).

Para Oliveira (2007), foi perceptível fazer uma análise sobre a crescente disputa de territórios, na medida em que o mercado passou a ditar as regras e prioridades de produção, demandando de maneira quase automática uma inteira divisão entre o próprio burguês e o proletariado, sendo estes classificados pela premissa de quem detinha mais terras e, obviamente, dinheiro.

Tais condições vêm se desenhando desde os princípios de colonização em Mato Grosso, tudo fundamentado e garantido pelos governos estaduais, o qual fez vista grossa em questões pontuais, como o exagero e soberba cometidos por particulares na apropriação das terras ou através da legalização de grandes porções territoriais, inclusive ignorando legislações vigentes à época (MORENO, 1999).

O contexto de favorecimento ao modelo agrícola neoliberal teve como reflexo futuro propriedades com grandes porções territoriais, quer construída no período ou simplesmente pela continuidade destas políticas de lucro, da desarticulação da produção camponesa e da expansão do latifúndio, da monocultura, em nome da modernização fajuta do campo.

Evidentemente, concebe-se o campo mato-grossense como diverso e conflituoso. Destaca-se, assim, que, em primeiro lugar, trata-se de um dos maiores estados em proporção territorial, o que fundamentalmente o garante como propício à produção agrícola; em segundo lugar, as condições climáticas favoráveis para a prática da agricultura; e em terceiro, as relações de conflitos, que mesmo com uma

grande extensão territorial, sua construção enquanto território promove uma intensa desigualdade social, econômica e territorial.

Assim, engendrar Mato Grosso enquanto território é perceber que a concentração de terra ainda persiste. Além disso, sobretudo, necessário entender que a luta pela terra continua expressivamente viva, imbuída pela luta dos trabalhadores rurais, para a construção de políticas públicas que possibilitem a conquista da terra, da possibilidade de sua permanência, de sua economia de fartura, de sua convivência (SILVA, *et al*, 2012).

Feita esta análise, compreender o processo de produção agrícola no contexto do campo mato-grossense é também entender todo o aspecto socioeconômico que vivenciamos. Partindo deste pressuposto, essencial enfatizar a disparidade e desigualdade em toda a cadeia de produção e, necessariamente, da proporção territorial.

Em Mato Grosso, as ações do Estado se concentraram em torno do incentivo à criação de projetos agropecuários por empresas e da criação de projetos de colonização públicos (estaduais e federais) e privados. Os projetos de colonização privados surgiram para auxiliar o Estado na tarefa de alocar contingente populacional nas regiões a serem ocupadas, permitindo assim a abertura de novas áreas e a disponibilização de mão de obra para os objetivos do capital. Esses projetos de colonização eram baseados na propriedade familiar, capaz de atrair maior número de famílias. Nessas regiões, a estrutura fundiária desconcentrada não resistiu às investidas do capital e dos grileiros, de forma que apenas alguns projetos, principalmente nas regiões mais longínquas na Amazônia mato-grossense, no norte do estado, ainda apresentam importância significativa da agricultura camponesa. Nesses municípios, o agronegócio de grãos ainda não tem papel importante, seja pela incompatibilidade do terreno às técnicas agrícolas atuais, seja pela falta de condições infraestruturais de produção, processamento e escoamento. Contudo, nesses municípios o agronegócio de gado bovino é muito importante e coexiste com a agricultura camponesa. (GIRARDI, 2015, p.6).

Em suma, todo este fator, acabou consolidando o agronegócio como grande produtor de Mato Grosso, espreitando a passos largos outras formas de consolidação de produção, principalmente ao que tange a agricultura campesina, proporcionando assim, a relação de conflitos e inevitavelmente disputas territoriais, violentas, com base nas desocupações e conflitos com latifundiários, vivenciados

pelos assentados enquanto acampados, e não violentas, com base nas ameaças veladas, representadas pelas monoculturas e mineração.

Dessa forma, nestes meandros, há toda uma historiografia atrelada à formação do território mato-grossense estabelecido por alguns paradigmas, que já remete a minuciosas análises. Assim, no comparativo, pode significar uma linha de produção balanceada pelo tempo e pelo território, entretanto, a que melhor atendeu os anseios do capital e do governo em vigência.

Mato Grosso hoje é um dos principais estados produtores do país, conta com propriedades que produzem em larga escala, de maneira a prevalecer a produção de *commodities* para exportação. Essas propriedades são os chamados grandes latifúndios, pertencem a pequenos grupos empresariais e a famílias tradicionais da agricultura, que chegaram a Mato Grosso na época de colonização e por aqui fixaram moradia e seus empreendimentos agrícolas. Tal ocupação se deu nos três estados da região Centro-Oeste, conforme necessidade de exploração das terras e o advento do grande capital. Essa política de expulsão e expropriação dos nativos, que, pela lógica do Estado, tratava-se de terras desconhecidas de qualquer civilidade, incorporada à necessidade de povoamento, surgindo aos traços da Marcha para o Oeste e sua intrínseca relação com a necessidade de desenvolvimento da economia brasileira.

O panorama atual da questão produtiva no Estado ainda tem como embate e como foco primordial a questão da disputa de territórios e de formas de cultivo. Conseqüentemente, sobretudo, o que gira em torno da produção mecanizada, junto ao uso dos agrotóxicos para o mercado, contraditório com a agricultura praticada pelo campesinato, que produz solidariamente com os membros familiares e, por vezes, a partir de relações de vizinhança, de maneira mais humanizada possível, para a composição da renda familiar.

Esse contraste no campo de Mato Grosso se estabelece muito furtivamente à medida que os incentivos destinados ao agronegócio se tornam cada vez mais ascendentes. Inevitavelmente, na outra ponta, a agricultura campesina se vê cada vez mais à espreita, cada vez mais lutando pelo sustento no pequeno pedaço de terra. Isso é bem visível quando comparados os valores e as áreas ocupadas em cada segmento e o retorno que cada uma oferece. Exalta-se a agricultura campesina em detrimento da capitalista, uma vez que, mais que o retorno de renda,

ela busca o equilíbrio do bem-estar das pessoas do campo, em contraste com a garantia da permanência familiar. Os dados da tabela 9 elencam a produção e participação do campesinato na economia. Importante realçar a terminologia campesina no título do quadro, como um apontamento de que este modelo de agricultura não tem o mercado por objetivo.

Tabela 9 - Participação da agricultura campesina na economia brasileira

Segmento	Valor (R\$)	Valor (%)	Área ocupada (%)
Agricultura campesina	54 bilhões	38	24,3
Agricultura capitalista	89 bilhões	62	75,7

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Desta maneira:

É possível observar que a expansão contraditória e desigual das relações capitalistas cria e recria relações não-capitalistas e o latifúndio, bem como o agronegócio, são exemplares dessa expansão. A acumulação não está pautada necessariamente nas relações mercadológicas (produção de mercadorias), mas na exploração da mais valia social (renda da terra). É possível verificar uma acumulação capitalista a partir de uma renda patrimonialista resultante da propriedade da terra, o que faz surgir a classe de proprietários fundiários e não só capitalista no campo. (FABRINI, 2008, p. 44, 45).

Nesse viés, associa-se o processo de territorialização destas relações casuais criadas pelo sistema capitalista. Deste resultado, possibilita a compreensão, que evidentemente a terra se torna o objeto de resistência por parte da população campesina, refutando os traços do capital e de seu avanço frenético.

Nesta direção, apresentam-se, novamente, os dois atores que tecem tais disputas nos campos mato-grossenses. De um lado, o agronegócio que “tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna a barbárie da grilagem de terras, da exclusão social e expropriação dos povos do campo”; e por outro lado, o campesinato que “possui uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura, e

porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visa à transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência”. São dois opostos gerados a partir das premissas do capital, com favorecimento do primeiro em detrimento do segundo (CAMACHO, 2009, p. 2).

A mudança na estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o aumento significativo do tamanho da área das médias e grandes propriedades, vai ao encontro das políticas desenvolvimentistas do agronegócio, tendo por base o modelo de gestão que os próprios governantes intencionaram para a questão da terra no Estado.

A partir desta análise, frisa-se que, ao longo do tempo, o campesinato inclinou mais para uma resistência ao capital e, inevitavelmente, tornou-se um obstáculo aos grandes proprietários de terras e latifundiários. Essa percepção da própria resistência está aquém da simples moradia, visto que está na produção, nos meios de sobrevivência, na base familiar e na busca de políticas públicas de favorecimento para o povo camponês, através dos movimentos e organizações sociais.

Atualmente, os camponeses mato-grossenses demonstram maior capacidade de organização, resistência e luta contra a dominação, expropriação e imposição do modo de produção capitalista. “Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança” (FABRINI, 2007, p. 30).

Enfim, compreender a complexidade da produção em Mato Grosso é assimilar que o território sempre estará em evidência e constantemente sendo palco de conflitos, concretos e abstratos. Ainda, é visualizar que o conceito de camponês, mesmo sendo reflexo das práticas capitalistas, é um dos poucos meios de se fazer o enfrentamento ao modelo do agronegócio e do latifúndio. E, por fim, e o que se torna mais emblemático, entender que as relações sociais se fazem presentes em todo o contexto, seja econômico, produtivo, territorial, educacional e afim.

Sendo assim, na próxima subseção, serão apontados os dados em relação ao município de Mirassol D'Oeste/MT, com o objetivo de complementar as informações já constantes até o presente momento. Sumariamente, também apresenta uma delimitação do município de Mirassol D'Oeste e do lócus de pesquisa, o

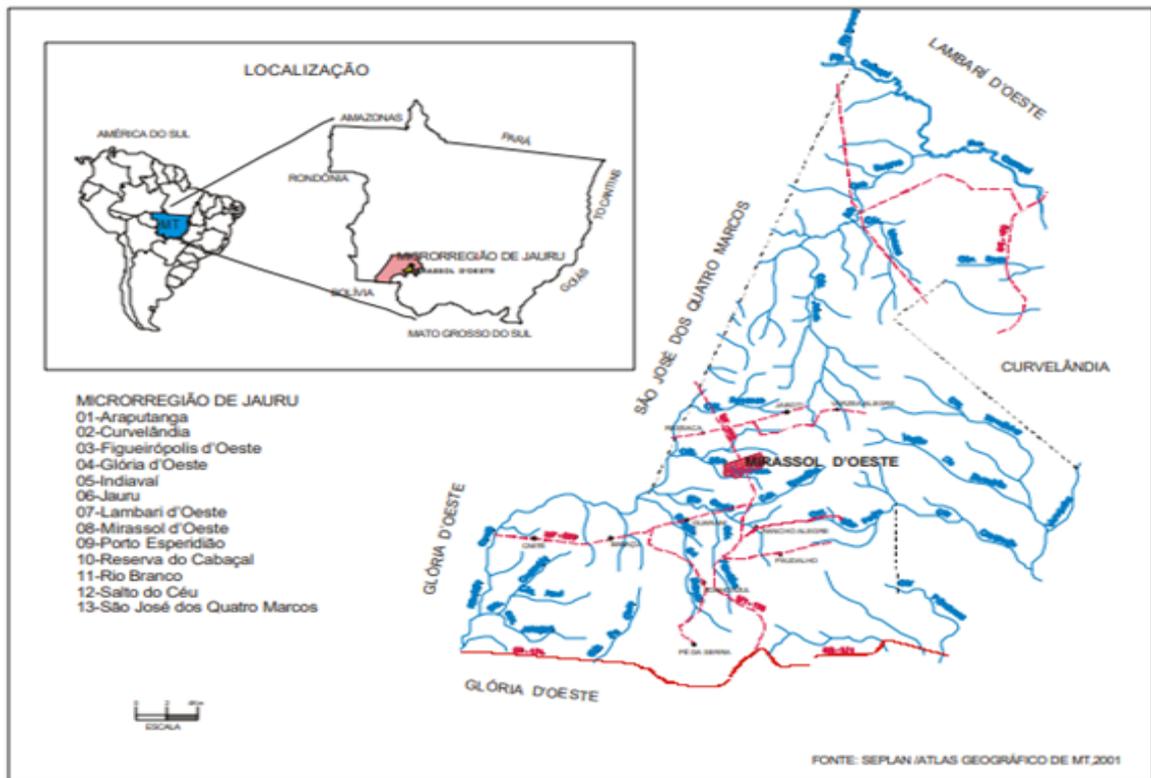
Assentamento Roseli Nunes, que será apresentado nos próximos capítulos de maneira paulatina, objetiva e subjetiva, em conjunto com seus atores sociais.

2.2 Mirassol D'Oeste/MT: contexto histórico e socioterritorial

Levando-se em consideração o advento dos processos colonizatórios e de como estes interferiram drasticamente no povoamento da Região Oeste do Brasil, particularmente no Sudoeste mato-grossense, no qual o município de Mirassol D'Oeste está inserido, e a partir dessas definições, da discussão de conflitualidade da terra e da complexidade que há nesse emaranhado, propõe-se refletir, objetiva e subjetivamente, acerca dos conceitos de espaço, de território e não menos pormenorizada, da questão agrária que envolve o campesinato e o latifúndio.

Sendo assim, para identificação da área de estudo, cabe enfatizar algumas informações, visto que são de extrema relevância. O município de Mirassol D'Oeste conta com uma população de 26.118 pessoas e com uma área territorial de 1.076,358 Km². Está a uma distância de 329 km da capital do Estado de Cuiabá, na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso e Microrregião de Jauru, tendo como municípios limítrofes Curvelândia, São José dos Quatro Marcos e Cáceres (BRASIL, 2010), como apresentado na figura 2.

Figura 2- Mapa de Localização do município de Mirassol D'Oeste/MT



Fonte: HEINST, 2003

A história de fundação do município de Mirassol D'Oeste está vinculada ao município de Cáceres, pois foi a partir dele que ocorreu seu desmembramento e, posteriormente, sua emancipação. No entanto, este trabalho não contextualizará a historiografia do município de Cáceres de uma maneira direta. Assim como muitos dos municípios do Estado de Mato Grosso, Mirassol D'Oeste também teve seu ápice de crescimento a partir dos anos de 1960, devido às grandes mobilizações em torno da região Centro-Oeste brasileira, que vinha desde os meados da década de 1930, com as diversas propagandas de divulgação do Estado, acerca do espaço teoricamente inabitado, até então, pois havia apenas tribos e povos nativos na região.

As primeiras manifestações de ocupação do interior brasileiro ocorreram com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, por meio do grandioso projeto e mobilização da Marcha para o Oeste, promovido e incentivado pelos governos, no âmbito estadual e nacional, atraindo uma leva de migrantes e imigrantes para a colonização

dessas terras interioranas do Brasil, bem como para uma vertiginosa exploração e extrema consolidação de população e de produção.

Junto ao programa de governo de Vargas, alargou-se a ideia da resolução do problema da terra e do homem, pois o lema governamental era de preocupação em fazer prevalecer os direitos àqueles que trabalhavam, e não herdavam nem saboreavam o fruto do seu trabalho. Subentendia-se que, no Brasil, a questão da terra e o acesso a ela seria superada, sendo presumido, a posteriori, que não passara de uma simples promessa, propaganda ilegítima (LENHARO, 1986). Dessa forma, HEINST (2003, p. 60) enfatiza que:

A matéria traduz em seu conteúdo a dimensão das propagandas que, durante todo o período de 1950 e 1960, foram disseminadas por todo o país e fora dele. Propagandas de cunho extremamente sedutor que promovem uma imagem do Estado como sendo o que contém as melhores terras agricultáveis do país, fáceis de adquirir, na intenção explícita de induzir o maior número de pessoas a se deslocarem para suas terras.

A propaganda apresentada nos grandes jornais de circulação, principalmente na parte litorânea do Brasil, permitiu a venda da imagem de Mato Grosso como um território extenso e propício à prática de atividades agrícolas a um baixo custo. Sendo assim, os Governos, tanto estadual quanto federal, assumiam o desejo de povoamento da região Oeste, ao mesmo tempo em que o desejo de apropriação e acumulação de terras também instigou os produtores da Região Sudeste e Região Sul para adquirir terras por estas bandas de cá (HEINST, 2003).

É fato que a intenção do governo estadual não era apenas a simples colonização do Estado de Mato Grosso e a abertura ao mercado da agricultura camponesa. Sem dúvidas, o projeto do Governo de Mato Grosso era atrair grandes empresas rurais e de latifundiários, propagando a ideia de muitas terras produtivas, de baixo custo, bem como da possibilidade de alta concentração nesses espaços. E, em um segundo plano, a falsa promessa de facilidade no acesso à terra para os trabalhadores rurais minando sua esperança de ter um pedaço do chão.

Com o fim do período de Vargas no poder e de seu Estado Novo, os governos de estados deram prosseguimento ao povoamento do interior brasileiro e da Marcha para Oeste, para essa pesquisa especificamente de Mato Grosso, por intermédio da

Criação de Departamento de Terras e Colonização (DTC), em 1946 e, posteriormente, da Comissão de Planejamento da Produção (CPP), em 1947, que se incumbia de legitimar a política de vendas de terras públicas, tidas como devolutas, e também a regularização fundiária (MORENO, 1999).

Moreno (1999) ressalta ainda a situação de que a política de terras no Mato Grosso propiciou um valor extremamente especulativo. Assim, o que se viu do período mencionado no parágrafo anterior até os anos de 1964, foi absurdamente uma reordenação do território, que pendia certamente para as grandes empresas colonizadoras e os grandes latifundiários. Assumia-se o valor da terra como prêmio ou pagamento alicerçado pelo apadrinhamento de políticos.

Heinst (2003) aponta que a especulação de terras também era fonte de usura, tendo em vista que os primeiros compradores tinham uma margem de renda alta, comparando-se aos preços estabelecidos pelo governo como valor de venda inicial. O autor revela também um caixa de corrupção estabelecido com colonizadores e governo, que promoviam a expropriação dos nativos e de posseiros e a acumulação de crédito.

Nesse contexto, cria-se o povoado de Mirassol D'Oeste, em 28 de outubro de 1964, com o lançamento da Pedra Fundamental da primeira Igreja. Nesta intentona, o processo colonizatório se inseria na busca de pessoas ou grupos empresariais que financiassem o povoamento e o desenvolvimento crescente desta região, que permitisse um fluxo maior na economia da localidade e furtivamente do Estado. Mesmo à revelia de uma colonização realmente justa, o que se viu na região foi uma complexa situação de inversão de papéis. A oportunidade de requerer áreas para a almejada Reforma Agrária foi deixada de lado. Em contrapartida, iniciou-se o processo de latifúndios inspirado (ou conspirado) no papel fundante do capital.

Grosso modo, colonização propriamente dita era o que menos se inseria no Estado de Mato Grosso. Assim, especificamente o caso de Mirassol D'Oeste, em verdade, o que ocorreu foi uma farra de terras, totalmente descontrolada e perenemente inquestionável, tendo aval do próprio governo e quem dele fazia parte:

[...] o que se processava era uma verdadeira corrida para vender as terras devolutas de Mato Grosso a particulares. Segundo a documentação oficial e o relato do proprietário das terras de Mirassol D'Oeste, não havia um direcionamento específico à colonização,

mesmo que nos discursos de governadores a palavra de ordem fosse a colonização/ocupação das terras devolutas de Mato Grosso. Portanto, a palavra colonização era utilizada apenas para maquiagem a “venda” indiscriminada das terras do Estado. (HEINST, 2003, p. 52).

Assim, nessas condições, espreitados em razão do desejo de efetivar terras para a produção, a leva de migrantes, todos inspirados pelas propagandas e pelo interesse de se estabelecer na vida, se aventuravam rumo a estas ‘terras promissoras’. Assim, a partir deste estigma, pressupõe-se a consolidação de vários municípios existentes hoje na região sudoeste de Mato Grosso.

Objetivamente, para atrair um número grande de pessoas, alguns investimentos precisaram surgir, tais como empreendimentos de urbanização de áreas consideradas até então ‘sem civilidade’, no discurso dos governantes. E como tal, trazer a civilização, no sentido de ir e vir, o papel e o discurso da abertura de estradas se fizeram presentes em um primeiro momento de integração do Estado com os demais, dando garantias de comercialização do que era produzido por aqui e, ao mesmo tempo, sendo de extrema importância para a valorização da terra (HEINST, 2003).

Em vista disso, o surgimento dessas estradas e a conexão da cidade de Cáceres com as demais regiões do Sudoeste, através da implantação da Ponte Marechal Rondon, permitiu um livre acesso, que facilitou a vinda de migrantes sulistas, com a possibilidade de adquirirem terras a preços bem populares, levando, conseqüentemente, os grandes latifúndios e grande concentração fundiária desde aquele período, progredindo com o passar do tempo e com advento de novas tecnologias.

Mirassol D’Oeste foi suscetível ao acaso, visto que não houve nenhuma operacionalização de criação de cidade, pois se abriu a última porta de migrações e estabeleceu-se irrisoriamente a proliferação de um núcleo populacional, tendo este sequer condição mínima de manutenção. Segundo Heinst (2003), a intenção era que os pequenos produtores territorializassem o espaço e, em um segundo momento, como não dariam conta de sua manutenção, poderiam vendê-lo por uma pechincha para os grandes concentradores de terra, sendo desterritorializados. Situação esta que não ocorreu de forma ampla, pois, em 14 de maio de 1976, mediante a Lei nº. 3.698, foi criado o município de Mirassol D’Oeste, de autoria do deputado Airton dos

Reis. Em sua historiografia de criação, tem-se a proeza dos grandes aventureiros, bons investidores, homens de bem para o início do processo civilizatório na cidade, esquece-se de mencionar sobre as questões que envolvem o processo da terra e do ciclo exploratório aos camponeses sob a égide do capital (BATISTA, 2014).

Por estas e outras narrativas, sugere-se a criação de pioneiros, principalmente paulistas, como consolidadores destas terras e como figuras responsáveis pelo crescimento regional, tendo sua condição de pioneirismo entrelaçada com a colonização, especificamente do município de Mirassol D'Oeste, através de todo o processo de posse da terra e de dar plenas condições de vivência (HEINST, 2003).

De forma contundente, a historiografia, por trás dos efeitos de exploração de determinados territórios, procura enraizar condições que se perpetuaram nos primeiros colonizadores da região, no entanto, o que importa compreender é que, de fato, dissemina-se a história dos vencedores, nunca dos explorados,

Essas pessoas eleitas para fazer parte da memória da cidade, em geral, são pessoas bem estruturadas econômica e socialmente. Entretanto, repetir incansavelmente uma mesma afirmação, silenciando outros personagens é uma forma de dizer o que se pensa a respeito dos que não aparecem no discurso e afirmar uma postura sobre o que se deseja tornar visível, perpetuando algo. Essa é certamente uma maneira de expulsar da memória qualquer um que se diferencie do modelo esperado, que é o do *pioneiro* trabalhador pobre que chega e com muito esforço, dedicação e disciplina consegue trazer progresso à localidade e tornar-se próspero proprietário. (HEINST, 2003, p. 147, 148).

Na conjuntura da análise, percebe-se toda uma conspiração envolvendo a questão de terras não somente no município de Mirassol D'Oeste, mas, igualmente, na maior parte dos municípios desta região, famigerada pelo especulativo de terras e pelo extremo aproveitamento do governo na questão de renda e do capital investido em favorecimento de si próprio.

Tal forma de colonização permitiria, a longo prazo, o favorecimento dos grandes latifundiários e, adiante, dos grandes produtores inclinados pelo ciclo da produção e, por toda a sorte, ao advento do agronegócio, bem como às grandes problemáticas que se lançam na questão da terra nos tempos atuais.

Na atualidade, constata-se que o município tem sua economia voltada para a agropecuária, destacando-se principalmente a pecuária de corte e leiteira, além da agricultura, marca dos assentamentos presentes na região.

Segundo dados do Complexo Nascentes do Pantanal (MIRASSOL D'OESTE, 2016), o município representa uma grande porcentagem de lotes com faixa de tamanho até 50 hectares, sendo traço da forma de colonização, do loteamento familiar presente na região.

No entanto, mesmo com esses números, que conotam a importância da propriedade campezina no município, ainda temos um número que escapa à questão da moradia no campo, isso porque apenas 15% da população do município reside no meio rural, conforme dados do censo Demográfico (BRASIL, 2010).

Desse modo, podemos analisar a questão dos assentamentos presentes no município, através do Quadro 1:

Quadro 1- Assentamentos Rurais de Mirassol D'Oeste/MT

Assentamento	Número de Famílias	Ano de Criação	Forma de Obtenção
Santa Maria	51	2009	Crédito Fundiário
Margarida Alves	145	1997	MST
Santa Helena	53	1997	Colonização familiar
Vila Rural	25	2009	Projeto Fitoterápico
Roseli Nunes	331	2002	MST
Silvio Rodrigues	160	2015	MST

Fonte: Sec. Municipal de Agric. de Mirassol, 2015. Adapt. BALBUENA, 2020.

Assim, nota-se que a participação dos movimentos sociais, principalmente do MST, proporcionou os projetos de assentamentos no município, tendo em vista que os loteamentos que tiveram a organicidade do movimento assentaram um número maior de famílias, neste caso, uma forma gigantesca de resistência.

No entanto, da mesma ótica de percepção, constata-se cada vez mais a investida da monocultura na região, provendo intensas formas de disputas territoriais e a expropriação cada vez maior dos camponeses, em sua maioria, de jovens que acabam por perder oportunidades no campo e se veem obrigados a partir para as cidades em busca de emprego e também estudo.

Inevitavelmente, necessário pensar nessas proposições citadas nos parágrafos anteriores em relação ao Assentamento Roseli Nunes, por este sofrer pressões tanto da monocultura como da própria mineração, duas formas excludentes e que se apropriam do território expropriando os camponeses. Por outro lado, é relevante considerar a resistência e luta que fazem os camponeses contra os esquemas de expropriação e subordinação impostas pelo capital, e em prol de seu território, do seu modo de vida, da cultura e autonomia camponesa.

Nesse sentido ainda, é importante verificar as políticas públicas direcionadas ao campo, tanto de acesso como de permanência na terra, tendo em vista que elas podem se caracterizar como oportunidade de acesso e de melhorias, na qualidade de vida e de produção, possibilitando o fortalecimento e o desenvolvimento do território camponês.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONFRONTO ENTRE O AGRONEGÓCIO E A LUTA PARA MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA CAMPESINA NA TERRA

O desenvolvimento de um território está amplamente vinculado às condições oferecidas e pelas políticas públicas de acesso e de permanência na terra, tendo em vista o incentivo por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal, mediante programas sociais e assistenciais que visam, sobretudo, a população do campo e suas intempéries.

As políticas públicas enfocam e resultam principalmente de uma disputa de forças entre instituições. A representatividade dos interesses classistas propunha que as organicidades sociais amparadas por instituições delegassem os rumos das políticas públicas e das ações sociais que são tomadas dentro de um território e que possibilitam a sobrevivência territorial de determinado povo e das lacunas enfrentadas por estes (FERNANDES, 2015).

Assim, políticas públicas, em seu contexto geral, são formas de sustentar a prática da questão socioeconômica da população, amparando aspectos que permitem conceber uma questão de ressignificados à medida que são analisadas estas construções ao longo da história da sociedade de classes no Brasil, falando mais especificamente do caso do campo e das proporções negadas a ele. (FERNANDES, 2015).

Sendo assim, considerar a questão de políticas públicas objetivamente para o campo é compreender em que proporção as medidas tomadas e efetivadas podem se caracterizar como oportunidade de melhorias, tanto na qualidade de vida como nas maneiras de abordar a produção do agricultor camponês. Também, para o agronegócio, através das políticas sociais enraizadas nos centros urbanos, que pretendem de maneira direta e indireta manter relações com a produção no campo.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais,

para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obterem eficácia. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

O papel conceitual das políticas públicas sociais tem a incumbência de promover esta inclusão a partir de sua própria elaboração, propiciando a distribuição de terras de maneira digna, paritária e de igualdade a todos, tentando prover uma aceleração de inclusão e estabelecer critérios no intuito de não dar margem à exclusão. Esse paradigma provoca uma reflexão sobre as condicionantes que proporcionam o desenvolvimento do campo. Foram criados vários programas de ações sociais, que são estímulos para a continuidade do homem no campo e que facilitam a questão do fortalecimento da agricultura, que vem de tempo em tempo passando por reformulações.

No entanto, são visíveis outras formas de lidar com as políticas públicas, que as limitam apenas a uma questão mercadológica, pois partem da questão da lucratividade, do acoplamento e integração do camponês, bem como do capitalista do agronegócio como única alternativa para a resolução das demandas por políticas públicas na questão agrária (GERALDI, 2012).

Assim, dentre os programas que se destacam ou, em tese, se destacavam na produção do campo, dando ênfase principalmente aos que atendem a produção do campesinato, estão o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Cada programa destacado acima contribui significativamente para a manutenção do homem no campo, propiciando sua chegada à terra, sobretudo sua estada, sua produção e sua permanência, de uma forma que o homem camponês passou a ter claramente sua identidade definida. Entretanto, é de suma importância elencar que políticas públicas em sua intencionalidade são criadas de uma maneira macro, tanto para a agricultura capitalista como para a agricultura camponesa. Desse modo, o que vai depender, ou ao menos tentar diferenciar, são as mobilizações dos movimentos sociais, encabeçadas na perspectiva de defesa do homem camponês na terra e contra a acumulação de grandes proporções territoriais.

Estes fatos são expressões incontestáveis do debate paradigmático, das disputas territoriais e dos diferentes modelos de desenvolvimento defendidos pelas classes. Através do paradigma do capitalismo agrário é possível ignorar as classes sociais e as conflitualidades das disputas por políticas de desenvolvimento, mas é impossível negá-las. Estas disputas estão marcadas cotidianamente pela luta de classes que se manifesta pelas ocupações de terra, protestos, reivindicações e proposições de políticas públicas pelos movimentos camponeses e lobbies pelas corporações para demarcarem seus territórios dentro do governo federal. (FERNANDES, 2015, p. 05).

De fato, são proposições que permanecem atreladas, continuarão por mais tempo vinculadas à questão da territorialidade e do pertencimento do sujeito enquanto camponês. São marcas de resistência e de sobrevivência, pois, sem políticas públicas, necessariamente, a vida no campo seria insustentável. Evidentemente que as políticas públicas que vigoram no campo ainda não conseguem suprir toda a necessidade do agricultor camponês.

Fernandes (2015) ainda pondera que devemos superar a questão da elaboração de políticas públicas sem a participação massiva do povo. Para o autor, “[...] a participação popular é fundamental para o sucesso dessas políticas [...]”, e de fato assim deve ser, tendo em vista que cada modo de produção tem suas particularidades e necessidades, independentemente de uma realidade ser contraponto de outra.

A iniciativa da participação popular é, sobretudo, necessária, visto que o capital desenfreado atropela a lógica da igualdade e de equidade, tirando a legitimidade da produção baseada na economia de fartura, lançando-se ao ritmo que o mercado emprega da produção no campo.

Nessa perspectiva, a lógica de políticas públicas para a produção camponesa permite, necessariamente, uma alternativa que garanta não tão somente a permanência do agricultor camponês na terra, mas de lhe dar as plenas condições de produzir e resistir ao agronegócio e suas nuances.

Dessa forma, é possível identificar claramente políticas públicas em todas as esferas da governabilidade, seja Municipal, Estadual e Federal. Por meio delas é possível contextualizar que a resistência parte de vários eixos, seja político, econômico, educacional, cultural e afim.

No entanto, antes de estudar concretamente ou sustentar as políticas públicas voltadas para o campo, cabe destacar as políticas de iniciação do processo

migratório e colonizatório, analisando aqui especificamente do Estado de Mato Grosso.

A partir da política de colonização e exploração de terras no Oeste brasileiro, Nunes *et al* (2008) enfatizam que, a partir da década de 1960, por meio de políticas de povoamento do governo e da garantia do empresariado de que o Estado seria um celeiro de produção, houve uma grande leva de pessoas para Mato Grosso, tanto na busca pela terra quanto na implantação de serviços básicos e essenciais para criação e consolidação dos espaços urbano e rural.

Nesse cenário, a narrativa de uma colonização exploratória permitiu a vinda de muitas pessoas para o Centro-Oeste brasileiro e, naturalmente, para Mato Grosso. Dentre os povos que chegaram por aqui, estavam os mais variados, desde posseiros a grandes empresariados, com objetivos comuns, a terra.

A situação de Mato Grosso mediante a implantação dos diversos programas de incentivos mudou consideravelmente as condições territoriais. Estradas de interiorização foram construídas; inúmeros projetos de colonização foram implantados e imensas áreas foram incorporadas ao sistema produtivo. Mato Grosso tornou-se receptáculo de grandes correntes migratórias oriundas de todas as partes do Brasil e com ela os paradoxos do desenvolvimento rápido: desmatamentos e queimadas sem controle; crescimento distorcido das cidades; surgimento de favelas; aumento dos conflitos sociais no campo e nas cidades; desemprego e subemprego, exploração da mão de obra infantil, enfim, o surgimento de um quadro não compatível com o potencial produtivo do Estado, inadequado aos planos de política sustentável, portanto totalmente contrário aos anseios de bem-estar e prosperidade social. (NUNES, *et al*, 2008, p. 15).

Todas as mudanças praticadas colocavam a postos a condição exploratória dos homens, no entanto, era perceptível que muitos serviam apenas para abertura da terra, sem haver sequer condições para sua estada nela, na visão dos planejadores. Não havia políticas públicas, muito menos a intenção de criá-las, o desejo maior era de expansão, mas totalmente ligada ao capital, às grandes colonizadoras, aos latifundiários e ao início da monocultura.

Essa condição estabelecida pela colonização exploratória só possibilitou o controle total por parte dos grandes latifundiários, decretando, conseqüentemente, o

acúmulo de grandes proporções territoriais e, sumariamente, da extrema expansão da monocultura, levando o Estado ao patamar de grande celeiro do agronegócio.

No entanto, a frente de resistência, ligada principalmente aos movimentos sociais, de uma maneira geral, proporcionou levantes, principalmente no que tange às lutas e conflitos pela terra, pelo território, contra o capital, especificamente o agronegócio. Tais lutas se entranharam na perspectiva de uma Reforma Agrária que jamais saiu do papel durante as muitas gerações de governos que passaram, perpetuando-se até os dias de hoje, consolidando a dualidade vivenciada entre o agronegócio altamente concentrador de terras e a agricultura camponesa na busca por sua identidade e por seu território.

Essa resistência camponesa só foi possível, de fato, graças aos movimentos sociais, ao respaldo dado na consolidação de criação de políticas públicas e ao enfrentamento ao grande capital.

A concentração fundiária e a exclusão social no campo levaram os movimentos sociais do campo a lutarem por uma reforma agrária na região, usando como táticas de pressão sobre o governo e o latifúndio a ocupação das terras improdutivas e griladas. A ação dos movimentos sociais organizados pelo MST, CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros movimentos, tem alcançado alguns resultados na luta pela terra, mas, por outro lado, os embates são grandes por parte do latifúndio, que se utiliza de pistoleiros e policiais para reprimir, perseguir, prender e assassinar os acampados e as lideranças dos movimentos sociais. (MONTEIRO et al, 2018, p. 1469).

O autor ainda enfatiza que a agricultura camponesa encontra vários entraves quanto à perspectiva de sua produção e permanência no campo, iniciando pelo crédito insuficiente e se estendendo à falta de assistência técnica, de tecnologias, de logísticas etc. Aponta, também, que as políticas públicas não são pensadas de uma maneira que possam interagir com a especificidade de cada território e que tal fator evidencia uma disparidade no apoio à produção e à vida do homem camponês.

Por outro lado, o agronegócio, como método de produção amparado pelo Estado, desde a colonização, registrou grande incentivo, e conforme se consolidou a Revolução Verde, passou a contar cada vez mais com inovações tecnológicas, financeiras e territoriais. O Governo Federal sempre priorizou o modelo de

agricultura que lhe fosse mais rentável, no caso, a Marcha para o Oeste; e logo, a implantação da ditadura militar no país propiciou o advento do agronegócio.

Assim, seguindo uma lógica global alinhada pela Revolução Verde, que instintivamente passou a adotar o uso de insumos agrícolas com o objetivo de promover o melhoramento das plantações, houve também uma significativa divisão na questão de terras, observando que a lógica de propriedade ultrapassou a necessidade, fazendo valer a questão do capital e de suas consequências como motor propulsor para o desenvolvimento estatal.

Nesses termos, a questão da concentração fundiária foi se fortalecendo à medida que atraíam investidores, cada vez mais, para a produção de *commodities*, visando somente a participação nos *royalties* e crescentemente as exportações para o mercado mundial:

A abertura dessa nova fronteira agrícola vai ser executada pela grande empresa com o apoio do Estado. Nesse sentido, é o processo de modernização da agricultura que vai organizar a produção do espaço nessas novas fronteiras por intermédio da união entre indústria e agricultura. E essa fusão acarretará profundas transformações acerca da estrutura agrária nacional. (ANDRADES E GANIMI, 2007, p. 49).

É fácil analisar que, conforme a entrada de capital para investimento, a ocupação de terras e a maneira que eram distribuídas seguiam critério de empresas subsidiadas pelas medidas do próprio Estado, estabelecendo sempre uma relação de reciprocidade e de cumplicidade entre os grandes latifundiários e as políticas públicas estabelecidas.

A agricultura estabelecida consentia sempre uma questão que proporcionasse um possível estabelecimento com empresas hegemônicas em escala mundial. Nestes meandros, é possível relatar que a questão da lucratividade, interligada com a questão da competitividade, estreitava a condição de produção, fazendo prevalecer apenas as grandes empresas, sem um mínimo de possibilidades para os pequenos produtores (ANDRADES e GANIMI, 2007).

Ainda enfatizando os resultados recorrentes da Revolução Verde, propõe-se analisar a questão da desterritorialização camponesa pela inovação de equipamentos disponibilizados pelas novas tecnologias para o campo. Andrades e

Ganimi (2007) ressaltam que, conforme surgiram as máquinas chamadas poupadoras de mão de obra, o número de desemprego no campo também aumentava consideravelmente.

Por outro lado, temos como epicentro destes fatores o início de conflitos gerados entre camponeses e latifundiários sobre a posse e domínio da terra/território. Essa perspectiva de análise dos problemas lançados sobre a questão fundiária propiciou o descontentamento geral e, de certa forma, intensificou o processo de luta pela terra, tendo a Reforma Agrária como bandeira que há tempos já se consolidava no papel, pelo Estatuto da Terra e Pela Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, a modernização da agricultura permitiu, conseqüentemente, a centralização e monopolização da terra, interligada com a força que o capital impunha sobre equipamentos e materiais destinados ao cultivo das monoculturas exigidas para o mercado e aos altos investimentos do Estado para que todo o processo se concretizasse.

Desse modo, a nova faceta dos proprietários de terra tinha como requisito fundamental o poder do capital. Nesse sentido:

A aparente força do neoliberalismo e dos grandes conglomerados, seja no nível nacional ou internacional, tem ajudado a propagar a crença de que sem escala de produção não há salvação econômica. Daí para a dedução de que não há mais lugar para os pequenos é apenas um passo no discurso político. Em síntese, o argumento é simples. No sistema capitalista há vantagens inerentes à produção em maior escala. Neste novo cenário, não basta terra para poder produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas, é preciso ser mais informado, ter atitudes empresariais e capacidade de endividamento. (MARTINE, 1991, p. 19).

A questão dada é que a maioria dos pequenos agricultores não tinha as mínimas condições de competitividade contra o capital dos latifundiários, tendo em vista que, de um lado, esses capitalistas detinham maquinários, insumos, tecnologias e informações/conhecimentos precisos contra a força de trabalho, a falta de políticas públicas e a tradição agrícola dos camponeses.

Além de todos os processos de modernização do campo brasileiro e de Mato Grosso, houve também outras formas de incentivo de desenvolvimento: umas delas,

que se caracterizou como a abertura do Estado de Mato Grosso para a migração, foi a construção da BR 163, que proporcionou a chegada de milhares de famílias e, a posteriori, sua utilização para o escoamento dos grãos produzidos pelo agronegócio.

Diante disso, avaliando-se por tais enfoques, as políticas públicas implantadas pelo Estado de Mato Grosso, em parceria com o Governo Federal, para seu eventual povoamento, a priori, deram sinais de que seriam para a população, de um modo geral, porém, o que se viu gradualmente foi o acúmulo de terras e a expansão da fronteira agrícola pelas mãos da monocultura e dos grandes latifúndios.

Por conseguinte, em passos largos, o modelo produtivo, em consequência do modelo de povoamento, caracterizou-se e ficou consolidado com monoculturas, e destes ao latifúndio e ao expurgo de outras formas de produção. Situação revelada na estrutura fundiária do Estado na tabela 3.

Da contradição das políticas públicas pensadas para o campo e da iminência de empoderar o homem camponês, os movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e também o da Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgiram como protagonistas ao lado dos camponeses na busca por qualidade de vida no campo brasileiro.

O longo processo de desenvolvimento do campo brasileiro, em demasia, ao favorecimento de uma classe ruralista ligada ao agronegócio e à monocultura, produziu ligeiramente a contradição do capital, dando espaço para a luta de classes sociais e o estabelecimento das disputas territoriais, proporcionando violentos conflitos, massacres, despejos, omissão do poder público aos olhos do camponês, pobre e sem-terra.

Desta contradição e a partir de perspectivas de produção alternativa ao modelo impregnado, os produtores camponeses se reergueram enquanto unidade e identidade de território, proporcionando novas abordagens no que se refere tanto à questão da produção como da própria vivência no campo, como será demonstrado mais adiante sobre o *lócus* da pesquisa.

Entre outras discussões sobre a importância da prática de outro modelo de produção que não fosse a monocultura, menciona-se a necessidade da produção de pluriculturas, que considere demasiadamente as necessidades alimentares e nutricionais, além disso, contribua de maneira significativa para geração de emprego

e renda no campo, assim como para a preservação do meio ambiente e por uma distribuição mais justa de território (CARDOSO, *et al*, 2018).

Em síntese, por mais que as políticas públicas fiquem aquém das necessidades reais dos camponeses, ainda assim, mesmo que de maneira tímida, contribuem positivamente para a permanência do homem no campo, através dos rearranjos ou em formas de associações de fortalecimento destes, perceptível, principalmente, no que se relaciona à produção encontrada no Roseli Nunes.

Além disso, na atualidade, vivenciamos o desmonte das políticas sociais voltadas para o campo, a partir da desarticulação da produção camponesa, com cortes orçamentários e/ou redução dos recursos destinados à agricultura familiar, situação evidenciada nos dados do INCRA (BRASIL, 2018) sobre o orçamento das políticas sociais voltadas para o campo no período de 2015 a 2018. Assim como em outros dados relativos a essa questão, em que se observa um abandono total da agricultura camponesa, ao mesmo tempo em que há um avanço grande do agronegócio sobre as terras, conforme demonstra a tabela 10.

Tabela 10 - Orçamento das políticas públicas sociais no campo entre 2015 e 2018

Políticas Sociais	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	Corte 2017/2018 (%)
Reforma Agrária	800.000.000	333.401.507	257.023.985	34.291.966	86,7
Assistência Téc. Rural (Ater)	355.367.085	199.571.831	85.403.462	12.636.521	85,2
Crédito Fundiário	54.737.073	19.708.555	24.809.989	5.128.000	79,3
Educação no Campo	32.550.000	27.027.196	14.800.000	2.053.682	86,1
Assentamentos Ater –	261.394.900	168.218.894	242.524.796	73.349.622	69
Agricultura Familiar	607.367.389	205.967.667	235.221.780	133.221.789	43,4
PPA	32.843.942	13.682.203	11.484.028	3.294.750	71,3

Fonte: BRASIL/INCRA/2018.

Esse contexto de desmonte das políticas sociais voltadas para o campo tem impactos fortes e compromete a manutenção e permanência dos camponeses em suas terras e a reprodução do seu modo de vida, bem como prejudica o desenvolvimento sustentável local/regional, assim como soberania alimentar e nutricional do país.

Todos esses aspectos se entrelaçam no debate acerca da segurança e soberania alimentar, ambas extremamente relacionadas com a matriz produtiva no sentido de como produzir, quanto produzir, para quem produzir, em que tempo produzir, etc. Deste modo além apenas do aspecto produtivo, o debate permeia um enfrentamento político ideológico entre os agentes destas reconfigurações no campo, com uma “nova questão agrária”. (SOUZA, 2009, p. 117).

Contudo, mesmo diante de tantos retrocessos, os camponeses em Mato Grosso seguem na luta para viabilizar a sua reprodução social e as demandas dos seus territórios.

3.1 Principais Políticas Públicas Como Conquistas para o Desenvolvimento da Agricultura Campesina

Seguindo os traços das questões de políticas públicas, é crucial a compreensão do papel que cada uma desempenha para a manutenção direta ou indireta do camponês em sua lida com a terra, bem como com as eventuais problemáticas que tecem as relações territoriais e os processos de resistência.

Cada um dos programas governamentais elencados neste capítulo, instituídos enquanto política pública, contribui de uma maneira significativa para o fortalecimento e resistência dos agricultores camponeses. Qualquer retirada ou redução destes certamente inviabilizaria ou sorrateiramente reduziria o poder de produção, mas não o da resistência.

Desse modo, ao elencarmos usualmente a contribuição de cada política pública para o fortalecimento do campesinato, demonstraremos que o agronegócio também é privilegiado na distribuição dos recursos com uma grande diferenciação de valores entre o que se destina à agricultura camponesa e o que se destina ao agronegócio. A tabela 11 apresenta os números dos créditos destinados ao agronegócio, assim, comparados com os dados da tabela 10, escancaram uma disparidade de orçamento entre a agricultura camponesa e o agronegócio, como também é evidente o decréscimo do primeiro e o acréscimo do segundo. Enquanto a

agricultura do campesinato perde território e orçamento, o agronegócio bate cada vez mais recorde nos créditos rurais.

Tabela 11 - Orçamento para o agronegócio safra 2017/2018 e 2018/2019

Crédito Rural	Safra 2017/2018 (R\$)	Safra 2018/2019 (R\$)	Aumento entre períodos (%)
Custeio	58,3 bilhões	61,5 bilhões	5
Investimento	20,3 bilhões	24,7 bilhões	22
Comercialização	20,3 bilhões	19,1 bilhões	-6
Industrialização	4,65 bilhões	5 bilhões	7
Setor Agrícola	7,11 bilhões	78,15 bilhões	9
Pecuária	31,84 bilhões	31,84 bilhões	0

Fonte: ESTADÃO, 2019. Adaptação, BALBUENA, 2020.

No entanto, ainda é possível falar sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para o campesinato, pois é possível evidenciar que parte de uma prerrogativa de participação dos governos (Municipal, Estadual e Federal), em conjunto com a sociedade civil, para possibilitar um incremento e incentivo às práticas da agricultura campesina. Desse modo, que sejam destinados recursos necessários para a permanência do homem do campo de uma forma digna e que tenha subsídios para que isso ocorra. Além disso, é claro, de dar suporte com assistência técnica rural, de maneira que os produtores tenham orientações concretas e certas (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998).

No sentido de evidenciar a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais para efeito de enquadramento nos benefícios específicos do PRONAF, o governo federal, através da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo esta lei, agricultor familiar e empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural e que atendem simultaneamente os seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (SCHULTZ e AHLERT, 2016, p. 82).

Em uma análise geral, produz-se a ideia de que o produtor campesino está bem contemplando sobre políticas públicas para o campo. No entanto, a realidade é bem diferente, a própria disputa por territórios, a apropriação de alguns termos pelo agronegócio e a própria falta de assistência técnica rural dificultam o bom funcionamento da propriedade camponesa e do seu desenvolvimento.

Outras políticas públicas voltadas para a agricultura campesina também foram executadas, como o PNAE. Importante contribuição para os camponeses, este programa advém principalmente das necessidades encontradas na questão da soberania alimentar do país e se alia, sobretudo, à necessidade de renda por parte dos agricultores campesinos.

Dessa forma, popularmente conhecido como merenda escolar, tem como fomentador de seu desenvolvimento o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), visando a transferência de recursos com base na questão da alimentação dos alunos em horário escolar a partir dos preceitos alimentícios (SILVA F, 2014).

Também, outro fator preponderante que qualifica o PNAE como proporcionalmente rentável, principalmente aos agricultores campesinos, ressalta Silva F (2014), é sua característica relativa de compra. Exige-se preferencialmente a compra de produtos com demanda de produção no modelo orgânico ou agroecológico, tirando, por ora, a concorrência exponencial do agronegócio.

Por regra, o PNAE tende a buscar alimento nutricionalmente fresco e com qualidade produtiva, o que busca fomentar principalmente a economia local, através dos assentamentos e áreas rurais. Assim, com subsídio, a produção local tende a ser favorecida (MALAGUTI, 2015).

Mesmo com toda intencionalidade positiva para esta política pública, ainda assim, há alguns entraves que são cruciais para a sustentação da produção local e do fomento aos agricultores campesinos.

Como os recursos repassados para a alimentação escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), são proporcionais ao número de alunos matriculados, parcela significativa desses recursos concentra-se nessas cidades, que possuem um grande número de habitantes por metro quadrado. Algumas Prefeituras alegam que realizam

chamadas públicas sem conseguir realizar a compra dos agricultores locais, seja por desconhecimento da agricultura local, pela falta de produtos para atender a merenda escolar ou por dificuldades na operacionalização do PNAE e acabam favorecendo fornecedores estabelecidos fora do território estadual, uma vez que um dos propósitos da Lei é apoiar a aquisição de gêneros produzidos pela agricultura familiar priorizando-se o desenvolvimento social e econômico local. (MALAGUTI, 2015, p. 16).

Desse modo, fato é que, por mais que o PNAE seja uma excelente política pública de acesso aos agricultores camponeses para vislumbre da questão da renda, ainda assim, seu acesso é burocrático, gerando certo desinteresse em função dessas barreiras de limitação e das eventuais exigências (REIS, 2016).

O PNAE se consolidou como um bom suporte na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, possibilitando para muitos agricultores a garantia de renda para a manutenção da base familiar no campo, sem deixar, é claro, de perpassar uma consolidação de produção baseada em uma condição de vida, em uma resistência diante das adversidades encontradas pelos conflitos no campo.

Nesse cenário, o PNAE, como política pública instruída para a população camponesa, contribui de maneira eficiente para a criação de condição de manutenção do homem sobre a terra, ambiente favorável a práticas sociais e atrelado ao desenvolvimento de uma produção que esteja em perfeita harmonia com a natureza (SILVA F, 2014).

Segundo Coca (2015), as políticas públicas sugerem o duelo de forças de conflitualidade, em que esta se torna o resultado de tal dualidade. A partir disso, interpreta-se de forma consistente se a política pública servirá apenas como manutenção deste, ou que, por conseguinte, conseguirá elencar a função do camponato e sua importância para a produção como um todo.

Ainda, aparece como importante medida para o desenvolvimento das atividades camponesas e para o enfrentamento ao grande capital o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que, assim como o PNAE, faz jus à possibilidade de renda para o agricultor camponês, sendo base também para sua economia de fartura. Assim, o PAA:

[...] reporta às discussões relacionadas à pobreza no Brasil, à fome, à disponibilidade de alimentos, à segurança alimentar e nutricional e às relações de comercialização da agricultura familiar. Outro

elemento de discussão relacionado à temática é como essas políticas têm contribuído para o desenvolvimento local e qual o papel das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural no apoio ao segmento populacional da agricultura familiar para que este melhor participe e se beneficie das políticas públicas. (LEMOS e LIMA, 2014, p. 5).

Diante disso, observa-se que as políticas públicas só são possíveis graças às mobilizações envolvendo os próprios camponeses, organizados ou não, em associações, sindicatos, movimentos sociais em relação ao Estado e suas formas de distribuição de renda. Desta forma, usa-se da prerrogativa de famílias em vulnerabilidade e com necessidade de prover rendimentos e de se manter o campo vivo e ativo (GRISA, 2009).

Nesse contexto, o PAA se insere objetivamente na produção da agricultura camponesa, pois tem como escopo a compra de alimentos com dispensa de licitação, tendo como público-alvo pessoas que estejam em situação de insegurança alimentar, bem como as que necessitam dos programas sociais do governo federal. Além disso, presume-se que contribui furtivamente para a rede de comercialização local, com incentivo direto aos produtores agroecológicos e orgânicos, zelando eficazmente para a diversidade ambiental, em proporcionar alimentos saudáveis, livres de quaisquer agrotóxicos (SILVA, *et al*, 2016).

Assim, é possível analisar que o PAA permite um pleno desenvolvimento de produção, alicerçado, sobretudo, na consolidação desta política pública e em sua possibilidade de permitir ao agricultor que semeie a diversidade alimentícia, objetivando a questão da soberania alimentar.

Segundo Coca (2015, p. 172), “O PAA possui seis modalidades: Compra com Doação Simultânea; Formação de Estoques para a Agricultura Familiar; Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra Institucional; Incentivo à Produção do Leite e Aquisição de Sementes”. Dentre estas seis modalidades, a maioria delas se relaciona com os projetos desenvolvidos pela agricultura camponesa e sumariamente são captados os recursos para a manutenção e economia de fatura familiar.

Em uma análise intuitiva, percebe-se que o PAA garante a compra da produção, possibilitando o desenvolvimento de mercados para o camponato, com renda e preços bons, e gera, ainda, inúmeros benefícios para a comunidade, através do seu desenvolvimento (MENDES *et al*, 2019).

Por outro lado, as políticas públicas voltadas para a população do campo tendem também ao campo educacional, assim, passível de análise, com base no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e no Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

A Educação do Campo está pautada, sobretudo, em uma criticidade presente à educação no país, indo além, pois propicia que o povo do campo tenha acesso à educação de qualidade sem sair de seu lugar de morada e de trabalho, e que de fato, se faça uma educação traçada nos valores e perspectivas do campesinato (CALDART, 2009).

Ainda, para a autora, o fato de se falar sobre a Educação do Campo, atualmente, significa permitir:

Discutir [...] buscando ser fiel aos seus objetivos de origem, nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas. (CALDART, 2009, p. 2).

Nesse viés, de fato, trabalhar com a educação em uma perspectiva que se faça de verdade Educação no/do Campo significa abrir espaço para uma discussão mais abrangente. Sendo assim, preocupando-se com o estabelecimento de políticas públicas que façam enaltecer e dar importância para a captação de recursos que instituem a dignidade e a oportunidade para os camponeses com equidade.

Assim, ousar falar do PRONERA, enquanto política pública de educação para o campo, sugere compreender que se trata de uma parceria equilibrada entre os movimentos sociais que representam os povos do campo. Da mesma forma, a universidade, que representa a práxis do ensino, e o governo federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de maneira tripartite, estabelecidos para atender aos pilares básicos, oferecendo oportunidades para os camponeses frente aos estudos, com inclusão, participação, interatividade, multiplicação e parceria (CAMACHO, 2017).

Efetivamente, defender a bandeira da Educação do Campo é compreender que:

O princípio básico, portanto, para defendermos a necessidade da construção de uma Educação do Campo é o fato de estarmos partindo do pressuposto de que houve um processo histórico de exclusão dos habitantes do campo do processo educativo formal público. A falta de uma política pública direcionada a atender as necessidades educacionais dos moradores do campo foi um dos fatores que influenciaram a existência de uma grande quantidade de analfabetos presentes no campo. (CAMACHO, 2017, p. 6).

Assim, ao tentar suprir o processo excludente, o PRONERA possibilitou o ingresso e a permanência dos jovens e adolescentes nas universidades e também as manutenções das escolas presentes no campo, fortalecendo a educação popular.

Igualmente, o Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA) permitiu pensar políticas públicas voltadas para a consolidação das educações específicas para as necessidades do campo. Além disso, consentiu elucidar as práticas pedagógicas presentes no campo para combater a sociedade conservadora e exigir do Estado ações que dessem visibilidade e reconhecimento da educação camponesa (SANTOS e SILVA, 2016).

Diante disso, ao assegurar a possibilidade de acesso do camponês ao ensino, as políticas públicas ligadas às questões educacionais propiciam, sobremaneira, a subjetivação do pensamento crítico em relação ao momento atual, de lutas classes e conflitos territoriais e agrários. Nesta análise, é possível interpretar que a educação camponesa, sobretudo, com a influência do PRONERA, permite ao agricultor estudante o entendimento da complexidade de sua expulsão do campo e das promessas de inclusão na modernidade pelo grande capital. No entanto, ele só não entende o emaranhado de questões, como o decifra a ponto de negar se omitir de lutar e perseverar por seu território e por sua identidade camponesa (CALDART, 2009).

Assim, analisando-se por meio da conceituação dessas políticas públicas para o Estado de Mato Grosso, abre-se a possibilidade de compreensão, em partes, do que se vivencia por parte dos camponeses em seus territórios.

Ressalta-se que tanto o PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA como tantas outras políticas públicas para o campo foram e ainda são cruciais para o desenvolvimento territorial do camponato em Mato Grosso, tendo como objeto de análise o Assentamento pesquisado e, de certa forma, a Região Sudoeste do Estado.

Nesse viés, por serem políticas tão importantes para o desenvolvimento do camponês e do território deles, é essencial que sejam plenamente desenvolvidas por parte dos governos Municipal, Estadual e Federal, dando total subsídio para que ocorram assimetricamente.

Fato é que, considerando as diretrizes de atendimento a cada uma das políticas públicas para o campo, citadas ao longo deste capítulo, enfatiza-se que nem todos os municípios do Estado de Mato Grosso são atingidos, em suma, ficam na margem de no máximo 50 municípios atendidos por algumas políticas de produção, de desenvolvimento e educação do campo (CABRAL et al, 2015).

Assim, quando se menciona sobre o PNAE em Mato Grosso, preconiza-se um mau uso deste recurso pelos gestores, tanto dos municípios como do estado. Esta prerrogativa é reforçada a partir da afirmação de que:

No período de 2011 a 2014 foram alocados via transferência do FNDE/PNAE para o estado e municípios de Mato Grosso o total de R\$ 251.947.444,00, sendo que fora utilizado para compras institucionais de alimentos da agricultura camponesa R\$ 29.118.381,77, o que representa 11,55% dos totais de recursos transferidos. (MENDES, 2017, p. 158).

Ainda, segundo o autor, a faixa de recebimento de recurso pelos municípios varia de valores entre R\$ 200.000,00 a mais de R\$ 1.000.000,00. E que em 2014, 96 municípios receberam valores até R\$ 200.000,00; 28 municípios até R\$ 400.000,00; 5 municípios até R\$ 600.000,00; 1 município até R\$ 800.000,00; 4 municípios até a casa de R\$ 1.000.000,00; e 5 municípios acima de R\$ 1.000.000,00.

Diante disso, é inevitável afirmar que a ingerência política e administrativa intervém na consolidação do PNAE, afetando o desenvolvimento político, social, territorial e econômico dos assentamentos e comunidades. Faz-se importante entender que o PNAE, enquanto lei⁴, possibilita processos mais burocráticos para seu desmonte, no entanto, é preciso permanecer vigilante à sua manutenção.

Para um bom funcionamento desta política pública, é preciso total atenção dos produtores camponeses, uma vez que a maioria dos gestores deixa de cumprir integralmente a proposta desta lei, justificando o ato pela baixa procura nas

⁴ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtores da agricultura familiar.

chamadas públicas e ainda pela falta (quantidade) de alimentos produzidos na região (MENDES, 2017).

Em relação ao PAA, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, ligada ao Ministério da Cidadania, afirma-se que possui duas finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, sendo criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

Em Mato Grosso, o acesso ao PAA data desde 2005, através da Região Sudoeste, mais precisamente pelo município de Mirassol D'Oeste, por meio da ARPA, que, no próximo capítulo, receberá informações mais detalhadas, com projeto que atendeu inicialmente 10 famílias com uma renda equivalente a R\$ 20.392,29, levando alimentos às escolas dos assentamentos na região (MENDES, 2017).

As diretrizes e as questões norteadoras do PAA no Estado foram delineadas a partir das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra para Doação Simultânea (CPR Doação), que foi a mais acessada pelos camponeses, e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR) (CABRAL et al, 2015); (CONAB, 2009).

É evidente que, ao longo dos anos, o acesso ao PAA pelo campesinato em Mato Grosso também não atingiu a maioria absoluta dos municípios, nem mesmo a maioria dos camponeses assentados. No entanto, possibilitou renda aos participantes diretos e de forma indireta desenvolve economicamente o assentamento.

De acordo com Cabral et al (2015), foi possível identificar que, ao longo dos anos de 2003 a 2013, portanto, em uma análise de 10 anos do PAA, no Estado de Mato Grosso, 2010 foi o ano com maior número de municípios participantes, no total de 56. Entretanto, o ano com maior número de propriedades atendidas foi o de 2012.

Ainda, de acordo com a autora, o ano com maior recurso aquisitivo foi também o de 2012, com um valor estimado em R\$ 17,413 milhões, conseqüentemente, com a maior quantidade adquirida de alimentos, totalizando 8.822.000 kg, isso falando da modalidade CPR doação. Segundo Silva et al (2019, p. 182), o PAA traz inúmeras possibilidades para os camponeses no Estado de Mato Grosso, pois:

A percepção dos agricultores quanto aos benefícios demonstra que o programa oportunizou o aumento e a diversificação da produção, contratação de mão de obra para auxílio no processo produtivo, benfeitorias na ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículos, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura. Outros benefícios foram a garantia de comercialização, ganho econômico, preço justo e perspectivas de permanência na propriedade.

Diante disso, observando os benefícios que o PAA fornece aos agricultores, tem-se a ideia de que não há problemas na manutenção do programa. Na prática, não é o que se vê, em razão dos muitos desafios, como o próprio cumprimento das regras por parte dos governos municipais e estaduais, o gerenciamento de recursos por parte dos camponeses, a falta das políticas de assistência técnica e a resistência e desconfiança por parte dos camponeses (SENA et al, 2017).

Outras limitações do PAA, em Mato Grosso, sugerem pouca quantidade de recursos disponibilizados, a baixa divulgação junto aos camponeses, a burocracia e/ou ausência de serviços de vigilância sanitária (o que impede a inserção de produtos de origem animal e vegetal) e a aceitação por parte de algumas escolas ou instituições.

Há de se evidenciar também o desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsáveis diretos dos recursos para o PA, e ainda por se tratar de uma política governamental, podendo ser ou não, continuada pelos futuros governantes (MENDES, 2017).

De todas as ações e políticas voltadas para o campo e para o campesinato, a que melhor se desenvolve em termos práticos em Mato Grosso é o sistema educativo, que, ano após ano, tem se tornado mais forte em meio às políticas públicas para educadores e educandos do campo.

As discussões, embasadas a partir do PRONERA, permitiram um grande avanço na efetivação das ações educativas para a população de acampados e assentados, dando a oportunidade de fortalecimento da educação no âmbito da reforma agrária e contribuindo para o desenvolvimento do campo (SIQUEIRA ET AL, 2014).

Dessa forma, desde 2003, são criadas políticas para a educação do campo, pautando, sobretudo, os valores que condizem com a realidade de cada assentamento.

Dentre todas as ações, ao longo dos anos, destacam-se as primeiras turmas de graduação, específicas para camponeses, como a Pedagogia da terra, em 1990, pela UNEMAT, Campus Cáceres; realização de seminários sobre a educação do campo; um capítulo próprio no Plano Estadual de Educação pela Lei nº 8806/2008; a Gerência de Educação do Campo implantado na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); a criação do PROJOVEM, PROEJA e EMIEP; e a oferta de cursos superiores nas universidades federais, como é o caso da Universidade Federal de Brasília, com a Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC), e nos Institutos federais, com cursos de graduação destinados aos povos do campo (SIQUEIRA ET AL, 2014).

Foram muitos os avanços no sentido de proporcionar aos camponeses uma melhor proposta de enaltecer a Educação do Campo, contudo, ainda assim, há percalços de luta e resistência contra o que se desvincula do processo de se ter uma educação realmente do campo.

Podemos citar algumas dessas questões com base no empirismo. A primeira diz respeito ao quadro de profissionais de educação das escolas do campo, ou seja, criar políticas para que os professores camponeses da própria comunidade ou assentamento, formados no bojo das políticas e dos movimentos sociais, sejam preferenciais no processo de escolha ou atribuição.

A segunda abarca a questão do calendário escolar com base nas necessidades dos camponeses, que atenda tanto o período de agricultura como das condições climáticas que afetam principalmente as estradas. Ainda, possibilitando também o transporte escolar, que é um entrave com os municípios; a terceira e última, melhoramento das estruturas das escolas do campo, tanto da parte pedagógica (o que inclui uma educação pautada na acessibilidade e na inclusão) como da parte recreativa (como ginásios e ambientes de lazer).

Sendo assim, devemos ainda levar em conta o Decreto nº 10.252, que foi publicado no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2020, segundo Caldas (2020), em uma reportagem do site Brasil de Fato, que trata de uma reorganização da estrutura do INCRA, o que, automaticamente, extinguiu a Coordenação

responsável pela Educação do Campo, inviabilizando a continuidade do PRONERA, uma afronta aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e aos movimentos sociais.

Tudo isso é visto com muita preocupação, uma vez que o PRONERA permitiu o acesso de milhares de camponeses ao ensino técnico, diversificado e de nível superior em diversas graduações. Sem o PRONERA e com um governo de extrema direita, que discursa contra a política de minorias, a situação da Educação do Campo tende a sofrer retrocessos irreparáveis, ignorando conquistas através de muita luta e resistência.

Assim, compreender as políticas públicas de acesso e de permanência no campo expressa inteiramente que são políticas combinadas à vontade e à força dos movimentos sociais, bom como do próprio agricultor, para que de fato vigore e funcione. Obviamente, de certa forma, nem tudo se resume a uma consequência boa no final, visto que tudo dependerá da vontade dos governantes e de suas preferências econômicas e partidárias.

Nesse sentido, quando se há negação de direitos, há a negação da luta de classes, no entanto ela existe e sempre existirá para demonstrar a força e a voz do povo camponês. De uma maneira direta, a participação popular permite a construção de políticas públicas do povo que atenda ao povo.

Todas as políticas públicas mencionadas, ao longo deste capítulo, permitiram uma análise sobre sua importância nas ações voltadas para o campesinato, com embasamento em áreas como produção, renda, trabalho e educação.

Desse modo, são questões pontuais que enaltecem a resistência do povo do campo, que possibilitam a vivência e o compartilhamento das experiências familiares. Ainda, da produção baseada em meios alternativos que permitem a união entre o homem e a natureza de maneira harmoniosa, permitindo aos jovens do campo as possibilidades de formação em todos os níveis de escolaridade. Também, viabilizando aos professores do campo propor um ensino e uma formação continuada com os preceitos de sua própria localidade e, necessariamente, demonstrando que o território camponês resiste e tem força suficiente para o embate contra a ideologia de heterogeneização do campo brasileiro.

Nesse viés, dentre as políticas públicas mencionadas neste capítulo, frisa-se que a maioria foi ou está presente no contexto do Assentamento Roseli Nunes. Nesse cenário, tanto o PRONAF como o PNAE são políticas acessadas pelas

famílias assentadas; em relação ao PAA, inclusive já foi uma das políticas públicas mais acessadas pelos camponeses deste Assentamento, no entanto, devido ao seu desmonte, tem-se cada vez mais dificuldades em acessá-la.

Quanto ao PRONERA e suas ramificações, destaca-se que foram essenciais para a formação dos camponeses, tanto no período de acampamento como de assentamento, como também acerca da construção de cursos técnicos voltados para a juventude no campo. Entretanto, trata-se de mais uma política extinta no ano de 2020, que dificultará certamente a sua continuidade.

Desse modo, no próximo capítulo, a proposta é trazer à tona a realidade do Assentamento Roseli Nunes, na perspectiva de fala dos próprios assentados, do seu modo de produção, de sua renda, do trabalho e de toda a luta para a manutenção na terra.

CAPÍTULO IV – O ASSENTAMENTO ROSELI NUNES EM MIRASSOL D'OESTE/MT: TERRITÓRIO CAMPONÊS

Resistência pode ser significativamente a palavra que melhor define o conceito do campesinato e seus fatores adjacentes. Resistir está ao território, assim como luta e vida para o camponês.

Assim, analisar todo o contexto que envolve o Assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol D'Oeste/MT, seja em âmbito espacial, territorial, econômico, social, político, educacional, significa propor que seja compartilhada toda uma história de vivência e de desafios intermitentes. Portanto, entender toda essa relação, em detrimento de um campo de conflito, representa relacionar que o ambiente futuro ainda espreita um camponês que requer, acima de tudo, coletividade com seus pares e, inegavelmente, organicidade.

Isto posto, tendo como objeto desta pesquisa o Assentamento, com o intuito de promover a compreensão de suas nuances com base no trabalho, na produção, na renda e nos conflitos agrários, pretende-se enaltecer sua historiografia. Assim, demonstrando de forma sagaz que a ação dos sujeitos territorializa e proporciona a identidade a determinados espaços habitados.

A partir desses pressupostos, da proposta de estudos bibliográficos e da efetiva pesquisa *in loco*, com foco principalmente no modo de vida camponês, é possível estabelecer como práxis a elaboração deste capítulo, objetivando, sobretudo, dados levantados, visualizados e compartilhados com a comunidade, que pudessem efetivamente dar o devido respaldo científico. Ainda, oportunizando apresentar o Assentamento como modelo produtivo da agricultura campesina, bem como outras frentes de resistência do povo camponês contra o grande capital.

Dessa maneira, a realização de uma análise objetiva e subjetiva com os sujeitos da pesquisa, a partir de um roteiro de entrevistas semiestruturadas direcionadas a “sujeitos-chave” e/ou “lideranças” no contexto do assentamento, permitiu captar algumas informações que podem ser utilizadas como prerrogativas para um melhor entendimento do campo e, particularmente, do Assentamento Roseli Nunes.

Nesta percepção, e fazendo uso do conhecimento empírico da população campesina, foi possível entrevistar 13 assentados, com distinção de áreas e núcleos

populacionais. A entrevista foi direcionada e semiestruturada, pois, partir de uma análise com base no subjetivismo, desamarra a perspectiva do acabado e pronto.

A própria consolidação de observação para com o objeto de pesquisa traduz de forma evidente o território analisado nesta pesquisa, um território de identidade campesina, basilar da agricultura camponesa e em uma perspectiva do conhecimento de consciência de classe.

Assim, propor entender a relação de reciprocidade, de luta, de resistência e vida camponesa significa compreender a complexidade da relação estabelecida entre a produção que envolve inteiramente outras concepções do campo, ter ciência de que existe luta de classes, bem como estar ciente de que a pesquisa não se fará neutra.

Enfim, este capítulo permite, de todas as formas, depreender o papel do camponês para a manutenção da produção alimentar, dando ênfase na importância de um campo sadio, ativo e resistente.

4.1 Características históricas e socioestruturais do Assentamento Roseli Nunes

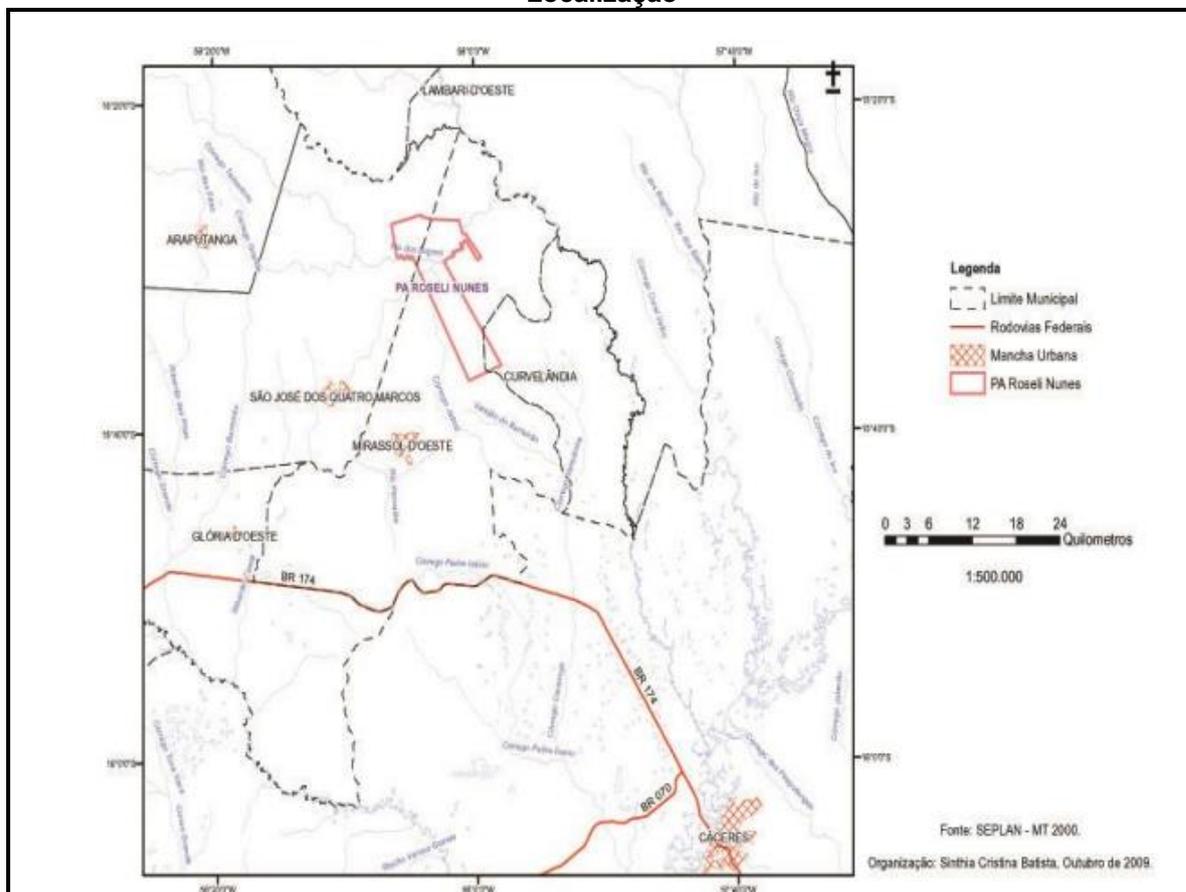
Destaca-se que trabalhar na perspectiva de espaço e de tempo é abrir precedentes para a compreensão da construção social dos sujeitos, enquanto espaço apropriado e territorializado.

Nesse sentido, o território se constitui como um mundo material perceptível e, ao mesmo tempo, torna-se elemento do pensamento da criação dos sujeitos, que, historicamente, estes sujeitos os transformaram nas mais variadas formas de objeção/criação, na linguagem, desenhos, sons e outros fatores que contribuem para a formação da identidade (RAFFESTIN, 2008).

Assim constitui-se o Assentamento Roseli Nunes, com localização de 290 km até a capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, pertencente ao município de Mirassol D'Oeste a uma distância de aproximadamente 33 km deste, na Mesorregião Sudoeste e Microrregião de Jauru (Figura 03). O Assentamento Roseli Nunes faz divisa com os municípios de São José dos Quatro Marcos e Curvelândia,

este último responsável diretamente pelas relações comerciais e outros serviços básicos direcionados à população (BRASIL, 2010).

**Figura 3 - Mapa do Assentamento Roseli Nunes:
Localização**



Fonte: BATISTA, 2011.

Tratando-se especificamente da construção popular do Assentamento Roseli Nunes (Figura 04), figuram como principais responsáveis diretos por esta conquista a população campezina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). São 331 famílias assentadas no Roseli Nunes, estabelecidas em uma divisão de 27 núcleos, alocadas nos lotes, perfazendo um total de 1200 pessoas (PPPEMC, 2013).

Figura 4 - Entrada do Assentamento Roseli Nunes



Fonte: BALBUENA, 2019.

Com a finalidade de compreender todo o processo de estruturação do assentamento consolidado, cabe a interpretação de sua construção, a priori. Assim, a condição de pré-assentamento iniciou-se nos anos de 1997, com a ocupação da fazenda Facão, na cidade de Cáceres, com aproximadamente 600 famílias provindas de várias partes do Estado de Mato Grosso, bem como de outros estados. Com o passar dos dias, a quantidade de famílias alocadas no lugar aumentou consideravelmente, estavam à espera do lote e do início da condição da conquista da terra.

No ano de 1998, por meio dos comodatos da Fazenda Santana, localizada em São José dos Quatro Marcos, e da Fazenda Prata, localizada em Mirassol D'Oeste, teve início a territorialização dos assentamentos, tendo como nome de batismo Florestan Fernandes e Roseli Nunes, respectivamente, ambos homenageados por participarem da construção popular e da defesa da Educação do Campo e da Reforma Agrária no país (PPPEMC, 2013).

Diante de todo o processo de construção histórica e da consolidação do Assentamento Roseli Nunes, enquanto território conquistado, fica claro que, de fato, o processo de ocupação e de territorialização iniciou-se a partir do momento do processo de condicionamento dos agricultores enquanto assentados.

É interessante observar que [...] o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações [...]. (FERNANDES, 2008^a, p. 279).

Assim, está explícito que o conhecimento da existência de uma luta de classes permite a criação de camponeses críticos a respeito da realidade social do território, propiciando e construindo cultura, educação e produção popular que atenda aos anseios da população camponesa de uma maneira geral. Também denota que os camponeses precisam, depois do acesso à terra, da moradia, da saúde, da educação e da renda para subsidiar sua manutenção e permanência no campo.

Sendo assim, com o objetivo de melhor conhecer tais camponeses, e como proposta de trabalho, escolhendo a não identificação dos sujeitos participantes da pesquisa *in loco*, propõe-se como nomenclatura para os camponeses participantes: Camponês1, Camponesa1, Camponês2, Camponesa2, Camponês3, Camponesa3, Camponês4, Camponesa4, Camponês5, Camponesa5, Camponês6, Camponês7 e Camponês8. Como perspectiva de dar voz aos sujeitos da pesquisa, cabe fazer uma pequena apresentação individual, de maneira que seja enfatizado o cotidiano de cada um e de cada uma.

O primeiro camponês que participou da entrevista, intitulado Camponês1, é proveniente da cidade de Salto do Céu, em Mato Grosso, tem 41 anos, chegou ao lote no ano de 2002, tendo participado também do acampamento Facão, anterior à distribuição do comodato da Fazenda Prata (atual Assentamento Roseli Nunes). Ainda, em outros períodos, a família lavrou terras na condição de posseiros.

Antes de chegar aqui nós passamos pelo acampamento no Facão, depois viemos pra um pré-comodato, que é aqui já nessa área, Fazenda antiga Prata, que era do fazendeiro chamado [...] Esqueci o nome dele agora, mas era de um fazendeiro. Mas, antes nós morávamos na comunidade Lua Nova em Salto do Céu, antes de entrar no acampamento⁵.

⁵ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

Da vida sempre trouxe a condição de ser trabalhador lavrador, pois vem de uma família que sempre trabalhou no campo. Inicialmente, no Espírito Santo; posteriormente, advindo da ocupação da Região Centro-Oeste, a partir das práticas de colonização e povoamento para a chegada ao Estado de Mato Grosso, na década de 70.

Então, o pai na década de 70, como eles vieram de Espírito Santo pra cá né? Ai eles conseguiram apossar de uma área de terra lá nessa comunidade Lua Nova né? Foi justamente no ano que nasci eles trabalhavam de meeiro né? I ai, nessa área mesmo aonde que eles tocava esses arrendamento né? E ai eles se organizaram, os agricultores da época né? E ai, eles tomaram posse dessa área né? No qual nós tem ela até hoje lá né? Acho que hoje daquela turma que foi e apossou dessas terras lá, só tá nossa família lá né? Nesse local da comunidade né? Foi numa época bem conflituosa na região, teve muitas mortes, na época que eles falam das invasões né? [...] ⁶.

O tamanho da propriedade conquistada, através da luta do MST, é de 25 ha, ele está sempre engajado em movimentos sociais e também em movimentos sindicais com o objetivo de legitimar e dar plenas condições de desenvolvimento ao Assentamento.

O entrevistado tem formação em nível superior, assim como a cônjuge, ambos a partir de parcerias de Universidades Federais com o PRONERA⁷, bem como os dois com vínculo empregatício na escola do Assentamento. O casal tem 5 filhos, sendo uma enteada. Destes, 2 (dois) estão em processo de formação em Universidades (um pela parceria da Universidade do Pontão do Sul e do PRONERA) e outros cursando o ensino básico na Escola do Campo Madre Cristina, no próprio Assentamento.

Em sua propriedade há muitas benfeitorias, assim como também o acesso à rede elétrica e abastecimento de água através de poço semi-artesiano. O

⁶ Entrevista realizada com o camponês1, em 19 de outubro de 2019.

⁷ Segundo Fernandes e Tarlau (2017), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi de suma importância para o campesinato, pois, até então, não havia qualquer preocupação com esta população em termos educacionais. Graças às lutas dos camponeses pela produção, pelo território, pela reforma agrária, sustentou-se que não existem tais fatores desassociados da educação. Neste íterim, segundo os autores, essa persistência e resistência consolidaram o programa, que foi institucionalizado em 2009, promovendo o acesso dos camponeses em todos os níveis de ensino, contribuindo para a empiricidade da agroecologia, do cooperativismo e do surgimento de lideranças.

Camponês1 está muito feliz com sua condição de assentado. Afirma que não pensa em nenhum minuto sequer em abandonar a terra, que, para ele, é praticamente tudo na vida.

A segunda camponesa entrevistada, denominada Camponesa1, tem origem na cidade de Mendes Pimentel, em Minas Gerais, com 47 anos de idade, é a responsável pelo lote. Chegou em Mato Grosso no ano de 1984, para o município de Rio Branco/MT. Assim como o primeiro camponês entrevistado, também participou da condição de acampamento, pré-assentamento e assentamento consolidado.

Sua família também esteve presente na terra desde sempre, em um primeiro momento em Minas Gerais, posteriormente, em Mato Grosso. Enquanto assentada do Assentamento Roseli Nunes, possui um lote de 10 ha, conseguido junto ao MST, com enfrentamento dos camponeses ao grande capital, tendo participado de alguns despejos enquanto acampada, até a contemplação da terra.

Pelo MST e pelo Assentamento Roseli Nunes, participou de várias frentes formativas, envolvendo-se inclusive na iniciação do processo de construção e funcionamento da escola Madre Cristina. É graduada em Pedagogia e professora efetiva da referida escola. É divorciada, tem duas filhas, a mais velha cursando Nutrição, na cidade de Cuiabá/MT, e não reside na propriedade; a segunda completou ensino médio recentemente, reside e trabalha na propriedade.

Em momentos anteriores à chegada ao lote, a família participou de movimentos ligados à igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Atualmente não possui nenhuma ligação com associação ou cooperativa dentro ou fora do contexto do Assentamento. Quanto à propriedade, possui algumas benfeitorias, tendo acesso à rede elétrica e também à água, através de um poço artesiano.

Assim, eu participava daquela [...] Da CEBs e não tem aquele movimento que agora o nome não veio na minha cabeça, não é o CTA não, acho que é CPT, isso é CPT, eu participei da Comissão Pastoral da Terra⁸.

A terceira camponesa entrevistada recebeu a alcunha de Camponesa2, proveniente de Reserva do Cabaçal/MT, e sua base familiar é do Norte do país,

⁸ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

Estado do Amazonas. Tem 45 anos de idade, chegou à condição de pré-assentamento em 1999, tendo também participado do processo de luta pelo acesso à terra.

A entrevistada é graduada em Letras, ajudou a construir a educação desde o acampamento, tendo importante participação na consolidação da educação estabelecida no atual Assentamento, bem como na possibilidade de formação das crianças que acompanharam os pais na busca por um pedaço de terra. Atualmente, é educadora com contrato temporário na escola do Assentamento e também em uma escola municipal urbana.

A propriedade da entrevistada mede 12 ha, e com ela moram a suas duas filhas, ambas cursando o ensino médio na escola Madre Cristina. É solteira e mantenedora do lote, antes de lidar com a terra era cuidadora de idosos na cidade de origem, onde a família também possuía uma pequena propriedade.

A fonte de obtenção de seu lote foi também por intermédio da luta coordenada pelo MST, tendo a participação em processos de ocupação, despejos e definitivamente assentada. Não possui nenhuma relação com associação ou cooperativa interna ou externa, a não ser o próprio MST como ente de movimento social, tendo na família algumas pessoas engajadas nos processos de lutas. A propriedade possui muitas benfeitorias, tem acesso à rede elétrica e à água através de poço comum.

Os meus parentes de Minas Gerais, eu tinha um parente de muitos anos atrás, que eles já trabalhavam nesses movimentos sociais né? De, dessas revoltas que teve em Minas né? Naquelas luta que teve, ele era um dos grandes organizadores, coordenador também⁹.

O quarto camponês entrevistado, intitulado Camponês2, é natural de Iturama, em Minas Gerais, chegou a Mato Grosso no ano de 1981 e estabeleceu moradia com sua família no município de São José dos Quatro Marcos. Tem 49 anos de idade, casado, participou e participa do processo de luta pela terra. Foi participante ativo do processo de ocupação da área da Fazenda Facão e, posteriormente, da Fazenda Prata, que resultou no processo de consolidação do Roseli Nunes.

⁹ Entrevista realizada com a Camponesa2, em 28 de outubro de 2019.

Esse camponês possui o ensino médio completo, sua esposa é graduada em Letras/Espanhol e leciona na escola do Assentamento, enquanto ele trabalha na construção civil, de forma interna e externa, do lugar onde vive. O casal tem dois filhos, um com ensino médio completo, não reside mais na propriedade, tendo migrado para a cidade de Cuiabá/MT; a outra possui ensino superior, trabalhou por algum tempo também na escola, porém, mudou-se para um Assentamento vizinho onde reside com o esposo.

Seu lote mede 23 ha, provenientes da luta do MST, e, a posteriori, pela aquisição de algumas parcelas compradas de terras. O entrevistado sempre participou de movimentos sociais, diferentemente de seus pais, que possuíam terras, mas na condição de arrendatários. Sua propriedade conta com muitas benfeitorias, e tem acesso à energia elétrica e à água através de poço artesiano.

O entrevistado de número cinco, intitulado Camponês3, é natural de Minas Gerais, assim como a maioria dos demais entrevistados, ele chegou às terras mato-grossenses na década de 1980, mais precisamente no ano de 1982, para a comunidade Baixo Pito, no município de Rio Branco/MT. O entrevistado tem 50 anos de idade, sempre trabalhou como lavrador, participando também do processo de luta pela terra desde a época de acampamento.

Retornou às atividades escolares neste ano para a complementação do ensino médio no próprio Assentamento. A esposa concluiu o ensino médio há pouco tempo. Eles têm dois filhos, um concluiu recentemente o ensino médio técnico na Escola Madre Cristina; e a outra cursa o ensino fundamental.

A família tem trajetória da lida com a terra antes mesmo da participação em movimentos sociais ligados a essa questão, na condição de posseiros, posteriormente, nos movimentos de ocupação organizado no Estado. O lote em que foram assentados possui área de 10 ha, conquistado junto ao MST. Não participa mais de nenhuma associação ou sindicato.

Olha toda vida nós trabalhamos assim na lavoura, mexia com o campo, lavoura, e sempre tirou um pouquinho de leite, mas, mais é lavoura né?¹⁰.

¹⁰ Entrevista realizada com o Camponês3, em 19 de outubro de 2019.

Em relação à propriedade, observa-se que conta com bom número de benfeitorias, além do acesso à rede elétrica e à água de poço comum.

O sexto entrevistado será tratado como Camponês4. Ele é natural da cidade de Jauru/MT, deslocou-se para a região no ano de 1997, à época, com 17 anos de idade, para participar dos movimentos sociais de luta pela conquista da terra. Inicialmente para a cidade de São José dos Quatro Marcos, onde trabalhou como agricultor, arrendatário.

Oh sempre fui agricultor, dentro da agricultura, meus pais, meus avós, mas sem terra, nós nunca possuiu terra, e tanto que nós conseguiu terra através do movimento do MST né? Da luta, da organização do Movimento Sem Terra¹¹.

A família não tem histórico de lida com a terra, com exceção do pai, que trabalhava como meeiro em algumas fazendas, de resto, sua experiência enquanto agricultor veio principalmente por meio das diárias praticadas de trabalho para outros proprietários. Hoje, com 39 anos e já assentado em sua terra, é formado em Letras, pela parceria junto ao PRONERA, e atua como professor contratado na Escola Madre Cristina, além do trabalho no lote.

Meu pai trabalhava, nós morava na cidade, meu pai trabalhava de meeiro nas fazenda dos outros, ali o que ele conseguia produzir, a parte da produção dele que mantinha nós na cidade. Nós não trabalhava, a minha irmã trabalhou na época de empregada doméstica né? A minha mãe era dona de casa mesmo, meu pai que fazia essa migração, vinha ficava o final de semana em casa, depois voltava pras fazenda e ficava por lá, 25 dias, 30 dias e retornava, era essa peleja, diarista também¹².

Esse entrevistado é casado, e sua esposa também foi participante dos movimentos sociais, tem como formação o ensino médio, eles não têm filhos. O casal mora no que chamam de coletivo, local onde várias famílias compartilharam algumas porções territoriais. Ao todo, possuem 25 ha de terras. Ele atua sempre dentro das formações do MST e está ligado a associações e cooperativas que trabalham dentro do Assentamento Roseli Nunes, para o fomento das atividades

¹¹ Entrevista realizada com o camponês4, em 19 de outubro de 2019.

¹² Entrevista realizada com o camponês4, em 19 de outubro de 2019.

agrícolas e outras. Quanto às benfeitorias na propriedade, há uma porção de instalações e de equipamentos, com acesso à rede elétrica e também à água através de poços, neste caso, artesiano e comum.

O entrevistado de número sete, designado como Camponês5, é natural de São José dos Quatro Marcos. Antes da chegada ao lote, no ano de 2002, os familiares tocavam terra na condição de arrendatários. Hoje, aos 50 anos de idade, possui o próprio lote com 25 hectares, conquistado através de luta e resistência embaixo do barraco de lona nas ocupações.

A escolaridade do Camponês5 é o ensino fundamental incompleto, é casado, sua esposa tem 49 anos, a escolaridade é ensino fundamental completo, ambos não são aposentados. Possuem dois filhos, um com 21 anos de idade, com o ensino médio completo; e o outro, com 20 anos de idade, cursando Licenciatura Plena em Ciências da Informática, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Ele participa de associação presente no assentamento, seu lote tem diversas instalações e benfeitorias, poucos equipamentos/maquinários. Possui rede elétrica e água para consumo, de poço comum.

A oitava camponesa entrevistada recebeu a alcunha de camponesa3. Ela tem 50 anos de idade, é natural da cidade de Fátima do Sul/MS, chegou ao assentamento no ano de 2004, vinda da cidade de Rio Branco/MT. A forma de obtenção do lote foi por meio da compra de outro Camponês. A propriedade mede 27 hectares.

Antes da chegada ao lote, trabalhava com frete de leite para laticínio, ou seja, não lidava com a terra. Porém, chegou a participar de um acampamento autônomo, não permanecendo até o fim. Legalmente, é solteira, mas tem companheiro, sua escolaridade é ensino fundamental incompleto. O casal tem dois filhos, ambos com ensino superior completo, que não residem e nem trabalham na propriedade.

O uso prioritário da terra é para a pecuária, não participa de nenhuma cooperativa nem associação. Tem uma diversidade de instalações e benfeitorias, como de equipamentos e implementos. O lote tem rede elétrica e utiliza água de poço comum para o consumo.

O entrevistado de número nove teve como alcunha Camponês6. Nascido em Cruzália/SP, chegou à região no ano de 1977, participou de diversas ocupações e acampamentos até a conquista da terra no Assentamento Roseli Nunes.

Tem 47 anos de idade, sua companheira tem 43 anos, respectivamente, como escolaridade, ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, e não são aposentados. Tocou terra anteriormente à vinda ao lote, na condição de arrendatário. Tem um casal de filhos, o rapaz tem 20 anos e cursa o ensino superior em Contabilidade, a moça tem 19 anos e cursa o ensino superior em Letras.

O lote de tem 23 hectares, sendo desenvolvidas atividades agropecuárias. Não faz parte de nenhuma associação, nem sindicato, tendo um número grande de instalações e benfeitorias na propriedade. É servido de rede elétrica e a água para consumo vem de poço comum.

A décima camponesa entrevistada, intitulada camponesa4, é natural da cidade de Cuiabá/MT, chegando à região no ano de 1995, participou do processo de lutas, ocupação, acampamento, pré-assentamento e assentamento do MST. Tem 37 anos, é casada, seu esposo tem 48 anos. Antes da chegada à região, nunca havia tocado terra, buscou melhorias para a vida através desta luta por reforma agrária. Sua escolaridade é ensino médio completo, concluído já na escola do assentamento, o esposo tem o ensino fundamental completo. O casal tem três filhos, o mais velho, com 22 anos, terminou o ensino médio e foi embora da propriedade, atualmente está morando e trabalhando em Cuiabá/MT; a filha do meio tem 15 anos, está cursando o ensino médio; e a mais nova, com 11 anos, cursando o ensino fundamental.

O lote mede 10 hectares, o uso da terra é a agropecuária. Participa de associação no assentamento. Na propriedade há diversas instalações e benfeitorias com distinção ao número de equipamentos e implementos. Tem rede elétrica e a água para consumo vem de poço comum.

O antepenúltimo entrevistado, denominado Camponês7, tem 49 anos de idade, natural de Ubaporanga/MG, chegou à região no ano de 1982, precisamente, para a cidade de Rio Branco/MT, onde sempre tocou terra na condição de posseiro.

Ah, é lavrador né? Trabalhava, roçava, capinava, fazia de tudo né? De tudo um pouco [...] Morava com meus pais no Rio Branco [...] Tinha terra assim, um grilo né? Sempre moremo na roça, mas, não era legalizado¹³.

¹³ . Entrevista realizada com o camponês7, em 10 de junho 2020, com apoio do ex-aluno e amigo Fabrício Almeida de Moraes.

É casado, sua esposa tem 32 anos de idade, a escolaridade de ambos é o ensino fundamental incompleto. O casal tem três filhos, a filha mais velha, tem 14 anos e cursa o ensino fundamental; a filha do meio tem 07 anos e cursa o ensino fundamental; e o filho caçula tem 06 anos e iniciou a pré-escola.

A conquista do lote, que mede 25 hectares, veio da participação no MST, através de acampamento e ocupação, até definitivamente ser assentado no Roseli Nunes. O Camponês⁷ utiliza o lote para a prática da agricultura, não sendo participante de nenhuma associação ou cooperativa.

Em relação às instalações e benfeitorias, a propriedade é bem diversificada; já em relação a máquinas, equipamentos e implementos são poucos os que são encontrados no lote. A propriedade possui rede elétrica e utiliza o poço comum para consumo de água.

O penúltimo entrevistado, intitulado Camponês⁸, é natural da cidade de Rio Branco/MT, tem 46 anos de idade, sempre trabalhou como lavrador. Antes de participar do acampamento e da ocupação pelo MST, no ano de 1999, trabalhou com arrendamento de terra (produção de horticultura) na comunidade Plaquelândia, no município de Curvelândia.

Antes do lote né? Nós morava no sítio né? Na Plaquelândia [...] Rapaz, olha, nós plantava banana né? Mexia com arrendamento pra plantá arroz, milho né? Esses tipo de coisa ai. Era pouca renda, e o gado né? Possuía um pouquinho de gado¹⁴.

Também é casado, sua esposa tem 46 anos de idade, ambos possuem o ensino médio completo, concluído na escola do Assentamento Roseli Nunes. Tem 2 filhos, o mais velho tem 17 anos de idade, cursa o ensino médio, e a mais nova tem 13 anos, cursando o ensino fundamental.

Seu lote mede 24 hectares, utilizado para a prática da agricultura, participa de associação no assentamento (ARPA), produzindo e praticando a agroecologia. Possui algumas benfeitorias no lote que ajudam tanto na produção agrícola como na

¹⁴ Entrevista realizada com o Camponês⁸, em 10 de junho 2020, com apoio do ex-aluno e amigo Fabricio Almeida de Moraes.

criação de animais; os equipamentos são poucos. O lote conta com rede elétrica e a água para o consumo vem do poço comum.

A última entrevistada, denominada camponesa5, nasceu em Poconé/MT, residia em Cáceres antes da sua chegada ao lote, no ano de 2001. Trabalhava na cidade como auxiliar de serviços gerais e não tinha, até então, ninguém da família que havia tocado terra.

Essa camponesa tem 64 anos de idade, o esposo tem 74 anos, ambos são aposentados, ela tem como escolaridade o ensino médio completo, ele tem ensino fundamental completo. Mora com o casal uma neta de 19 anos, que ajuda na manutenção do lote, ela possui o ensino médio completo, concluído na escola do assentamento. Os filhos, no total de quatro, não vivem, nem trabalham na propriedade.

O lote conseguido através do MST via ocupações e acampamento, mede 22 hectares, utilizando a terra para agricultura e para pecuária. A camponesa5 participa da cooperativa COOPERSOL, que resultou da viabilidade da economia solidária, e se fortaleceu com alguns projetos extensionistas da UNEMAT no assentamento.

A propriedade possui algumas benfeitorias e instalações que suportam a necessidade da família. Quanto a equipamentos, possuem poucos. O lote conta com rede elétrica, tendo poço artesiano e poço comum, este último para consumo.

Devidamente apresentados os sujeitos desta pesquisa, de forma rápida, simplificada e objetiva, apresenta-se um panorama teórico de cada temática abordada com base nos relatos dos entrevistados. Desse modo, pretende-se evidenciar a relevância de uma pesquisa centrada no sujeito do campo, permitindo que ele tenha voz e vez.

Ressalta-se, novamente, que para a escolha dos camponeses entrevistados, levou-se em conta a representatividade para o Assentamento, o trajeto de luta, a identidade camponesa, os ideais de resistência e também a localização das propriedades no contexto do território. Também cabe destacar que a heterogeneização dos entrevistados considerou buscar algumas distinções encontradas no âmbito do assentamento, como medida de confronto ao que se propôs esta pesquisa e, ao fim, a comprovação de busca de respostas quanto aos objetivos elencados, *a priori*.

Enfim, propor tais reflexões, certamente, possibilitou a compreensão e importância dos movimentos sociais de acesso à terra, como os vários motivos que cerceiam ou não a permanência dos camponeses no campo. Poder observar a partir dos olhos dos agricultores camponeses significa se lançar à subjetividade que envolve cada fala e cada gesto percebido, durante permanência no campo; fazer uma relação direta com as teorias é fator fundante para a prática da defesa da agricultura camponesa, como todas as suas nuances e enfrentamentos.

4.2 Terra para Trabalho, Produção Alimentar e Renda como Sustentação da Vida

A questão agrária no Brasil e, particularmente, no Mato Grosso, ainda é um fato em evidência; sua discussão sempre será primordial para entender o cenário do campo, do trabalho, da produção, da renda, dos conflitos agrários, da educação, enfim, de todos os fatores que contribuem efetivamente para o fortalecimento da população camponesa.

Desse modo, fica claro que o que move a força e a resistência camponesa se estabelece a partir de diretrizes que incidem, objetiva e subjetivamente, sobre o tripé que envolve o trabalho, a produção e a renda; e, ainda, por fatores externos que os influenciam em uma relação amplamente significativa para a permanência familiar e progressiva no campo brasileiro.

Os fatores elencados nesta seção apontam para a relevância do papel do camponês para a manutenção da vida no/do campo. Assim, por meio de sua prática, de sua vivência, da sua economia de fartura, fica possível alicerçar que o campo e a cidade são complementares, não o campo sem vida, sem produção, mas o campo que se produz diversificado com o apoio do próprio meio ambiente.

Nesta direção, é de suma importância a compreensão desta tríade: trabalho, produção alimentar e renda, para interpretar a significância do território como modo de resistência ao capital. Sendo assim, nas subseções a seguir, de maneira individualizada, mas nunca de forma isolada, aponta-se o reflexo de cada um desses conceitos registrados para a concepção do homem e da mulher do campo.

4.2.1 Terra para Trabalho

Diante de tudo que se propõe pensar sobre o campo brasileiro, principalmente o desafio do camponês frente ao capital, é fundamental refletir sobre um cenário no qual se predomina um conflito de interesse pertinente. Assim, trazendo, de um lado, o poder moderno das grandes colheitas, de exportações, da tecnologia, da setorização da agroindústria, contra, de outro lado, a questão do campesinato, da desterritorialização campestre, da falta de assistência técnica rural, das disputas territoriais, da violência no campo e do setor educacional (falta de estruturação das escolas), fazendo prevalecer o latifúndio e tudo de mais perverso que pode acompanhá-lo (ABRAMOVAY, 2007).

Esses fatores exigem uma grande reflexão sobre o que está sendo proposto para análise nesta subseção. Assim, analisar a problemática do trabalho colocando em evidência, sobretudo, sua importância para a população campestre, significa traçar uma discussão que implica fatores que provocam mudanças bem subjetivas a esta temática e no próprio contexto territorial.

Nesta percepção, refletir acerca do trabalho a partir de uma leitura geográfica, indica compreender que o capital, em sua forma mais brutal, tende a se expandir de maneira desigual, aliado a fatores que, combinados, reestrutura todo um processo produtivo, atingindo fortemente os trabalhadores. Desta forma, pensar nestas transformações, tanto do espaço como do território, significa partir para uma premissa de percepção da dinamicidade contemporânea do trabalho e, em tese, de uma ruptura com o capital (SANTANA e MENDONÇA, 2009).

Nesse sentido, conceber uma perspectiva de território, bem como dos sujeitos que o territorializaram, qualquer movimento que incite a movimentação destes sujeitos e, particularmente, na pretensão do trabalho, estremece as relações tanto da propriedade como do próprio trabalho, seja individual ou familiar. Também, em uma lógica de quem possui trabalho misto, seja em sua propriedade ou em propriedade de terceiros. Quando se propõe manter relações de trabalho fora de sua morada, em uma análise mais objetiva, observa-se que a força de trabalho empregada será para manutenção do capital, deixando a essência de trabalhar em sua própria propriedade, em sua base familiar, esvaziada (NOGUEIRA, 2013).

Destaca-se que o processo de trabalho no campo, principalmente na agricultura camponesa, faz-se essencial para a garantia da alimentação e da manutenção da base familiar, dando o devido valor que a terra merece.

[...]. Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p. 12).

A terra tem uma importância singular para a compreensão do preenchimento dos espaços e o trabalho essencial para se caracterizar a produção, a renda, a economia, a vida social e a permanência no campo. O camponês em sua plenitude detém a força de trabalho e os meios de produção, elementos que dão autonomia sobre o produzir na terra (PAULINO, 2004).

Diante deste contexto, indispensável compreender o valor do trabalho, que, imensuravelmente, torna-se essencial na construção da própria concepção de se discutir e evidenciar a agricultura camponesa, afinal, trata-se do alicerce da produção da soberania de alimentos e da preservação do modo de vida, bem como da resistência ao mercado e ao capital. Frisa-se que:

[...] o trabalho constitui-se como elemento fundamental para as atividades humanas. Nesta perspectiva ontológica, ele não só vai intermediar as relações entre o homem e o meio, como também vai ser o fator essencial que diferencia o homem dos outros animais. Com isso, o trabalho está intimamente relacionado ao processo de humanização do homem. (SANTANA e MENDONÇA, 2009, p. 6).

O fator deste processo humanizatório institui o campesinato como um contraste a mais, pois permite aos camponeses viver do seu trabalho e da terra. Sendo assim, é evidente pensar que o trabalho alia-se a todo um processo de territorialização do campesinato, o que inclui as ocupações, resistência e luta pela terra, como uma vivacidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2012).

Com tal intuito, por meio da visitação, bem como pela entrevista aos camponeses do Assentamento Roseli Nunes, foi possível dialogar sobre a temática do trabalho na perspectiva da formação e da manutenção do território, neste caso, como uma apropriação da prática camponesa e da valorização dos saberes do homem e mulher do campo, diante dos métodos produtivos e familiares.

Com base nos dados coletados e na observação participante, foi possível identificar que a questão do trabalho é fundamental para a manutenção da propriedade, assim como da própria identidade camponesa. Nesse viés, o trabalho permite o desenvolvimento do assentamento, assim como o desenvolvimento familiar, seja na produção de alimentos, na produção de vida, na questão da dignidade, da renda e de momentos familiares.

Desse modo, encontramos características bem peculiares de propriedade para propriedade. Denotou-se que alguns dos entrevistados têm sua base familiar bem definida para a questão do trabalho que envolve os componentes, diferentes de outros, que, pela ausência de uma família grande, quando o trabalho demanda mais esforços, acabam por contratar mão de obra de outras pessoas. Importante frisar também que, na maioria absoluta, os envolvidos possuem trabalho na sua propriedade e outras atividades remuneradas fora do assentamento para a complementação de renda.

Seguindo por uma sequência lógica, o entrevistado Camponês1 enfatizou, de maneira sistêmica, que a família como base para a força de trabalho é importante para a manutenção da propriedade. Considera-se que todos os membros familiares, de maneira direta e indireta, procuram ajudar no que podem, na tentativa de estabelecer meios de sustentação.

Para esse entrevistado, salienta-se que sua base familiar é composta por seis pessoas, todas trabalham na propriedade, desse modo, torna-se possível a distribuição e a cooperação no processo cotidiano das tarefas. “Eu acho que na verdade, se você for olhar todos trabalham na propriedade, porque de certa forma, se você precisa de algum objeto, eles vão lá te assessorar né? Te leva uma água ou te leva alguma coisa né? Acaba todo mundo participando”¹⁵.

¹⁵ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

Com o trabalho que envolve toda a família, a busca por mão de obra externa é bem esporádica, uma vez que a força do trabalho empregada atende de maneira satisfatória a demanda da propriedade. Salienta-se, também, que a própria participação do Camponês1 em associações e cooperativas permite uma interação com outros núcleos familiares, promovendo trabalho coletivo e trocas solidárias de trabalho.

No cotidiano, o Camponês1 e sua esposa lidam dentro da propriedade, mas têm outras fontes de renda advindas de seus trabalhos na escola do assentamento. No entanto, segundo o próprio entrevistado, o trabalho que permite melhor renda e, conseqüentemente, qualidade de vida, é o de sua produção, por meio dos cultivos em seu lote. Assim expressou: “ô Ronilson, hoje acho que nossa renda média, média não, acho que vai dar entorno de uns 12 para 13 mil, eu creio, se for considerar tudo que a gente consome né? Inclusive o que a gente produz na terra né?”¹⁶.

Seguindo o exemplo do Camponês1, o Camponês3 também tem sua família como base do trabalho na propriedade, a esposa e os dois filhos participam diretamente das demandas que o lote requer: “olha, os filhos tá trabalhando, os dois né? A filha cuida em casa né? O filho ajuda a tirar leite [...] Nós quatro trabalha na propriedade¹⁷”. No entanto, não possui outro trabalho extra para a sua complementação de renda. Cabe frisar que, diferentemente do Camponês1, este não possui nenhuma relação com as cooperativas e associações presentes no assentamento.

A mão de obra na propriedade dos Camponeses 6 e 7 e das Camponesas 4 e 5 tem predomínio na totalidade familiar, ou seja, dos sujeitos que compõem a família. Nos lotes dos Camponeses 6 e 8 e da camponesa 4, são quatro familiares trabalhando: “trabaia ajudano né? Na horta, trabalhamo [...] É todos os dois né? E a esposa, nós todos trabaia¹⁸”. Ainda, três pessoas nos lotes do Camponês7 e da camponesa5. Os camponeses citados, 6 e 7, não participam de nenhuma

¹⁶ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

¹⁷ Entrevista realizada com o Camponês3, em 19 de outubro de 2019. Grifo nosso, os nomes dos filhos foram alterados pela nomenclatura filha e filho para a preservação da identidade.

¹⁸ Entrevista realizada com o Camponês8, em 10 de junho de 2020, com o apoio do ex-aluno e amigo Fabrício Almeida de Moraes.

associação ou cooperativa, diferentemente das camponesas 4 e 5 e do Camponês8, que participam.

Relevante sublinhar que as associações e cooperativas são de uma importância tremenda na questão do coletivismo dentro do Assentamento Roseli Nunes. No entanto, destaca-se a questão de afinidade de uns com os outros, tanto na localidade do lote como nas atividades desempenhadas pelas associações e cooperativas. Cabe enfatizar que o Assentamento tem bandeiras importantes de lutas, mas existem distintas bandeiras, e também existem os que ainda não têm ou não descobriram quais bandeiras seguir. Talvez esse seja um dos pontos relevantes para a compreensão da adesão ou não a estas.

Nesse cenário, analisar o modo de produção a partir do trabalho familiar significa assumir uma bandeira que surge através dos movimentos sociais, principalmente o MST, que traz a construção da base familiar para quebras de paradigmas mercadológicos. A família precisa trabalhar de maneira que atenda a produção de alimentos para seu autoconsumo, dispondo apenas da força de seu trabalho (JESUS et al, 2013).

A práxis do trabalho familiar campesino é de tamanha relevância para a compreensão da resistência do camponês a todas as adversidades que ameaçam seu território, em muitos casos, o desejo de permanência no campo é minado, e essas relações familiares na produção acabam por se definir.

Desta forma, como evidenciado pelos camponeses 1, 3, 6, 7 e 8 e camponesas 4 e 5, as relações de base familiar, em relação ao trabalho, ao mesmo tempo recíproca e parcialmente distintas, frisam que a coletividade familiar evidencia o que se espera do campesinato, enquanto contradição do capital.

Ainda, foi possível perceber outros casos que também envolvem semelhanças e diferenças. Sugere-se, desse modo, pensar nos camponeses 2 e 4, ambos casados, o primeiro com filhos, mas não presentes nas rotinas diárias das tarefas do lote, enquanto o segundo constituiu família recentemente e ainda não tem filhos: “Só eu e a companheira [...] na verdade nós dois né, nós dois trabalha né?”¹⁹.

Ambos também mantêm a produção com base familiar, não estabelecendo nenhuma relação com mão de obra externa, desfrutando apenas do trabalho

¹⁹ Entrevista realizada com o Camponês4, em 19 de outubro de 2019.

propiciado pelos pares familiares. Ademais, nos dois casos, o número de pessoas que trabalha na propriedade totaliza duas, frisando que ambos são participantes de associações presentes no assentamento.

Entre as camponesas 1 e 2 há muitas semelhanças no que tange à questão familiar, bem como à práxis do trabalho. Ambas são camponesas que lidam com a propriedade e são mantenedoras em conjunto com suas filhas, que integram a força de trabalho presente no lote.

Quanto à camponesa1, a filha de mais idade não reside mais com ela e não participa do processo de trabalho, a segunda lida com o trabalho na propriedade: “os filhos? Não, eles [...], a filha mais velha tem um trabalho autônomo né? Que é vender marmitta, essas coisas. A filha mais nova só me ajuda na propriedade²⁰”. Dessa maneira, o trabalho no lote é baseado na questão de diárias pagas pelos serviços a um assentado/camponês, que dispõe de sua força de trabalho, sendo de aproximadamente duas vezes na semana. A camponesa possui o trabalho e a renda da propriedade e tem relações de trabalho na escola do assentamento, é professora efetiva da rede estadual, não sendo participante de nenhuma associação.

Da mesma forma, a camponesa2 também lida com as atividades da sua propriedade. Entretanto, diferentemente da camponesa1, as duas filhas dela participam dos trabalhos exigidos para a manutenção da base familiar em sua propriedade. Ainda requer de maneira esporádica a contratação de força de trabalho pelo menos duas vezes ao ano. Também, por meio de algumas diárias, quando há necessidade de mais pessoas para atender determinadas situações que, no caso, precisam de um número maior de mão de obra. A entrevistada não tem vínculo com a associação e nem com a cooperativa.

O mesmo caso acontece com o camponês5, que tem na família quatro pessoas trabalhando no lote; e a camponesa3, com duas pessoas. Mesmo tendo como base do trabalho a própria família, há casos de mão de obra que são utilizadas via diárias, isso de maneira esporádica, sendo de no máximo duas vezes por ano. O camponês5 participa de associação, já a camponesa3 não participa.

²⁰ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 19 de outubro de 2019. Grifo nosso, os nomes das filhas foram substituídos por filha mais velha e filha mais nova como forma de preservação de identidade.

Acerca da questão de trabalho fora da propriedade como manutenção complementar da renda familiar, há várias situações observadas. Em primeiro lugar, trata-se de uma mudança na questão do próprio trabalho familiar, pois descontextualiza a prática dentro dos próprios lotes. Em segundo lugar, interfere no próprio desenvolvimento do assentamento, pois menor produção incide menor comercialização de cadeia curta. Por outro lado, a vinculação do trabalho externo garante uma renda maior para o camponês, mesmo que ele se submeta a vender sua força de trabalho para o capital, por mais que seja uma contradição, há alguns exemplos que ocorrem no contexto deste território, sendo uma estratégia para garantir a permanência no assentamento.

Observa-se que os Camponeses 1 e 4 e as Camponesas 1 e 2 possuem vínculos trabalhistas com a escola do assentamento. No caso do camponês³, o vínculo é com uma escola municipal urbana, dentro da possibilidade de reprodução da lógica camponesa, ou seja, tem fontes alternativas de renda, fora da propriedade. O camponês² trabalha na construção civil, em empreitas fora do assentamento e a esposa trabalha como professora contratada na escola do Assentamento.

Igualmente, o camponês⁵ também possui outra fonte de renda alternativa à produção no lote, oferece serviços de frete com seu caminhão e também diversos serviços com seu trator, como gradiação e aplicação de insumos. O camponês⁸ oferece serviços de cabeleireiro para os assentados, sua esposa produz artesanato para a comercialização. A Camponesa⁵ recebe aposentadoria.

Os camponeses 3, 6 e 7 e as Camponesas 3 e 4 não possuem outra fonte alternativa de renda, vivem da terra, seja através da produção da agricultura, do leite e da criação de animais.

Dentro da perspectiva de trabalho, conforme relatado nos parágrafos anteriores, salienta-se que reverbera um cotidiano dentro de cada propriedade dos entrevistados, demonstrando o que as famílias tendem a praticar na lida com a terra. Cada família segue um modelo de trabalho que permite melhor atender as lacunas encontradas na propriedade e na produção.

Na busca empírica, vislumbrou-se que as atividades no lote são contínuas, com início pela manhã até o entardecer. Evidencia-se que, em razão de algumas famílias possuírem outras fontes de renda, há esse meio termo entre a produção e o outro trabalho.

Em relação ao trabalho no lote, percebe-se que o sincronismo da família deve estar afinado, uma vez que os horários, mesmo não sendo marcados no relógio, obedecem aos sinais naturais. Salienta-se, ainda, que alguns camponeses entrevistados são participantes de associações, no caso dos camponeses 1, 4 e 8, que trabalham em conjunto com a ARPA, ou seja, produzem com finalidade ao bem comum do grupo; o compromisso do trabalho vai de encontro com a comercialização de seus produtos e com a renda que gera para cada família.

Em outros casos, como dos Camponeses 2, 3, 5, 6 e 7 e as Camponesas 2, 4 e 5, em que uma boa parte da renda vem do leite, seguem outra rotina, acordam bem cedo para a ordenha das vacas, seguindo uma rotina que possibilite ao filho (neta e afins), chegar no horário de início das aulas na escola; e aos pais, avôs e afins no período da manhã para cuidar das culturas dentro do lote. E no caso do camponês3, ir para o trabalho, seja na escola do assentamento ou na escola urbana. Tudo segue um equilíbrio do tempo e de vida.

Há ainda outros casos de cotidiano de trabalho, como o caso das Camponesas 1 e 3, em que a renda provém da pecuária. O caso da Camponesa1 ficou evidenciado pelo fato de mudança do sítio e início da formação para práticas agricultáveis, além da escassez de água em seu lote. Já para a Camponesa3, o trabalho no lote é intensificado mais especificamente para a criação de gado, possuem alguns pomares, no entanto, somente para consumo, não sendo cultivado para comercialização.

Dentre as ferramentas e tecnologias utilizadas pelos camponeses, são em sua maioria, manuais. Neste caso, foi possível identificar apenas uma ordenha mecânica no lote de Camponês5, investimento que fez logo que os filhos começaram a fazer cursos em outras localidades.

De resto, é possível identificar nas propriedades equipamentos/maquinários como tralha completa, plantadeira, trilhadeira, carro de boi, entre outros equipamentos que subsidiam antes, durante e depois o processo produtivo. É importante destacar que a ARPA conta com um caminhão refrigerado que permite um melhor armazenamento e transporte da produção de seus associados.

Há também condições de descanso e lazer, questão fundamental para o dia a dia no campo, tanto pela questão do trabalho pesado como também para a motivação da estima dos camponeses. Tais condições pautadas não apenas em um

campo de trabalho e produção, mas também na possibilidade de interação, da política de compadrio, dos eventos esportivos, das áreas de lazer comuns, que incentivam a vivacidade do Assentamento em si.

Identificou-se que, na visão dos Camponeses 1, 2, 5, 6 e 7 e das Camponesas 1, 2, 4 e 5, melhorou significativamente da condição anterior de moradia: “O Assentamento Roseli Nunes é lugar onde posso viver bem, com saúde e sendo minha fonte de trabalho, de lazer e descanso²¹”. Para a Camponesa3, a condição continua igual à anterior; e para os Camponeses 3 e 7, piorou em relação à condição anterior, pois consideram que não há muito o que fazer dentro do assentamento, em relação à diversão.

Os camponeses elencaram os lugares propícios ao lazer dentro do assentamento, que vão desde as visitas ao monumento da caverna do Jabuti (localizada dentro do assentamento), das pescarias à beira do rio Bugre, dos jogos de futebol nos campos do Beira Rio e Trezentos (localidades dentro do Assentamento) e da escola, das festas de santo realizadas em datas comemorativas, das festas e atividades que ocorrem na escola e dos botecos que propiciam o encontro dos assentados: “é tipo [...] Como que fala, na área social né? Lá onde tem o barracão, é mais ali né, algum lazer, na igreja também e o campo de futebol né? De vez em quando a gente vai²²”.

Diante de tudo o que foi observado, identifica-se que a terra e o trabalho são frutos de uma conquista social, possibilitando o desenvolvimento pleno do Assentamento e de seus moradores. As propriedades são valorizadas muito mais que construções físicas, mas com toda a simbologia do valor que ambas representam para o campesinato e para o camponês.

Esse constructo vem demonstrar que, na perspectiva camponesa, a terra é para se trabalhar, não para especulação, fortalece a premissa que embasa os movimentos de luta pela terra, o que inclui o MST. E a partir desse:

[...] movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, [...] que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros

²¹ Entrevista realizada com a Camponesa5, em 17 de junho de 2020, através de aplicativo de chat.

²² Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos socioculturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência. (THOMAS JUNIOR, 2012, p. 6, 7).

Irrefutável pensar que o assentamento se constitui e continuará constituindo a força do trabalho campestre, por meio da resistência, visto que esta o moldou ao longo dos anos, com as características essenciais do Roseli Nunes, como forma de negação ao capital, bem como as forças produtivas de trabalho que dele derivam.

Com base nos relatos dos camponeses entrevistados, é notório que as relações de trabalho nas propriedades sejam diversificadas, com atenção, sobretudo, às características familiares de cada um. O caráter heterogêneo estabelecido à margem do trabalho permite pensar que, de maneira acintosa, o camponês tende a refutar algumas práticas do capital e, da mesma forma, de se apropriar de outras que se somam às suas características de resistência.

Enfim, pensar sobre a questão do trabalho em demasiada subjetividade proposta para interpretação e, objetivamente, através dos questionamentos realizados, parte-se da inquietação de entender que o trabalho para o modo de vida do campesinato emoldura-se apenas como parte do postulado. É muito mais complexo analisar o modo de vida como um todo, mas, para se alcançar tal proposição, é indispensável avaliar a práxis das partes, visto que este é o caminho. Desse modo, assim como a análise do trabalho na terra, a próxima seção trata da terra para a produção de alimentos.

4.2.2 Terra para produção alimentar

Não se discute sobre dificuldades encontradas pela população campestre que, por ora, emperram de maneira direta na consolidação da vida e de tudo que remete à produtividade do campo, a partir do alicerce da agricultura campestre.

Por mais evidente que seja o fato das labutas encontradas por estes produtores, no caso de servirem de uma alimentação da força para resistir, ainda assim, a falta de algumas políticas públicas e de assistência técnica, que preconizam os métodos e modos delineadas nas atividades do meio rural, deixam

alguém da real necessidade de investimentos para a efetivação de uma qualidade de vida.

Destaca-se que a produção alimentar se faz para o consumo próprio e também para abastecer a cadeia de comercialização curta, no caso, o mercado local. Sem dúvidas, isso estabelece os preceitos empregados pelo MST e condiciona o valor da terra para a produção de alimentos para a vida.

Propor tal modelo de produção, consolidando a força familiar, aumenta a expectativa de se obter uma continuidade da questão da soberania alimentar e aumenta o alcance que pode ser obtido para as famílias menos favorecidas, seja no âmbito do campo como propriamente da cidade.

No campo, são encontradas grandes adversidades pelo domínio da terra e, sumariamente, a produção tende a ser alcançada. Desse modo, a tendência é haver o conflito pelo mecanismo e manutenção do território, de maneira que prevaleça, diga-se de passagem, quem tenha maior valor de capital.

No entanto, o modo de conceber a terra, bem como a compreensão de sua relevância é totalmente distinto. O camponês, de maneira peculiar, possui os meios produtivos, não limitando o valor da terra à condição natural de produção, a terra se entranha como sua propriedade, sua economia de fatura, seu modo de vida (JESUS et al, 2013).

Propondo-se um olhar mais profundo sobre as questões produtivas do território, conforme parágrafo anterior, é possível enfatizar que o homem camponês confunde a terra com sua própria existência, inclusive, trazendo para si elementos que permitem a preservação do meio em que habita. Esse modo diferente de olhar a produção e a terra permite a inserção de modelos agrícolas que ajudam na preservação do meio ambiente e da própria vida. Nesse sentido, observa-se que:

O apoio do MST e de outras entidades à produção agroecológica tem trazido novas técnicas (produção de fertilizantes e inseticidas artesanais), contribuído na recuperação de algumas práticas que estavam se perdendo entre os camponeses (reprodução de sementes de variadas espécies de milho, feijão, etc.) e difundido atividades como feiras, jornadas e eventos sobre a agroecologia. (ROOS, 2012, p. 8).

Estas novas oportunidades de se produzir, respeitando os preceitos da natureza e se utilizando de práticas até então esquecidas, supõem uma nova revigoração do campo e do próprio campesinato em si. Assim, difundir o processo de agroecologia é difundir alimentos saudáveis.

Em vista disso, nem sempre se pode pensar em campesinato como atraso, mas como uma condição de se produzir aproveitando os meios naturais, fazendo uso dos meios tecnológicos possíveis, sem necessariamente ter potencial de degradação do habitat.

Com esta força emanada dos povos do lugar, ecoamos mais uma vez, os propósitos e fundamentos de abordagem que se anunciam e se realizam na perspectiva de promover a integração dos mais diversos segmentos da sociedade e da ciência, buscando refletir sobre o viver dos homens no espaço e no lugar e os impactos provocados pelo processo de ocupação e de utilização dos seus recursos naturais culturais [...]. (GRATÃO, 2008, p. 481).

Em suma, pensar em campesinato sugere sistematizar a opção de produção. Assim, ser camponês relaciona-se com o modo de vida, portanto, inevitavelmente, teremos um número grande de combinações. Não se trata de algo ou de definição acabada ou finalizada, visto que é um processo em construção, por isso, compreender, de fato, o termo requer muito mais que uma análise superficial. Em síntese, propor o entendimento do campesinato é abrir-se para a compreensão da práxis de sua empiricidade (SHANIN, 2008).

Essa dinamicidade encontrada na produção do campesinato torna mais eficaz o (s) meio (s) de sustento familiar, baseado, sobretudo, na construção do território enquanto força propulsora da resistência frente ao agronegócio.

Em outras palavras, assim como entre os proprietários capitalistas, há camponeses que comercializam individualmente a produção, outros que se acham associados às cooperativas, há aqueles que trabalham em sistema de integração com os complexos agroindustriais [...] enfim, as estratégias de produção econômica e reprodução social são inúmeras. (PAULINO, 2004, p. 8).

Com base na ideia de Paulino (2004), propõe-se conceber que a produção do campesinato, agora refletindo na perspectiva do objeto desta pesquisa, também encontra suas nuances. Relativamente, percebe-se que, dentro do território do

assentamento, absolutamente, são encontradas as mais variadas formas de produção, coletiva, individual, associados, cooperados, praticando várias atividades agrícolas e também com relação à pecuária, entre outros.

Dessa forma, foi possível elencar e levantar alguns fatores primordiais que oferecem subsídios para a compreensão do espaço de produção alimentar presente no contexto do campesinato, bem como de que maneira auxilia substancialmente no modo de vida familiar e da manutenção da propriedade como um todo, através da possibilidade de renda, da permanência das famílias em seus lotes e do próprio trabalho familiar, falando especificamente do Assentamento Roseli Nunes.

Em um primeiro ponto, podemos detectar os produtos agrícolas que são desenvolvidos nas propriedades dos camponeses entrevistados, de forma a identificar em que se baseia a produção dentro do Assentamento, conforme observado no quadro 2:

Quadro 2- Produção alimentar das famílias entrevistadas do Assentamento Roseli Nunes

Produção	Cam 1º	Cam 1ª	Cam 2ª	Cam 2º	Cam 3º	Cam 4º	Cam 5º	Cam 3ª	Cam 6º	Cam 4ª	Cam 7º	Cam 8º	Cam 5ª
Café	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não						
Cana-de-açúcar	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Feijão	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Mandioca	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Milho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Abacaxi	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não						
Banana	Sim	Não	Sim										
Mamão	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Melancia	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Laranja	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Horta	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: BALBUENA, 2019.

A partir da análise do quadro de produção do Assentamento Roseli Nunes, identifica-se que nenhum dos camponeses produz arroz, pela condição do solo, falta de incentivo e de políticas públicas para a manutenção desta prática e pela falta de território alinhado à questão de competitividade com a produção monocultora.

Outra cultivar que não é produzida é a soja, em razão de ser um grão que tem um valor enorme para a exportação de *commodities*, sendo apropriado pelo agronegócio. E, em um campo de resistência e de conflitos por território, a soja torna-se equivalente a uma arma letal do capital, pois é por meio do grão que, cada vez mais, há a expropriação do camponês, conseqüentemente, a intoxicação e doenças pelos agrotóxicos utilizados nas plantações de latifúndio, além do desgaste tremendo da terra.

Nos demais cultivos apresentados no quadro 2, há um balanço entre os camponeses e o que é produzido, em grande parte, inclina-se a produzir alimentos para economia de fatura, tais como mandioca, milho, laranja, mamão, banana, horticultura, etc. No entanto, há uma diferenciação na comercialização destes, alguns comercializam, outros não. De acordo com Paulino (2004), preconiza-se que existe uma enorme gama de estratégias a serem utilizadas pelos produtores do campo.

Frise-se que o autoconsumo é muito importante para a manutenção das famílias, uma vez que os produtos e suas diversificações são fundamentais na alimentação de base, ou seja, cada fruto, hortaliça ou legumes, que são produzidos na terra, são estratégias de sobrevivência e de soberania alimentar. Assim, pensar acerca do autoconsumo para as famílias camponesas significa propor a compreensão do valor da terra para produção de economia de fatura e de renda. E, ainda mais distante, propor também uma melhor alimentação para os estudantes nas escolas e nas periferias das cidades, tendo em vista que muitos produtos são destinados à doação também.

Nesse viés, para entender tais estratégias, bem como a forma pela qual o camponês lida com sua produção, destaca-se aqui a pertinência de compreender todo o processo produtivo no território do assentamento.

Como base de comparação, podemos trazer à luz da reflexão os entrevistados camponeses 1, 4 e 8. Estes são participantes de cooperativas e associações, como a ARPA, que, em um primeiro momento, disponibilizou um processo de formação em parceria com a FASE e, a posteriori, direcionou-o às famílias para uma produção baseada no modelo da agroecologia pelos seus associados, dos núcleos familiares participantes. Sublinha-se que as cooperativas e associações são uma forma contundente em todo o processo organizacional e de

resistência para o Assentamento, pois permitem que os camponeses usem do coletivo para amparar seu processo de produção, do trabalho e da renda, o que permite suas permanências no campo e o combate ao agronegócio. Assim, de grande valia a compreensão de que:

A produção orgânica como impulso à agricultura agroecológica estabelece-se, portanto, como uma forma de enfrentamento aos esquemas engendrados pelo modelo agrícola do agronegócio. Nesse processo, a presença dos movimentos na organização da proposta agroecológica é fundamental para a resistência do campesinato. O MST assume papel de destaque difundindo entre os assentados em questão, a diversificação da produção como garantia da soberania alimentar dos camponeses e da sociedade em geral, se contrapondo ao modelo da agricultura empresarial que prima pela especialização em monoculturas proposta pelo agronegócio. (ROSS, 2012, p. 8).

Isto posto, analisando-se a importância da agroecologia e do campesinato para a produção da vida, fazemos as devidas apresentações da ARPA para melhor entendimento deste modelo produtivo. Cabe aqui uma pequena apresentação com a intenção de mensurar o tamanho da importância desta associação em todos os processos envolvendo o pleno desenvolvimento do Assentamento em consonância com a questão da produção e da preservação ambiental.

A partir do ano de 2003, a ARPA, o Assentamento Roseli Nunes e o MST passaram a atuar juntos com a finalidade de propor novas formas de produção e contrapor o agronegócio, por meio da inserção de alimentos metodicamente organizados na base familiar, livres de quaisquer contatos com agrotóxicos. A Associação esteve e está presente no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste, Assentamento Florestan Fernandes (Município de São José dos Quatro Marcos) e Assentamento São Saturnino (Município de Curvelândia) (OLIVEIRA E ASEVEDO, 2014).

A ARPA insere-se necessariamente como uma força de expressão da produção e se afirma condicionalmente à possibilidade de manutenção de renda dos camponeses, de maneira que engloba a participação destes nos programas governamentais e de políticas públicas como o PNAE e o PAA, já mencionados neste trabalho.

Nesse contexto, soma-se a isso o desejo furtivo de uma parte dos camponeses de inserir-se nessa proposição, visto que, mesmo com todas as adversidades, almejam a construção da soberania alimentar.

Figura 5 - Horta Mandala e produção de tomate-cereja agroecológico do Camponês1



Fonte: BALBUENA, 2019.

Ainda com base na proposta de produção dos camponeses 1, 4 e 8, pode-se enfatizar que a produção através da ARPA proporciona a venda de partes da produção para obtenção de renda às famílias participantes. Assim, alcançam uma maneira interessante para a produção da maioria dos alimentos consumidos na propriedade, além da venda do excedente, ainda, para a participação em programas sociais que promovem uma alimentação saudável às famílias de baixa renda dos municípios pertencentes aos assentamentos.

Na propriedade do camponês1, demonstrada na figura 5, não há qualquer tipo de criação animal, entretanto, pretende futuramente dar início à criação de alguns bovinos. A atividade é voltada principalmente para a produção de horta e pomar, com ênfase na agroecologia, produção livre de agrotóxicos, preconizando uma produção heterogênea consolidada através de várias plantações em uma mesma

área de plantio, tendo uma grande diversidade, são os chamados quintais produtivos.

Hoje na verdade eu não tô mexendo na pecuária né? Eu acabei com o gado, tá tudo sem formar praticamente, aí a gente quer talvez retomar isso, mas retomá na questão do piqueteamento, naquele do pastoreio rotacional quazam, hoje só tá mais na parte da agricultura na parte da agroecologia mesmo né? E a gente quer intensificar isso e produzindo outras formas de produção que não degrada tanto essa questão ambiental²³.

Alguns produtos classificados como de consumo familiar são produzidos especificamente para o consumo familiar, sem nenhuma intencionalidade de produção para comercialização. No entanto, a horta é, sem dúvida, um dos principais meios de produção do camponês¹, de lá saem muitas variedades, que vão desde frutas até as hortaliças e algumas leguminosas.

Como parte do manejo do solo para a manutenção da produção agrícola, procura sempre prezar por fatores mais naturais possíveis, como o reflorestamento para preservação do solo, evitando o uso de fogo, produzindo adubos orgânicos, evitando o desmate e, principalmente, não fazendo de agrotóxicos.

Então, geralmente a gente tem um sistema aqui que a gente chama de quintais produtivos, que é o SAFs²⁴ né? Aonde que a gente procura aproximar o máximo possível da natureza, por causa da diversificação, e tem a parte que é pasto e a parte roça, que a gente destinou pra roça (Camponês¹).

Como faz parte da associação, geralmente o manejo do solo é realizado por tração animal, mecanizada e também manual. No caso da mecanizada, fazendo uso de equipamentos e veículos da associação e em alguns casos esporádicos de terceiros. Além disso, preza pelo trabalho coletivo, o que move inteiramente a produção agroecológica e, necessariamente, a produção campesina.

Em relação ao camponês⁴, também opta por uma produção de múltiplas culturas, tanto frutíferas como hortaliças, pendendo também para agroecologia.

²³ Entrevista realizada com o Camponês¹, em 19 de outubro de 2019.

²⁴ Segundo Castro et al (2009), os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são, em suma, alternativas para a recuperação de áreas degradadas pelo mau uso. As características das SAFs geralmente contam com uma diversidade grande de plantas que atenda aos anseios das comunidades e, em alguns casos, a criação de animais no mesmo espaço dos cultivares.

Parte da produção, o excedente, também é destinada à comercialização. Este possui algumas criações da pecuária, como bovinos, suínos e aves e seus derivados, todos criados para o consumo e manutenção familiar.

Agricultura! Agropecuária é bem pouco, mas tem, é dividido né? a gente tem um pouquinho gado, um pouquinho a produção, produtivos [...] quanto a agricultura, participo da ARPA né? Associação Regional de Produtores Agroecológicos, eu participo também de uma cooperativa a COOPARAS²⁵.

Quanto ao manejo do solo, procura trabalhar na perspectiva da produção livre de quaisquer vestígios de veneno, conservando o solo através do reflorestamento, evitando o fogo, usando recomendações de adubação de órgãos de apoio, proliferando o uso de adubos orgânicos, além de sumariamente defender o trabalho coletivo como força dos produtores.

No mesmo ritmo, o camponês8 produz agroecologicamente, sua produção é voltada para a horticultura, com o destino para doação, consumo e comercialização, através da ARPA, que atende tanto ao PAA quanto ao PNAE. Possui alguns animais de criação, que garantem a renda através da venda do leite e, ainda, do subsídio como poupança quando necessário vender alguns dos animais.

Um pouco diferente dos camponeses anteriores, a Camponesa2 utiliza sua propriedade na maior parte com pastagem, possuindo algumas cabeças de bovinos e também de aves, mas, ao mesmo tempo, possui uma parcela do lote para a produção da agricultura, cujos produtos são para o consumo familiar, assim como os derivados das criações da propriedade, como o leite, ovo e doces.

Os manejos do solo da propriedade e das culturas produzidas são com base em adubos químicos e adubos naturais, sendo de maneira mecanizada a partir da locação de terceiros. Ainda, no lote, não há prática de formas solidárias nem coletivas de trabalho.

Já a Camponesa1 segue a linha da campesina anterior, tendo como grande parte da propriedade com pastagem para a criação de bovinos e de aves. No caso desta entrevistada, não há horta dentro do lote e ela tem intenção de, futuramente, iniciar a construção de uma, visto que, por razão de acordo de divórcio, mudou-se

²⁵ Entrevista realizada com o Camponês4, em 19 de outubro de 2019.

há pouco tempo para o atual sítio em que reside, começando a formá-lo. Possui alguns pomares frutíferos.

Então aqui um pouco é a escassez de água né? Que às vezes, a, aqui é um poço artesiano, mas na época da seca ele diminui muito né? E fica difícil né? Por exemplo, se for mexer com uma horta grande ai não tem como, é escassez de água mesmo²⁶.

Quanto ao manejo, geralmente é realizado de maneira manual, sempre por contratação de mão de obra, sem usufruir de trabalho coletivo. Não utiliza agrotóxico, optando pelo uso de adubos orgânicos na pastagem.

No caso do Camponês2, também possui grandes áreas destinadas para pastagem com a finalidade de criação de bovinos, além da criação de suínos e também de aves. Todavia, pomares e horta estão presentes na propriedade. Ovos e leite são consumidos na propriedade através das criações que possuem.

Quanto ao solo, o entrevistado demonstra afinco no discurso da agroecologia e da produção saudável, sempre foi incisivo no combate aos agrotóxicos, com preferência ao uso de adubos naturais, e faz uso de maquinários da associação com a qual tem vínculo.

A produção do Camponês5 também se volta para a questão da pastagem em sua propriedade, tendo um número considerável de bovinos e também de aves. Os produtos da indústria doméstica, ovo e leite, são produzidos de maneira que sirvam tanto para o consumo familiar quanto devidamente para a revenda.

Em uma análise geral, todos os entrevistados têm parte do seu lote e da sua produção com pastagem para criação de gado. No entanto, os Camponeses 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 e as Camponesas 2, 4 e 5 também produzem agricultura. Destes, os Camponeses 1, 4 e 8, com sistemas de produção da agroecologia. As Camponesas 1 e 3 não possuem nenhuma plantação, apenas pomares para consumo, e, em alguns casos, para a comercialização de frutas com atravessador, no caso, para produção de polpa.

Em relação ao tipo de solo e sua apropriação para a produção, para os Camponeses 2, 4, 5, 6, 7 e 8 e as Camponesas 1, 2, 3, 4 e 5, estes acreditam que é adequado, pois tudo que se planta, produz. Para Camponês1, é adequado em

²⁶ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

partes, pois considera o solo muito encharcado; e, ainda, para o Camponês3, que não considera apropriado, pois, para ele, falta adubação (em uma explicação geográfica, o solo não é menos fértil por conta do adubo, mas por diversas características, como minérios e organicidade do solo). Para uma análise mais consubstanciada, faz-se importante a verificação do quadro 3, com outras informações sobre as formas de manejo pelos camponeses:

Quadro 3- Formas de manejo agropecuário

Manejo	Cam 1º	Cam 1ª	Cam 2ª	Cam 2º	Cam 3º	Cam 4º	Cam 5º	Cam 3ª	Cam 6º	Cam 4ª	Cam 7º	Cam 8º	Cam 5ª
Uso de Fogo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Conservação do solo	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Uso de Agrotóxico	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Uso de defensivos naturais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Participa de associação	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Manejo do solo	Mec/Man	Man	Mec	Mec	Mec	Mec/Man	Mec	Mec	Mec	Mec/Man	Mec	Mec/Man	Mec/Man
Legenda: Mec: Mecanizada / Man: Manual													

Fonte: BALBUENA, 2020.

Observa-se que, de todos os camponeses analisados, apenas o camponês7 e camponesa5 fazem o uso de fogo em sua propriedade. A justificativa dada referiu coisas essenciais como a queima de lixo. Ressalta-se como impacto do uso de fogo, em uma escala de proporção de acidentes com queimadas em um período de maior estiagem. Ao mesmo tempo, podemos verificar que o descarte e a queima do lixo comum, por não se ter a condição mínima de saneamento, que foi inclusive debatida e sugerida sem a devida atenção das autoridades políticas municipais, seja a única opção destes assentados.

Sobre a conservação do solo, os camponeses 1, 2, 4 e 8 fazem por meio de reflorestamento, e são justamente os que praticam ou praticaram (no caso de camponês2) a agroecologia como modelo de produção. O restante dos camponeses não o faz.

Quanto ao uso de agrotóxico na propriedade, os camponeses 3 e 7 e as camponesas 2 e 3 admitiram fazer uso, seja no pasto, ou nas práticas da agricultura. Os demais entrevistados não fazem uso. É importante frisar que, pelas políticas

implantadas no assentamento, na busca pela produção saudável através do ensino técnico e dos cursos formativos para o não uso de agrotóxicos, houve uma redução drástica no uso de veneno. No entanto, ainda existe uma pequena parcela que, por necessidade ou falta de conscientização, acaba por utilizar tal método. Já acerca do uso dos defensivos naturais, a exceção para o não uso foram camponês5 e camponesa3.

O impacto é extremamente positivo, pois há uma visualização de efeitos das formações que são realizadas. Ainda, sugere-se a importância de um curso técnico integrado ao ensino médio sobre a agroecologia na escola do Assentamento. É vital para a continuidade da produção de alimentos saudáveis, assim como para uma melhor qualidade de vida dos camponeses.

Acerca da participação em associação ou cooperativas, um pouco mais da metade do total dos entrevistados tem algum vínculo. São participantes os camponeses 1, 2, 4, 5, e 8 e as camponesas 4 e 5, de associação e de cooperativa, como ARPA, Renascer, Cooparas, Sol Nascente e COOPERSOL. Os demais não aderiram sob a alegação de que não se encaixam no perfil dessas associações ou cooperativas.

Por último, em relação à forma de prática do manejo no solo, a maioria utiliza a forma mecanizada, quando não utilizada da associação, faz-se a terceirização do serviço. Apenas a camponesa1 disse utilizar o manejo somente manual em seu lote.

A partir das análises da questão produtiva do Assentamento Roseli Nunes, instiga-se uma reflexão sobre a consolidação das múltiplas formas de produção, com ênfase na base familiar como a principal mão de obra, salvo, em alguns casos, que utilizam o coletivo, ou também a contratação de diaristas.

O sistema produtivo, principalmente o campesinato, é muito mais que um método produtivo, é um modo de vida, atrelado a questões culturais e sociais. O ato de se produzir no campo tem em seu cerne o caráter familiar, com base nos produtos que são realmente necessários para a sobrevivência do homem no campo (WANDERLEY, 2014).

A análise da questão produtiva requer, de forma ampla, um questionamento do que é mais importante dentro de um contexto agrário. Inevitavelmente, significa ir ao embate de tudo que envolve os conflitos no campo, desde as proposições de

territorialidade até os pormenores que incidem sobre a luta contra os modelos produtivos do grande capital.

Assim, analisar o contexto de produção do campo no Assentamento Roseli Nunes permitiu, em tese, observar que o camponês vive e se alimenta de esperanças de viver no campo e a partir dele. No entanto, também foi possível observar que dentre as práticas de alguns dos camponeses entrevistados, talvez por falta de assistência e políticas públicas dos órgãos governamentais, tendem a abandonar de maneira gradativa a prática da agricultura no campo.

Assim, é certo, pode-se pensar que, da mesma forma que a contraditoriedade do capital forjou a resistência do campesinato (o campesinato não surgiu com o capital, ele já existia), também é possível analisar que a política e a ideologia deste propõem ao camponês vislumbrar e tentar transformá-lo em agricultor familiar, alterando drasticamente os preceitos básicos que envolvem a percepção do ser campesino (AZAR, 2017).

Neste intuito, pensar sobre a propriedade e sobre a produção como uma função social significa abrir espaço para uma discussão econômica e social. Também, ponderar acerca do lado econômico emerge a questão da distribuição de renda, a inclusão das famílias, antes marginalizada, à condição de ter o domínio de um pedaço de terra e da possibilidade de renda. Pensar o social é refletir sobre a possibilidade de acessibilidade à educação, lazer, saúde, trabalho e da produção de alimentos, questões vitais para a vida no campo (ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, estabelecer questões que elucidam de maneira direta a vivência do/no campo, ajuda a compreender todo o processo de resistência do povo campesino ao latifúndio, ao sistema de produção monocultural e demais ameaças quanto à questão do território. Ainda, possibilita cada vez mais entender que a sociedade de classe, inevitavelmente, compromete e macula a escolha de um lado; e como reflexão de todas as questões objetivas e subjetivas, o lado camponês pulsa quanto às desigualdades e às distinções enraizadas nesta população pobre, marginalizada, porém, com força suficiente para incomodar o grande capital, o deus mercado, propondo-se a produzir limpidamente com respeito à vida e à força da natureza.

4.2.3 Terra para geração de renda e vida

Compreender o processo de conflitos entre camponeses e latifundiários permite realizar uma análise sobre a importância da questão da renda no campo, que está intimamente ligada à questão de território e de sua apropriação. Ainda, significa analisar em uma perspectiva macro que a terra é vida, que a partir dela se extraem os elementos indispensáveis para a manutenção do camponês e de sua territorialização. Também, permitir entender que a renda só gera sentido, no momento em que também assegura a qualidade da vida, seja do homem e da natureza.

Conota-se que os trabalhadores camponeses se mantêm empoderados enquanto proprietários dos seus meios produtivos, com autonomia no cerne de seu processo e da rotina de trabalho e, assim, de certa maneira, da sua renda (SANTOS, et al, 2018).

A questão da promoção de renda pelos camponeses tem sido importante, de forma paulatina, para a manutenção destes no campo, de maneira que a organicidade se mantém viva, proporcionando associações e cooperativas que incidem para projetos e programas, os quais promovem qualidade de vida da população camponesa, ao mesmo tempo, em que possibilitam fomentar a continuidade entre as gerações, ou seja, de pai para filho.

Cabe enfatizar que isso foi possível graças às políticas públicas que permitiram formidavelmente o fomento e parcerias através de universidades, das ações dos projetos em escala municipal, estadual e federal e, principalmente, do desejo dos camponeses de visualizarem a questão produtiva do território como fundamental na manutenção familiar.

[...] embora não corresponda ao maior número de pobres do país, a pobreza que se manifesta nas áreas rurais é, relativamente, a mais expressiva, uma vez que atinge quase a metade da população do campo. Estudos recentemente elaborados atestam que os programas de transferência de renda adotados nos últimos governos, para as populações mais pobres, têm conseguido alterar esta realidade, provocando significativos aumentos dos níveis de renda e redução da desigualdade social. (WANDERLEY, 2014, p. 33).

A partir desses dados, soma-se, consideravelmente, a importância das formas em que se facultam a comercialização do excedente das produções do campesinato, salientando a preocupação com a produção de qualidade e que atenda devidamente a questão alimentar no país.

Ainda, de grande relevância a compreensão do conceito de renda, e não apenas acerca do que provém da comercialização do excedente da produção. Tudo que se produz é renda da terra, riqueza gerada e apropriada para a reprodução familiar. Apropriado pensar, também, que o próprio consumo, as coisas que não foram buscadas no mercado, dispensando um valor monetário para aquisição dos alimentos, também fazem parte de uma geração de renda.

No entanto, mesmo apresentando todos estes fatores positivos no que se refere à questão da renda do campesinato, o processo como um todo não se evidencia de maneira tão tranquila, pois há uma intensa relação de conflitos que insurgem quanto ao próprio território e sua intermitente disputa. Mesmo assim, o trabalhador camponês se apropria da busca por alternativas que sustentem a sua autonomia de produção, de trabalho e da renda (PAULINO, 2004).

Neste intuito, é importante conceber as relações sociais, as quais envolvem os latifundiários e os camponeses, uma vez que:

As relações sociais apreendidas desse processo social permitem territorialização do capital, sob várias frações territoriais determinando as distribuições espaciais impulsionadas pelo capital no território brasileiro plasmados pelos latifundiários e pelos camponeses. Elas propiciam, ao primeiro, servir para si como classe social uma rentabilidade econômica das localizações, das monopolizações produzindo uma concentração espacial, enquanto o segundo busca autonomia, controle e produz uma desconcentração espacial, isto é, sua reprodução conformando-se em uma classe social. (NOGUEIRA, 2017, P. 25).

Esse conflito pela renda e, sumariamente, pelo rito da produção e do trabalho está impregnado na questão agrária do Estado de Mato Grosso, e não é diferente na região pesquisada.

Analisando tais preceitos estabelecidos, enfatiza-se, aqui, portanto, um dimensionamento do que foi teorizado com o objeto e sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, permite a visualização do Assentamento Roseli Nunes, representado pelos camponeses entrevistados mediante de suas fontes de renda.

Sugere-se, no quadro 4, a seguir, uma comparação entre estes camponeses, preconizando, sobretudo, as atividades praticadas em consonância com a renda obtida:

Quadro 4- Levantamento de renda familiar dos assentados entrevistados

ENTREVISTADO	RENDA FAMILIAR R\$	PRINCIPAL RENDA	RENDAS ALTERNATIVAS
Camponês1	12.000,00	Hortifrutigranjeiro	Escola
Camponesa1	4.000,00	Pecuária	Escola
Camponesa2	3.750,00	Pecuária	Escola
Camponês2	3.000,00	Pecuária	Construção civil/Escola
Camponês3	1.500,00	Pecuária Leiteira	Serviços autônomos
Camponês4	3.700,00	Hortifrutigranjeiro	Escola
Camponês5	3.000,00	Agropecuária	Frete/Tratorista
Camponesa3	3.300,00	Pecuária	Não Há
Camponês6	1.700,00	Agropecuária	Não Há
Camponesa4	1.500,00	Agropecuária	Não Há
Camponês7	1.700,00	Agropecuária	Artesanato
Camponês8	1.100,00	Hortifrutigranjeiro	Cabeleireiro/Artesanato
Camponesa5	3.500,00	Agropecuária	Aposentadoria

Fonte: BALBUENA, 2019.

Observa-se que as atividades praticadas nos devidos lotes são em sua maioria bem diversificadas; pendem de maneira acintosa para a lida com a agropecuária.

Por meio do quadro 4, identifica-se que a família com a maior renda é a do camponês1, mediante produção de horticultura e da comercialização através do PNAE e do PAA, assim como as feiras realizadas na cidade. No entanto, também possui outras fontes de renda, que advém do trabalho na escola do Assentamento.

Para esse camponês, a dificuldade de assistência técnica dificulta a produtividade da propriedade, uma vez que, fosse melhor orientado, também a produção poderia ser mais eficaz. Menciona que há uma irregularidade desta e que recebem algumas orientações e oficinas de apoio da FASE.

Outro fato importante apontado por ele, que lida com a produção, e, automaticamente, com a eficiência de sua renda, é a questão envolvendo a dinâmica territorial, uma vez que é preocupante para ele o fato do Assentamento Roseli Nunes estar completamente rodeado de monoculturas, fazendo um contraponto ao que se pratica no seu lote, a produção agroecológica e de preservação do meio ambiente.

Olha eu, eu acho que, problema assim que dificulta a produção eu creio que não, tirando esta questão, por exemplo, de se trabalhar agroecológico e se ter um assentamento cercado por agrotóxico né? Talvez isso pode ser um dos fator que acaba prejudicando né? Porque às vezes quando utiliza, eles utilizam os veneno, a tendência dos insetos é procurar uma área mais livre para sobreviver né? Acredito que esses sejam um dos problema que a gente encontra²⁷.

Evidente analisar que, para garantir a renda à família, o camponês¹ utilizou-se de crédito destinado a custeio, pelo PRONAF, como forma de manter a produção de maneira que garantisse a continuidade do processo familiar nos cultivos de sua horta.

Salienta-se a questão da renda obtida pela família, considerada suficiente para o sustento de todos os membros, situação permitida em razão da possibilidade de um aumento progressivo da produção e da renda.

Os camponeses 4 e 8 também têm como base de renda a produção da horticultura, realizada através do PNAE, do PAA e também das feiras de comercialização. Para eles, um dos principais empecilhos para a manutenção da produção são os agrotóxicos utilizados em larga escala pelos latifundiários, e também por alguns assentados, próximos às suas lavouras.

Para os camponeses 1, 4 e 8, a renda mensal é suficiente para o sustento da família, visto que conseguem manter o básico. Quando há sobras na renda, os três entrevistados propõem fazer algumas melhorias em suas casas e no aumento da produção.

Em relação à presença da assistência técnica dentro do assentamento, os três enfatizam que é infrequente, dizem que a única entidade de apoio que representa a assistência, de fato, aos camponeses é a FASE, que oferece formação

²⁷ Entrevista realizada com o Camponês¹, em 19 de outubro de 2019.

e orientação aos agricultores como oficinas para o aprimoramento das práticas agroecológicas.

Olha, a frequência da assistência técnica cara, eu acho que é através da assessoria né? Da FASE né? O CTA agora ajuda um pouco também, mas, é bem fraco, a EMPAER não dá conta de atender por conta do número de funcionários²⁸.

Em relação às Camponesas 1, 2 e 3 e Camponês2, todos têm como principal fonte de renda a pecuária leiteira. Como comercialização, a maioria pratica a venda do leite, que geralmente é negociada com os laticínios da região, com exceção do Camponês8, que pratica a pecuária de corte.

A pecuária leiteira também é um dos principais vetores para a renda do campesinato, muitas famílias optam pela comercialização do leite com laticínios e produzem as hortaliças em pequena quantidade para o autoconsumo familiar. Algumas famílias buscam uma maior produtividade desta atividade, como forma de ter um retorno de renda melhor.

São unânimes os entrevistados em relação a negar a assistência técnica rural para a manutenção da propriedade e que a falta dela dificulta a consolidação de outros meios mais eficazes, que, no caso, requerem conhecimentos para haver uma boa produtividade.

A infrequência da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) está configurada como falta de política pública para a manutenção de produção do camponês. O apoio da ATER na produção é fundamental para que ocorra uma diversidade de qualidade e de produção. E a inexistência e ineficácia atrapalha a vida dos camponeses como um todo, pois é a partir de sua produção que provém a renda e o autoconsumo da família.

Outros fatores que atrapalham a questão produtiva e, delineadamente, a possibilidade de uma renda melhor são fatores como a escassez da água, para a Camponesa1; e, em determinados pontos do Assentamento, dependendo da localidade da propriedade, a degradação do solo e do pasto pela proliferação de cupins, relatado pela Camponesa2, em virtude de sua maior produtividade estar na pecuária; e a questão da assistência técnica, para o Camponês2.

²⁸ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

A renda para o sustento familiar, para as Camponesas 1, 2 e 3, é considerada suficiente, sendo que, para o primeiro, o destino das sobras, quando há, se volta para a melhoria na produção; para o segundo, para a aquisição de outras terras; e para o terceiro, para melhorar a casa, a produção e investir em infraestrutura.

No entanto, para o Camponês2, a renda que obtém com a propriedade não é suficiente para a manutenção de sua família, tendo em vista que, para ele, é necessário o aumento da produção para haver esta possibilidade de melhora: “Considero que não, porque sei lá, falta alguma coisa né? A questão de aumentar a produção, talvez né?²⁹”, no entanto, não leva em conta o que não gasta com mercadorias na cidade. Afirma, ainda que, quando há sobra na renda, possibilita melhora na casa, com reformas.

O Camponês3 mantém como renda principal a pecuária leiteira e ainda conta com a comercialização de aves e de derivados, como ovo e leite. Sendo este último comercializado com o laticínio localizado no município de Curvelândia/MT.

O entrevistado relata que uma das problemáticas enfrentadas na propriedade e que dificulta a produtividade é a questão de alagamentos durante o período chuvoso. Ainda, analisa que a assistência técnica é totalmente ausente e isso acaba gerando dificuldades de orientação para a maioria dos assentados.

No entanto, ainda considera positiva a renda que dispõe para o sustento familiar, tendo o destino das sobras, quando há, para fazer melhorias na casa, assim como também para investir na produção.

Os Camponeses 5, 6, e 7 e as Camponesas 4 e 5 mesclam a produção entre a pecuária e a agricultura. O Camponês5 tem como principais produtos comercializados o leite e a banana, ambos para atravessadores; para os Camponeses 6 e 7 e para Camponesa4, o leite também aparece como importante no processo de comercialização, mas também o milho, a banana, a mandioca, entre outras produções, com a mesma relevância. Já para a Camponesa5, a comercialização de queijos e doces, “eu no caso produzo produtos agroecológicos para mim e para a família e faço a venda de alguns desses produtos na cooperativa³⁰”.

²⁹ Entrevista realizada com o Camponês3, em 28 de outubro de 2019.

³⁰ Entrevista realizada com a Camponesa5, em 17 de junho de 2020, através de aplicativo de chat.

Para estes entrevistados, a renda é suficiente para a manutenção da família na terra e ainda para alguns investimentos, com melhorias na casa e na produção. Ainda consideram a assistência técnica como irregular ou infrequente. Em relação às dificuldades enfrentadas na produção, para os Camponeses 5 e 6 e Camponesa5, não encontram nenhuma; por outro lado, para a Camponesa4, o solo é um pouco 'embrejado' durante o período das águas; para o Camponês7, as pragas dificultam a produtividade.

De todos os 13 entrevistados, somente os Camponeses 1, 3, 5 e 7 acessaram financiamentos, com recursos destinados via PRONAF.

Nem todos os camponeses possuem fonte de renda alternativa além da estabelecida pela produção do lote, como são os casos das Camponesas 3 e 4 e do camponês6. Os camponeses 1 e 4 e as Camponesas 1 e 2 possuem outras fontes alternativas de renda provenientes do trabalho como professores. Sobre os demais, o camponês2 trabalha na construção civil; o camponês3 com serviços autônomos; o camponês5 com frete do seu caminhão e a locação do seu trator; e o camponês7 com a comercialização dos artesanatos da esposa; o camponês8 com serviços de cabeleireiro e artesanato; e, por fim, a Camponesa5 com comercialização de queijos e doces nas feiras, através da associação. Todos, sem exceção, compreendem que a conquista da terra é que oferece a possibilidade de viver e sobreviver no campo.

Outra constatação observada foi que, de todos os camponeses, apenas o 5, 6 e 8 realizam cálculo sobre produção e custo, assim, supõe-se que estes não demonstram preocupação em obter lucro, mas, ao mesmo tempo, seria viável uma análise com base na questão contábil da produção, o que necessariamente implicaria uma etapa da assistência técnica. Assim como a produção para consumo não é pensada pelo camponês como renda.

Enfim, tratar sobre a ótica da obtenção de renda pelo campesinato é, sobretudo, levantar questões que permitem ponderar de uma maneira sólida acerca de que a terra consente que a força de trabalho familiar subsidie a existência e a permanência destes sujeitos no campo. Ainda assim, com todas as adversidades que podem servir de barreiras, a força e a resistência do povo campesino servem de base para a busca coletiva de valorização e de esperança contra qualquer ato de repressão que ameace a soberania e autonomia do homem camponês.

Desse modo, analisar todo o contexto que perpassa sobre a importância da terra para o trabalho, para a produção e, automaticamente, para a renda, significa propor que o campesinato se apropria não apenas do seu valor para especulação, mas parte de uma vivência baseada na terra como sagrado.

A tríade apresentada fortalece a resistência desses camponeses à investida do capital e, conseqüentemente, mesmo com todas as adversidades e percalços encontrados, buscam, na coletividade e na organização familiar, meios para a continuidade na terra e a partir dela agregar sua economia de fartura, seu bem-estar social e promoção de uma qualidade de vida maior.

4.3 A experiência dos assentados do Roseli Nunes com os conflitos agrários

Desde sempre, os conflitos agrários sempre se fizeram presentes na luta pela terra, como também para a manutenção dela. É notório que o povo camponês sempre tendenciou a ter enfrentamentos, que se desdobram ante a ameaça do agronegócio, como da própria mineração e, recentemente, com as usinas hidrelétricas. No entanto, também é certo que a resistência fez e faz a diferença neste processo de conflitos agrários, e boa parte se acopla com a forma em que os camponeses se organizam e propõem o desenvolvimento territorial e produtivo. Diante disso, é importante compreender que:

[...] os impactos sociais causados por este modelo de produção agrícola são notáveis na sociedade brasileira. Tendo em vista que o aumento da concentração fundiária, característica inerente ao modelo de produção do agronegócio, expulsa os camponeses de suas terras, causando o êxodo rural [...]. (CAMACHO, 2010, p. 6).

Em suma, a questão da expropriação da população do campo vai além do método produtivo do agronegócio. Atualmente, há muitos fatores que influenciam diretamente neste processo, tal como a própria falta de organização da população do campo ou até mesmo a falta de políticas públicas que atendam demasiadamente as necessidades que envolvem a autonomia deste povo.

Fato é que, ao longo de todo o processo de democratização de acesso à terra, principalmente a partir do período da ditadura militar no Brasil, houve

promessas de reforma agrária implantada na legislação brasileira e como palco de campanhas eleitorais, nunca se sustentando nas políticas adjacentes. Muito pelo contrário, o que se viu acontecer foi uma repressão aos movimentos sociais que lutavam pelo acesso à terra e favorecimentos ao grande capital, nacional e estrangeiro, representado pelos grandes latifundiários.

A própria propaganda lançada pelo governo federal³¹, que por sinal perdura até os dias de hoje, promovia e promove propaganda das vantagens que o modelo do agronegócio proporciona, classificando, ao mesmo tempo, as ocupações e outras formas de luta como atos criminosos, no intuito de desmobilizar os movimentos camponeses (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014).

Esse olhar de preconceito estabelecido para as pessoas que participavam de ações mobilizadoras, principalmente ligadas aos movimentos sociais como o MST, acabaram estigmatizando-as como baderneiras e aproveitadoras. Inclusive, nos tempos atuais, a máxima ainda continua presente em uma boa parte da sociedade, principalmente com o advento de um governo direitista e conservador no país.

Mediante tais ponderações, é possível delinear os caminhos percorridos pelos acampados e atuais assentados do Assentamento Roseli Nunes. Primeiramente, com os vários despejos sofridos no fim da década de 1990 até a consolidação do pré-assentamento e, por fim, a emancipação enquanto Assentamento.

As famílias assentadas tinham esperanças de que a partir do assentamento em seus lotes tudo se resolveria com mais facilidade e conseguiriam produzir e trabalhar no lote com as condições e capital que tinham. No entanto, a decepção foi grande. Em primeiro ponto, pelos longos conflitos até a obtenção da propriedade, passaram alguns anos de intenso desgaste físico e emocional; em segundo, pela total ausência do respaldo de políticas públicas que dessem suporte para o desenvolvimento do território de fato.

É claro que a própria questão organizativa do MST, em conjunto com os camponeses, subsidiou o pleno desenvolvimento do Assentamento Roseli Nunes,

³¹ Segundo Heinst (2003), na década de 1960 e 1970, houve inúmeras propagandas direcionadas a algumas localidades e grupos sociais específicos, que apontavam que o Estado de Mato Grosso era um grande território e com facilidade de acesso a terras, e, ao mesmo tempo, demonstrava sua fertilidade para grandes lavouras. Sugere-se que a partir daí o monopólio do agronegócio nascia, e com o passar dos anos, expandiu de maneira assustadora. Atualmente, há grandes monopólios de empresas no Estado que controlam grandes áreas e contam furtivamente com o apoio estatal e, em grande parte, pela mídia.

que, hoje, é um modelo de Assentamento produtivo e participativo para a redução das desigualdades sociais no campo.

Entretanto, mesmo sendo propiciado este estado de diferenciação, que conota o Assentamento Roseli Nunes como modelo de produção, de renda aos camponeses, de escola modelo para as demais escolas do campo do estado e do país, ainda assim, há muitas ameaças que assolam a população camponesa, principalmente as que possuem total respaldo do governo. Então, furtivamente, dentro do Roseli Nunes, são perceptíveis três grandes ameaças, as quais são essenciais para a compreensão dos conflitos existentes dentro deste território.

Em primeiro lugar, a própria questão do uso desenfreado dos agrotóxicos nas produções que rodeiam o Assentamento e, em alguns poucos casos, dos próprios assentados; em segundo lugar, a questão territorial que envolve, sobretudo, os conflitos pela terra, a particularidade evidenciada em território do campesinato e território do agronegócio; e em terceiro e último, a ameaça da mineradora, que evidencia uma nova frente de ataques aos assentamentos que possuem minérios em seus domínios territoriais.

Diante destes fatores, é notório identificar que a questão da conflitualidade sempre será constante. São fatores que, historicamente, acompanharam a trajetória do campesinato e que, por vezes, serviram de motor propulsor para o combate, para não haver um fugaz esvaziamento do processo de lutas.

O cenário pós-processo de assentamento incide sobre a questão da manutenção e permanência do agricultor camponês em sua propriedade. Isso, certamente, trata do principal eixo de combate de um conflito que, muitas vezes, desgasta o trabalhador, por incidir justamente pelo lado que mais pesa para ele, neste caso, a questão da própria subsistência de sua família, do seu bem-estar e bem viver. No entanto, o desejo de ter a terra se evidencia de uma maneira que as adversidades são entranhadas e combatidas pela vontade exorbitante do camponês em produzir, reproduzir-se socialmente e estar sobre o chão, o pedaço da terra.

A terra para mim é mais que terra né? ela é a nossa mãe né? acho que ela é a coisa primordial para existência de todo os seres vivos, inclusive eu que faço parte dessa população de seres vivos, então para mim ela é tudo³².

³² Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

Corroborar o Camponês 4, quando expressa também o sentimento que tem pela terra enquanto dádiva de produção e reprodução da vida.

Vida, esperança, saúde, lazer, na verdade é tudo né cara? É o bem mais precioso que nós temos, é a terra, se tem na terra, tem um bem produtivo né? É aonde você pode produzir vidas né? De viver dali³³.

O sentimento de afetividade com a terra, por parte dos camponeses, gera uma coletividade que busca, sobretudo, a preservação do território, diante de toda e qualquer adversidade que possa surgir. Este cenário inevitavelmente também se faz presente no Assentamento Roseli Nunes, que, ao longo dos anos, trava conflitos com o agronegócio e, mais recentemente, com a mineração que assombra cotidianamente os camponeses assentados.

Outras fontes de combate aos fatores externos preconizam, sobretudo, projetos e políticas públicas que semeiam processos de produção com base na coletividade de grupos de mulheres, da juventude camponesa e também das associações e cooperativas.

No mais, torna-se importante a conscientização da ameaça proporcionada tanto pelas monoculturas, como também da evidência mineratória. Desta forma, as falas direcionadas pelos camponeses entrevistados possibilitam visualizar as nuances detectadas destas ameaças exteriores.

O agronegócio hoje pra gente no assentamento é um problema, porque dificulta muito as formas das pessoas viverem, interfere no modo de vida das famílias, porque às vezes mesmo você tentando trabalhar de forma mais natural, buscando essa linha da agroecologia, mas há uma intervenção do agronegócio né? Porque o tempo todo é uma pressão em cima né? Das famílias que lutam por essa questão, inclusive recentemente teve pessoas que acharam que a ARPA fez denúncias dos fazendeiros em torno, em relação a isso, vieram procurar quem que era que havia feito isso, não era nós, mas, era alguém empoderado nesta questão de contradição do agronegócio que fez isso né? Então pra gente é um problema né? porque, aonde que tem a monocultura, há uma seleção artificial de todos os seres né? Porque ali você vai dar vida mais para uns e vai eliminando outros, então isso desencadeia né? Há um desequilíbrio,

³³ Entrevista realizada com o Camponês4, em 19 de outubro de 2019.

então isso afeta direto no modo de vida da gente né? enquanto assentado [...] ³⁴.

A Camponesa1 compartilha do mesmo pensamento do Camponês1:

O agronegócio é tudo aquilo que contrapõe a vontade do crescimento da agricultura familiar, porque o agronegócio ele vem para contrapor isso. O agronegócio o que vale é a mão de obra né? E para a agricultura familiar, para quem tá no seu lote, o que vale é a sobrevivência da família né? Com seu pedaço de terra e suas produções. Então, o agronegócio vem contrapor isso, ele não quer que as famílias tenham esta estabilidade de ter seu pedaço de terra, então pra mim o agronegócio é a pior coisa né, que acontece com a gente né? Que é pequeno ³⁵.

Fernandes (2015) analisa que, da lógica do capitalismo fundamentado no campo, na prática mercadológica, torna-se possível negar os camponeses, porém da mesma forma, seria impossível de negar a existência destes e de seus marcos da resistência, através das ocupações, protestos, mobilizações e grito por políticas públicas de preservação de seu território.

O agronegócio pra mim, por exemplo, vou falar da agricultura familiar, a agricultura familiar vem para mostrar, para contrapor esse sistema do agronegócio, para mostrar que dá certo né? Dá certo, a nossa vida vem daí né? Da agricultura familiar, das comunidades né? Dentro do campo, e o agronegócio não tem essa visão das comunidades, e dentro do assentamento a visão é forte, talvez o cara é da agricultura familiar, mas, ele tem o pensamento do agronegócio, ai no lote dele ele começa a trabalhar o agronegócio, quando ele vai na mesma linha de produção, só vai para uma linha de produção, porque ai ele também tem pouca terra, e ai onde ele entra e fala ó, não dá pra mim viver, e não dá mesmo, se for para um cara com pensamento do agronegócio viver num lote de dez alqueires ele não vai sobreviver, porque ele parte para uma única fonte de produção e na agricultura familiar tem que lidar com a diversidade de produção que ai se vai fortalecendo ³⁶.

É perceptível analisar, pela fala dos camponeses, que, fortuitamente, o modo de vida do campesinato se distingue de maneira abrupta do que se considera convencional, do que se apregoa como capitalismo na forma consolidada do

³⁴ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

³⁵ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

³⁶ Entrevista realizada com o Camponês4, em 19 de outubro de 2019.

agronegócio. E este sentimento se faz presente também em suas falas, destacando que a terra é lugar de vida, não apenas de exploração.

Eu acho que minha área hoje tá toda em descanso [...] é que tem uma parte que eu penso em desenvolver um projeto nela, porque não dá pra mim, se eu for pensá nela pra pastagem, olhando assim na questão econômica só, eu creio que se metia a máquina lá e fazia isso né? Mas, eu, me dá muita dó de ver cara, aquela matinha lá, a vontade é de desenvolver um projeto com outras culturas dentro dela, enriquecendo ela pra poder manter ela em pé³⁷.

Assim, partindo desta linha de análise, observa-se que a vivência e a coletividade permitem a sustentação e propõem como base de defesa de conflito, tudo que se destina a ameaçar esta heterogeneidade do campo, da produção, do trabalho, da renda e demais fatores que se instauram sobre a ótica da família camponesa.

Porto-Gonçalves (2004, p. 21) considera que:

[...] a injustiça social do próprio sistema impede que todo o esforço feito com recursos em grande parte públicos e, assim, de todos para a construção dessas infraestruturas só beneficie, de fato, uma parcela diminuta de pessoas, quando a mesma estrutura, sem nenhum custo adicional, poderia beneficiar mais gente fosse mais democrática e justa.

Neste caso, por mais que as políticas públicas de acesso e de permanência na terra para o campesinato sejam evidentemente negligenciadas por interesse governamental; por outro lado, a intensa massificação deste mesmo povo, sobre a égide da esperança, leva ao encontro da legitimidade dos movimentos sociais que apoiam a causa da questão da terra em todas as frentes contra todas as contradições existentes. Dessa forma, do enfrentamento à produção do agronegócio e aos latifundiários, também se nega e afronta as grandes transnacionais ligadas à questão da mineração, que teima em aterrorizá-los.

Faço parte do comitê da mineração, e a gente não vê com bons olhos também essa questão aí, de mineração dentro do assentamento, a gente sabe que tem uma parte do assentamento que tem, é uma probabilidade de ser explorada pela mineração, já

³⁷ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

tivemos alguns avanços deles por ai, e a gente conseguiu fazer um debate para eles se afastar né? Mas, tá ativo ainda o debate, a gente não quer que a mineração venha pra cá, a gente sabe que vai causar um tipo de impacto, que não tem ideia do que é, como é que vai ser esse impacto, mas, de forma alguma a gente quer correr o risco, se a gente puder evitar antes de acontecer, a gente é contra a mineração, é contra a mineração no assentamento³⁸.

Percebe-se que o enfrentamento promove uma união dos assentados para um bem comum, a preservação da terra, mas também da vida e do meio ambiente como um todo; o que está em rota de colisão não é apenas sua propriedade, mas uma identidade construída a partir dos laços e conquistas de um território camponês.

Também, importante compreender que as relações do território do campesinato surgiram nos meandros de ocupações e desapropriações de diversas fazendas/latifúndios que não produziam nada, sendo, a posteriori, assegurado o direito de construção de um assentamento, que se marca pelas derradeiras, porém triunfantes, tensões; e também pelas relações de poder, de fatores externos e internos (JESUS, et al, 2013).

Enfim, esse elo entre a produção do campo e a questão da indústria criou uma enorme desigualdade no campo brasileiro, e à deriva disso tudo, uma conflitualidade, que se faz valer desde as criações de políticas públicas até mesmo na questão dos investimentos que cada segmento, neste caso, agricultura campesina e agronegócio, decorre.

Por fim, pensar o campo como marco de resistência significa possibilitar a reflexão acerca de que vivemos de maneira intensa o dinamismo do território, e abertos para compreender, paulatinamente, como cada modo de vida contribui de maneira propícia para o desenvolvimento dos sujeitos, bem como o que cada um proporciona para o crescimento pessoal e intelectual quanto ao conhecimento da empiricidade.

³⁸ Entrevista realizada com o Camponês2, em 28 de outubro de 2019.

4.4 Luta e Resistência Camponesa no Território do Assentamento

A experiência do campo, com questionamentos e problemáticas levantadas para abordagem de alguns sujeitos sociais do Assentamento Roseli Nunes, e a priori, de uma observação no território pesquisado, propõe indagar sobre a importância da luta e da resistência de um povo para a permanência no seu território, da relevância de lutas passadas, bem como das que ainda virão.

Diante de toda a contradição que o capital, na figura do agronegócio, da mineração e de outras formas de expropriação, se propunha a fazer contra as mazelas da desigualdade encontradas no campesinato, percebe-se que cada vez mais precisamos tomar ciência da importância de se ter um coletivo forte, que possa estabelecer as mesmas rotas e objetivos.

No entanto, também é fato que nunca será uma unanimidade entre todos os territorializados, visto que nunca teremos algo totalmente posicionado e, muito menos, se aplicará algo à força. Sabe-se que pontos de discordância são fundamentais, na maioria dos casos, para ocorrer o processo de discussão, de embate e de negação do sistema do capital e, por vezes, isso pode gerar conflitos internos.

A pesquisa empírica, a conversa com os camponeses, a observação do território, todas essas questões foram instrumentos para análise de todo um processo de construção da identidade do Assentamento Roseli Nunes. Assim, para a definição das lutas e da própria resistência camponesa aos fatores que são substancialmente um fator de expropriação do homem do campo.

Desde os pequenos atos até as grandes mobilizações, tudo configura a estratégia de luta dos assentados. Assim, a luta contra o agronegócio, por uma educação voltada para a construção da soberania alimentar, a coletividade das assembleias contra a grande ameaça da mineração, caracterizam enfrentamentos que demonstram a legitimidade dos movimentos sociais presentes no contexto do assentamento e perpassam a importância de políticas públicas, que consagram a labuta do pequeno produtor ou, por melhor definição, a luta camponesa.

Primeiro mineração aqui não! É um grito de ordem que a gente tem, a gente vê que isso vai gerar um grande impacto para a região, tanto

para o município quanto para o assentamento porque a partir do momento que eles chegarem, eles usam uma palavra muito forte que mexe com o sentimento da gente, que é desafeto né? Então imagina essa palavra chega num agricultor, e falar não, se vai ter que ser desafetado daqui cara, então é uma questão muito ruim, então a chegada da mineração não é só problema do Assentamento Roseli Nunes, nem do Santa Helena, nem do Silvio Rodrigues, mas é do Mirassol, de Cáceres, de Mato Grosso e de todo mundo, porque um problema hoje só pro sê ter em mente, um problema de uma mineradora aqui no Mirassol D'Oeste pode contaminar, acabar com a vida no Pantanal né? Então é uma questão que tem que ser pensada, porque não é o fato, de, por exemplo, não quero mineração aqui no Mirassol, mas que ela pode ir lá pro Pontes e Lacerda, pode ir pra Cáceres, essas ações, aonde ela estiver afeta toda uma população, todo um ecossistema de modo geral [...]³⁹.

Detectar as nuances impostas pelo capitalismo, a contradição da distribuição de renda, as dificuldades da assistência técnica, a falta de investimento dos poderes públicos em questões básicas como estradas, creches, posto de saúde, tudo isso abarca problemáticas recorrentes que, ano após ano, os camponeses do Roseli Nunes tendem a enfrentar. No entanto, há outras frentes de mobilização que são permanentes, a própria luta contra os agrotóxicos e contra o agronegócio se estendem derradeiramente em todo o processo de construção do território, organizadas pelos camponeses.

De grande relevância compreender que a questão agrária e sua conflitualidade, assim como a própria perspectiva de resistência do povo camponês, não permanece igual durante os anos, mas, pela compreensão, diga-se que se trata da mesma questão agrária. O que permite refletir é que os elementos estruturais continuam absolutamente da mesma forma, tanto a concentração da terra como o formato da produção, agora tomada pela soja e pela cana-de-açúcar (FERNANDES, 2015). Especificamente para o Assentamento Roseli Nunes, são disputas territoriais e uma barreira para a produtividade ligada à agroecologia praticada neste território.

Oliveira (2007) permite uma análise acerca de que a disputa por terras teve seu ápice à medida que os modelos de produção procuraram atender aos interesses do mercado. Neste caso, considera-se que a condição, quando se trata de políticas públicas e investimentos, de ser camponês e de ser latifundiário se tornou mais evidente.

³⁹ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

Essas prerrogativas vão ao encontro dos relatos realizados pelos camponeses entrevistados, fazendo uma analogia sobre a consolidação do processo de assentamento na terra. Menciona-se que, após a conquista da terra, houve um abandono por parte do poder público, a própria questão da assistência técnica rural para os assentados tem sido infrequente. Foi preciso criar uma entidade não governamental, originada dos movimentos sociais, a FASE, que está ativamente presente no Assentamento e em parceria com o MST, para a frente de combate ao agronegócio, aos agrotóxicos e à mineração.

Em linhas gerais, são evidências que procuram desestabilizar as frentes camponesas, após o surgimento dos empreendimentos relacionados à estrangeirização da produção dos grãos, principalmente em se tratando do Estado de Mato Grosso, em que as produções de *commodities* aumentaram significativamente nas últimas décadas.

De resto, a luta e a resistência dos assentados do Assentamento Roseli Nunes foram construídas progressivamente durante o processo de consolidação. Cabe enfatizar que eram povos oriundos de diversas localidades, sendo o objetivo comum a busca pela terra. Ainda, que, conforme a territorialização deste espaço, a luta pela permanência nele incitou a conflitualidade, bem como a organização moldada nos dias de hoje.

É fato que, neste ínterim, percebe-se que a produção dentro do Assentamento é a mais variada possível, alguns dão preferência à agricultura e à produção da agroecologia, outros conseguem mesclar agricultura e pecuária, outros ainda preferem a pecuária leiteira, e há casos de assentados que lidam apenas e diretamente com produção da pecuária.

No entanto, diante da questão produtiva, é importante compreender a base familiar e a força de trabalho que foram lançadas no lote, com a finalidade de entender a distinção entre o que se dispõe a produzir. Faz-se necessário compreender também a questão da expropriação dos jovens camponeses, seja para cursar uma universidade ou buscar emprego na cidade, a dinamicidade do lote, como a questão da água (ou a falta dela), o relevo (no caso de lotes com muitos morros), entre outros que fazem pender para o que se torna mais fácil e viável.

O importante é salientar que, na medida do possível, os camponeses produzem de maneira contraditória ao que é praticado pelo agronegócio, ocupam

um território onde antes apenas existia um espaço, que permitiu a instalação de um número grande de famílias onde antes havia apenas poucas pessoas. Hoje, a produção, além de tudo, é de vida, de esperança e de oportunidades, como relata o camponês1:

A produção pra mim ela significa a oportunidade de você, é, levar produtos saudáveis para aqueles que não têm acesso, não tem acesso a terra. E a produção, ela é fundamental para podê tê uma vida mais digna e podê proporcionar para outras pessoas também⁴⁰

O objetivo da luta passa por uma questão da igualdade social ou, por melhor definição, a criação de uma nova sociedade, em que todos tenham direito a uma melhor qualidade de vida, independentemente de onde faça morada. Não se apropria da terra para especulação ou como valor de capital, a terra é vida, e dela tem que ser provida o valor do homem, do homem na e da terra (OLIVEIRA, 2001).

A terra sei lá cara, é tudo né? A base da vida é na terra né? Pra mim a base da vida tá na terra, pra mim é tudo, só pra mim não, acho que pra todo mundo né? Mas, é de onde a gente tira o sustento, não sei se a pergunta é essa, é que a gente consegue viver, morar, trabalhar e tirar o sustento da família é em cima da terra né? Então acho que quem valoriza a terra e reconhece o valor da terra, vê que ali ele consegue fazer de tudo a partir da terra né?⁴¹

Ainda enfocando nesta perspectiva da importância da terra para o campesinato, e também a economia de fartura e resistência, a Camponesa2 afirma que:

Terra, terra é vida. Por que a terra é vida? Porque quem tem terra, tem alimento, tem moradia, tem dignidade, terra na realidade é o sopro na vida do ser humano. O ser humano não precisa nem ser muito trabalhador, só dele plantar ali dez ramos de mandioca, ela já sobrevive da terra né? Então terra pra mim é vida⁴².

A terra não pode ser um meio de trocas, ela é como uma mãe que cuida dos filhos, acrescenta outra camponesa entrevistada:

⁴⁰ Entrevista realizada com o Camponês1, em 19 de outubro de 2019.

⁴¹ Entrevista realizada com o Camponês2, em 28 de outubro de 2019.

⁴² Entrevista realizada com a Camponesa2, em 28 de outubro de 2019.

Terra significa, é, uma estabilidade né? Na qual a pessoa tem uma segurança pra nunca passar necessidade de nada, basta querer né? Plantá, produzi, e a terra é isso, é como a mãe que acolhe e cuida dos filhos né? Ela é, a gente não pode ver a terra como um meio de comércio, essas coisas, porque acho que tem que respeitar isso, porque a terra é além disso né? Ela é onde traz a estabilidade para as famílias, segurança. A pessoa que tem um pedaço de terra, nunca vai correr o risco de miséria nem de fome, ele pode passar outros tipos de dificuldade, mas assim, o básico que é viver, bem alimentar, ele vai ter sempre essa segurança⁴³.

Por meio dos relatos dos camponeses sobre a importância da terra e de sua manutenção para o bem familiar e, propositalmente, contrário à égide da economia capitalista, é visível que a questão da igualdade de acesso a ela é primordial para a desconstrução da sociedade de classes. Esta percepção fica mais visível ainda baseando-se no questionamento da vida anterior ao processo de assentamento em uma comparação com a vida atual.

O Camponês2 enfatizou que a vida melhorou positivamente em relação à sua vinda para o campo, no que concerne lazer, educação, saúde, trabalho, alimentação, poder de compra (renda) e moradia. Entretanto, relata que o poder de compra se manteve como no estado anterior, isto é, não cresceu nem diminuiu. Em partes, considera que a vida de assentado e, particularmente, a vida no Assentamento Roseli Nunes é positiva, só que poderia melhorar: “Nem tanto né? Mas, em partes acho que sim, poderia ser melhor⁴⁴”.

No que se refere à questão do futuro, acredita que possivelmente trocará de lugar de moradia, não para a cidade, será para outro Assentamento, onde reside atualmente a filha, convém enfatizar aqui que o casal atualmente vive sozinho no lote. A ideia é vender o lote em que vive e comprar outro para onde pretendem se mudar.

O Camponês4 é categórico ao analisar que a vida teve uma melhora significativa, comparando ao que vivia anteriormente. Para ele, o processo de assentamento e a possibilidade de trabalhar na sua terra é tudo aquilo que sempre sonhou, o Roseli Nunes faz parte dos seus planos futuros.

⁴³ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

⁴⁴ Entrevista realizada com o Camponês2, em 28 de outubro de 2019.

É cara, antes de vir pra cá, a gente não tinha nada, construiu aqui, senão fosse a luta nossa, o MST em si, eu nem imagino onde nós taria, acho que nem estudo nós teria. [...] tem muito a melhorar, mas é, a gente tá aqui né?⁴⁵

Da mesma forma que o anterior, o Camponês1 também acredita que as melhorias são, sem dúvida, para melhor, e a vida dele e, claro, da família, é tudo aquilo que sonhara um dia. A perspectiva quanto ao futuro é, sem sombra de dúvidas, a permanência no Assentamento.

Já para o Camponês3, sua percepção é que houve melhoras para algumas coisas e outras permaneceram iguais, no entanto, avalia que o lazer piorou, por acreditar que não existem muitas atividades de entretenimento dentro do Assentamento. Mas ainda considera sua morada aquilo que sonhava e deseja ficar no Assentamento.

Avaliando também o lazer como um ponto de fragilidade no território do Assentamento Roseli Nunes, a Camponesa2 enfatiza mais os pontos de potencialidade, ao considerar que melhoraram outros aspectos. Considera que a vida que leva em seu lote é o que sempre quis. Porém, para ela, a percepção do futuro é uma incerteza, pois, ao mesmo tempo em que pretende permanecer no Assentamento, também pensa em sair, pelos estudos que poderá propiciar para as filhas durante a faculdade.

Para a Camponesa1, de todas as questões acerca da relação pré e pós-assentado, avalia que quase tudo melhorou: “É nesta comparação melhorou bastante a situação da gente né? É bem diferente né?”, apenas a questão que envolve a saúde permaneceu igual. Considera que a vida no Assentamento é, em parte, tudo aquilo que planejou para sua vida. Não hesita em afirmar que seu futuro é permanecer no Assentamento e não está em seus planos deixar esse território conquistado com tanto labor: “Sempre, sempre ficar aqui, nesta casinha aqui no meio do nada. Não tenho vontade de sair⁴⁶”.

O Camponês5 tem na sua avaliação que tudo melhorou quando se mudou para o assentamento e sua pretensão é permanecer em seu lote. A Camponesa3 também analisa que teve uma melhora na vida, no entanto, observa que lazer,

⁴⁵ Entrevista realizada com o Camponês4, em 19 de outubro de 2019.

⁴⁶ Entrevista realizada com a Camponesa1, em 28 de outubro de 2019.

educação e a moradia permaneceram igual à condição anterior ao assentamento, para ela, a expectativa é de se mudar para a cidade em 15 anos, quando estiver idosa.

O Camponês6 e a Camponesa4 condicionam a melhora em todos os aspectos à vida de pós-assentado, assim como a percepção do futuro é permanecer no assentamento. O Camponês7 avalia que o lazer piorou: “Ah, eu acho que piorou um pouco sim, que aqui antes tinha um campo de futebol que funcionava, hoje não tem mais, funciona os outros joga só pelada mesmo⁴⁷”. Sobre a saúde e o poder de compra, revela que permaneceram iguais, mas, ainda assim, seu desejo é permanecer no assentamento.

Para o Camponês8 e a Camponesa5, na percepção destes, houve quase unanimidade: “Bom, pra mim é o que eu sonhava ter né? possuir uma terra né? e ter minha família né? Pra gente sobreviver bem [...] meu desejo é de ficar no assentamento⁴⁸”. No entanto, a Camponesa5 ressaltou a piora na condição da saúde, ambos têm o desejo de permanecer no assentamento.

Há que considerar que a ocupação da terra simboliza a resistência do campesinato e dos movimentos sociais, permitindo e criando mecanismos da contraposição aos modelos do capital. Essa forma de territorialização permite que o campo continue vivo, pois a produção se baseia no respeito mútuo com o meio natural, demarcando as questões culturais e os costumes (JESUS et al, 2013).

[...] isso é matar a possibilidade da gente sonhar de ter um ar puro, água potável né? Um ambiente livre de contaminação né? Mineração é o atraso do Estado de Mato Grosso né? A gente já teve rompimento aqui no Livramento né? Que está meio abafado porque talvez não tenha a mesma dimensão de Brumadinho em Mariana, mas o impacto vai ser tão problema quanto aquele né? Porque é muito complexo né? O assentamento tá ai pra lutar contra isso e conscientizando as pessoas que não vai ter benefício com isso, ele chega de forma que atropela mesmo né? Todo os modo de vida das famílias e pra eles não importa um assentamento desse né? E nós tem esse assentamento aqui não é só por fato de ser um cara que tem um lote que isso, um lote pra gente é de menos, que a gente continua sem terra, que isso que acho que eles ficam indignados quando a gente fala que a gente é ainda sem terra, porque enquanto

⁴⁷ Entrevista realizada com o Camponês7, em 10 de junho de 2020, com a colaboração do ex-aluno e amigo Fabrício Almeida de Moraes.

⁴⁸ Entrevista realizada com o Camponês8, em 10 de junho de 2020, com a colaboração do ex-aluno e amigo Fabrício Almeida de Moraes.

existir uma pessoa sem terra a gente é sem terra, independente se o cê tem uma parcela onde o cê tá sobrevivendo. Então aqui a mineração, nesse território do Assentamento Roseli Nunes, nós trata esse assentamento como um território porque, pro cê ter mais uma narrativa mais forte em relação, que esse território nós não queremos essa exploração de minérios, que não vai trazer benefício nenhum, e sem contar que vai atrapalhar a produção de alimento saudável né? As escola não vai podê mais acessá esse produto que recebe diretamente do produtor, então pra gente não tem significado nenhum isso, só atraso⁴⁹.

É oportuno analisar que todas as adversidades encontradas nos processos de acampamento, pré-assentamento e assentamento consolidado fazem parte de toda uma trajetória de luta e de resistência camponesa. Partir desta questão é, sem dúvida, acreditar que a cada vitória imposta pelo campesinato sobre as arbitrariedades do capital/agronegócio/mineração remete a uma vitória sempre da coletividade. É olhando para este mesmo horizonte que ficavam evidenciadas novas formas de resistência contra a arbitrariedade do poder público e também do grande capital:

Hoje um comprador interessante é as escolas né? Que é através dos programas né? PA e PNAE, o PA nós não tomo acessando, porque depois do golpe de 2016 pra cá não conseguimos acessá mais, mas foi uma política bem interessante né? Que contribuía muito para muitas pessoas né? Para as questões alimentares, então estamos com o PNAE e as feiras né? E estamos construindo é, um projeto que a gente tá chamando caminhos da agroecologia que interliga é, Pontes e Lacerda, Comodoro, Mirassol D'Oeste, Cáceres e faz essa linha, esse trajeto onde faz as entrega no PNAE em Cuiabá. Ai então nessa linha, a gente tá procurando buscá outros mercados né? Que é através de aplicativos, pra se fazê as vendas online, então, já são formas que a gente tá adotando pra comercialização⁵⁰.

Essas novas formas de busca da sobrevivência e da permanência do povo campesino na terra se equalizam em um momento em que, cada vez mais, é necessário resistir. Resistir a uma política neoliberal, que intenciona cada vez mais dismantelar e desarmar o homem do campo, não o homem do campo latifundiário, mas o homem do campo que tem amor pela terra, que faz dela sua morada e de onde retira sua renda, o homem do campo que preconiza que o valor da terra é

⁴⁹ Entrevista realizada com o camponês1, em 19 de outubro de 2019.

⁵⁰ Entrevista realizada com o camponês1, em 19 de outubro de 2019.

muito superior ao valor do dinheiro, e que a preservação do seu meio natural é muito melhor que a globalização desenfreada a que se propunha.

Diante disso, é preciso ter em mente que viver o campesinato não é apenas viver da/na terra. Este tipo de pensamento é a própria contraditoriedade do capital. Viver o campesinato é ter a certeza e a convicção de que tudo que envolve a questão do território percorre simplesmente o objetivo visto a olho nu, é subjetivo, envolve laços afetivos, sentimentos de reciprocidade (homem com a terra, terra com o homem), de pertença e também de luta e resistência. Dessa forma, a terra está para o campesinato assim como o campesinato está para a terra/território, no mais sublime e subjetivo de seus significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma análise minuciosa, buscou-se trabalhar questões norteadoras para subsidiar a pesquisa, evidenciando as pontualidades para a compreensão da realidade da população do campo e dos camponeses, desde a construção dos espaços, do processo de territorialização, das políticas públicas e dos fatores que estão amplamente ligados ao âmbito da permanência do homem no campo, mediante ferramentas necessárias para que isso ocorra, entre o trabalho, a produção e a renda na base familiar.

Com base nas inquietações, lançaram-se questões com o intuito de instigar a curiosidade e buscar elementos e evidências que pudessem respaldar de maneira científica e empírica a práxis de investigação desta dissertação. Para dar destaque a estas inquietações, algumas problemáticas e algumas hipóteses direcionadoras da pesquisa foram sugeridas.

Diante do que se tratou, foram de suma importância para a compreensão dos conceitos geográficos de espaço, território e suas derivações de territorialidades, desterritorialização e reterritorialização, de trabalho e de renda para a consolidação e interpretação dos dados e análise, permitindo o diálogo com a realidade dos camponeses participantes da pesquisa feita *in loco*.

Da mesma forma, o debate a respeito da questão agrária também foi de extrema importância para o alcance dos objetivos propostos para análise, de maneira a entender de forma sólida sobre as relações que envolvem a questão da terra, tanto no que tange à produção, às relações de trabalho e, principalmente, quanto à renda para a sobrevivência e reprodução social das famílias camponesas, assim como sobre a manutenção econômica do assentamento.

Nestes pressupostos, dando uma linearidade ao que foi proposto na parte introdutória desta pesquisa, com o objetivo de buscar nestas inquietações as repostas às problemáticas, a comprovação das hipóteses levantadas, cabe aqui nesta parte, uma explanação do que foi descoberto em tais investigações.

Em primeiro lugar, compreender a complexidade da presença da agricultura capitalista e sua ameaça para a agricultura campesina no assentamento Roseli Nunes.

O capital, que, transvestido de agronegócio monocultor e da mineração, assombra a soberania do Assentamento. Ambas exercem profundas transformações e pressões na comunidade.

De um lado, o agronegócio impõe, com o seu modelo de produção, o cerceamento do território do assentamento com a monocultura, ameaçando ferozmente a produção agroecológica, verificando-se, assim, a contaminação pelo ar e também pela água.

Por outro lado, a proposta de mineração que, vagarosamente, montou todo um estudo técnico com os levantamentos de tipo de minério que seriam encontrados no território do assentamento, o que propiciou levante da população e ecoou um grito de 'mineração aqui não'. Entretanto, ainda permanece uma ameaça, velada, mas ainda existente e, como contraproposta, uma comissão elaborada pelos assentados busca minar qualquer tentativa de ludibriar os camponeses com promessas banais.

As ameaças são reais e cada vez mais impactantes na expropriação e expulsão dos camponeses de seus territórios. É inevitável não acontecer (ameaças), dadas as circunstâncias de que o capital sempre andou de mãos dadas com o Estado, este sempre sendo favorecido em detrimento aos trabalhadores.

Em segundo lugar, conhecer a relação de produção voltada para a agroecologia que seja livre de qualquer tipo de agrotóxico, mesmo com o assentamento rodeado de latifúndios que utilizam insumos agrícolas em altíssimas quantidades, e, por vezes, alguns próprios assentados que também fazem uso.

Para este ponto, foi essencial compreender o modo de vida camponês, a importância de se abranger a relação do trabalho, da produção e da renda. Fundamental também refletir sobre a importância da coletividade, a preocupação com o meio natural, a formação técnica e social, a grandeza dos movimentos sociais, em especial do MST, pela organicidade, por tornar o território espaço de resistência, de esperança e de luta camponesa.

Frisa-se ainda que, diante das possibilidades de enfrentamento, a produção da agricultura camponesa surge como possibilidade de toda a necessidade que permeia o processo de assentamento. O modo de produção agrícola alinhada à agroecologia permite, sobretudo, uma produção de qualidade que subsidia muito

além da própria família produtora, pois permite abastecer escolas, a periferia das cidades e a mesa da maioria da população da região.

Em terceiro lugar, uma avaliação das políticas públicas para o campo, inferindo sua funcionalidade para a manutenção da vida social e econômica do assentamento pesquisado, considerando, principalmente, o método camponês de produção e o modo de vida das famílias assentadas.

É importante fazer o destaque das políticas de créditos rurais como o PRONAF, que, evidentemente, deu subsídios em partes para os camponeses se instalarem na terra. A menção também deve ser dada ao PNAE e ao PAA, que, desde o ano de 2005, possibilitam o acesso de algumas famílias às chamadas públicas para produção de alimentos, e, ainda, também em partes, influenciaram uma organicidade maior por parte das associações e dos próprios assentados.

Quanto ao PRONERA e suas derivações (PROEJA, PROJovem, PRONACAMPO), estes subsidiaram, com grande valia, as oportunidades de acesso a cursos técnicos e a cursos superiores pelos acampados e assentados.

A avaliação dessas políticas pelos sujeitos que compõem o Assentamento Roseli Nunes são positivas, mas, evidente pensar que, como em outros lugares, a região também carece de habilidade administrativa quanto à gerência destas políticas de maneira correta.

Sobre as questões que vinculam diretamente o governo Federal, percebe-se a eventualidade do desmonte destas a partir do ano de 2016, ficando mais evidente de 2018 para cá, seja através da redução do número e dos valores dos projetos (vide aos comentários não estruturados) dos camponeses do PAA, como também da extinção do PRONERA, que esfacela as oportunidades para o povo do campo.

Ainda, relevante mencionar que todas as práticas de produção são carentes de assistência técnica, uma vez que há uma total ausência destas no interior do assentamento, portanto, ausência do Estado. O apoio ao produtor se faz inteiramente pela FASE, desde as oficinas de formação ao suporte na operacionalização até a produção.

Por último, não menos importante, estimar a importância social e econômica do Assentamento Roseli Nunes para o município de Mirassol D'Oeste, mesmo que tal pontuação não tenha sido desenvolvida ao longo do trabalho.

Importante elucidar novamente que o território do assentamento cobre três municípios da Região Sudoeste, Mirassol D'Oeste (do qual faz parte), Curvelândia (município mais próximo) e São José dos Quatro Marcos. A população do assentamento é estimada em 1200 pessoas, que se movimentam em busca de serviços que não são encontrados na localidade.

Há um impacto grande, pois a população tende a consumir alguns produtos das cidades, fazendo girar a economia delas. Por outro lado, a própria produção do assentamento chega nestas cidades como forma de obtenção de renda para boa parte destes assentados. É um processo de construção social mútua, se o campo não planta, a cidade não janta.

É preciso compreender as necessidades, assim, em relação ao campo e à cidade, um precisa do outro. No entanto, é importante refletir também sobre a questão da posição do camponês enquanto modo de vida e modo produtivo, visto que tal posição deve ser respeitada pela cidade e, mais especificamente, pelos seus governantes.

Dando continuidade à proposta de linearidade, ganham destaque as hipóteses referidas na introdução, com o intuito de dar comprovação a estas no escopo da pesquisa.

Fica evidente, desse modo, ao longo dos capítulos 3 e 4, que as políticas públicas para o campesinato se tornam melhores na questão funcional à medida que prevaleça a organicidade do modo de produção camponês, tendo como resultado o modo de vida.

Categoricamente declarando, esta organização, por parte dos camponeses, torna-se essencial para engrenar nos moldes corretos as políticas públicas destinadas ao campo. É através desta forma de resistir e de pressionar o Estado que se tem a garantia da manutenção do território, conjecturando o estilo de vida que se pretende, a produção que se pretende, a renda, o trabalho familiar e o pleno desenvolvimento do assentamento.

A partir deste alicerce, fomentado principalmente pelo ato de resistir, será possível a geração de renda, produção e trabalho. Pela análise, o Assentamento Roseli Nunes tem no seu cerne estas motivações, pois demonstra por meio dos manifestos, das assembleias, dos levantes, da produção, da educação, que está preparado para o enfrentamento ao capital. Sendo assim, é um território que resiste

às forças opressoras, que vive a terra, não enquanto especulação, mas a terra que bombeia o coração, que impulsiona a vida.

É alentado que todo este processo de construção do território está entranhado no próprio conhecimento do assentado sobre tal condição e, mais longe ainda, na intempérie de saber que o capital está à espreita, que existe a condição de classe social, e que se reconhece enquanto camponês, que resiste ao latifundiário.

Em todo o caso, a partir dessa consciência de classe, intui-se sobre a draga de território do capitalismo, sobre o ato visceral e suas consequências, e prepara para o embate, arma-se, não no sentido literal, mas no sentido simbólico, prepara-se a territorialidade, a identidade, a resistência, a coletividade, a produtividade, a preservação da natureza como *front* ao inimigo.

A proposta de trabalhar com as nuances encontradas no campo alimenta cada vez mais a esperança de dias melhores, a contragosto, diante do *modus operandi* do Estado. Assim, conceber as relações estabelecidas no território do Assentamento Roseli Nunes permitiu dignificar a importância do camponês em relação ao meio natural e de sua própria (re) modelagem de vida.

Reforça-se que o camponês retrata uma construção da contraditoriedade imposta pelas desigualdades sociais e classistas do grande capital, implica compreender que, por meio de todo esse processo, foi possível estabelecer atos de resistência e de luta contra o sistema. Desse modo, ser camponês é muito mais que lavrar a terra e praticar a agricultura. Ser camponês é ser um modo de vida, é prover da sua revolta a resistência necessária para a continuidade no/do campo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de Espaço Geográfico e Território. **Revista Sociedade e Território**. Natal, v. 22, n. 01, p. 46-64, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 10/03/2019.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

_____. Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28 ns 1, 2, 3 e 29, 1998 e 1999. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____; VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, IPEA, 1998.

Estadão Conteúdo. **Agronegócio brasileiro contratou mais de R\$109 bilhões em crédito**, 2019. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agronegocio/agronegocio-brasileiro-contratou-mais-de-r-109-bilhoes-em-credito/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. Ed. 1, Expressão Popular, São Paulo, 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

_____. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 13, n. 16, p.22-32, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>. Acesso em: 17/07/2020.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução Verde e a Apropriação Capitalista**. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Transformação Socioespacial Rural Mediante a Racionalidade Capitalista no Processo Produtivo Agrícola. **Campo-Território. Revista de Geografia Agrária**, v.6, n.11, p.53-74, 2011. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12010>. Acesso em: 25/11/2019.

AZAR, Zaira Sabry. Campesinato e Questão Agrária no Brasil: Um Debate Teórico-Político. **Anais...** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luiz/MA, 2017.

Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/campesinatoequestaoagrariaumdebateteoricopolitico.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BAIRROS, Thielli. **Empresários do agronegócio buscaram R\$ 5,2 bilhões em investimentos para MT**. Governo do Estado de Mato Grosso, 2020. Disponível em:

<http://www.mt.gov.br/rss//asset_publisher/Hf4xlehM0lwr/content/id/13553326>.

Acesso em: 03 jun. 2020.

BALBUENA, Ronilson Farias Majjione. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar no Município Mirassol D'Oeste: O**

Caso do Assentamento Roseli Nunes. 2015. 63f. Monografia (Especialização em Residência Agrária). Universidade Federal de Mato Grosso, monografia de Especialização, 2015.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia Geográfica em Questão: Do Chão, Do Alto, Das Representações**. 2014. 512 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014.

_____. **Territorialidades e representações**: perspectivas da cartografia geográfica como representação social e gestão territorial. Relatório do Projeto de Extensão em Interface com a Pesquisa. UFMT: FAPEMAT, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e Ideologia. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 12, n. 14, p.112-124, 2009. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/14/12_bezerra.pdf. Acesso em: 23/10/2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular** Uberlândia, v. 6, n.1, p.51-62, 2007. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 16/09/2020.

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR**. Brasília: INCRA, 2018. Relatório de Gestão. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 20/11/2019.

_____. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Ranking de Produção Agrícola, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12/12/2019.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/SIDRA). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/08/2019.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010** - Características da população e dos domicílios: resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>. Acesso em: 10/10/2019.

_____. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>. Acesso em: 10/10/2019.

_____. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Relatório de Gestão 2009**. Superintendência Regional de Mato Grosso: CONAB, 2009. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/auditorias/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 17/06/2020.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Art. 19. **Institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2003. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em: 03/06/2020.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca em números**. Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/congresso-de-mandioca-2018/mandioca-em-numeros>. Acesso em: 07/07/2020.

CABRAL, Fabiana Ferreira; CARDOSO, Maialu Antunes; SEABRA JUNIOR, Santino; TEIXEIRA, Soraia Olivastro. Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso. **Anais... 3º Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável**. Revista de Estudos Sociais, n. 34, v. 17, p. 78-92, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2590>. Acesso em: 21/11/2019.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em: 13/11/2019.

CALDAS, Ana Carolina. **Com o fim do Pronera, Bolsonaro ataca educação dos povos do campo. Brasil de Fato**. Curitiba, 28 de fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo>. Acesso em: 15/06/2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O Pronera: Uma Política Pública de Educação para Inclusão Social da Classe Camponesa. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v. 2, n. 2, p.1-29, 2017. Disponível em:

<http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=64>. Acesso em: 28/11/2019.

_____. A Barbárie Moderna do Agronegócio-Latifundiário-Exportador e suas Implicações Socioambientais. **Agrária**, São Paulo, n. 13, p. 169-195, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45578>. Acesso em 10/10/2018.

CAMACHO, R. S. **O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato**. In: **ANAIS... XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p 1-34. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <https://googl/odKQMu>. Acesso em: 09/09/2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio (Orgs.). **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>. Acesso em: 08/07/2020.

CARDOSO, Elisa dos Santos; PEDRI, Eliane Cristina Moreno de; YAMASHITA, Oscar Mitsuo. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Revista Nativa**. Sinop, v. 6, n. 2, p.124-133, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/4523>. Acesso em: 10/06/2020.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Albejamere Pereira de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SANTIAGO, Jozane Lima; MATOS, Raimundo Barbosa; PINTO, Ilzon Castro. Os Sistemas Agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. **ACTA Amazonica**. v. 39, n. 2, p. 279-288, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aa/v39n2/v39n2a06.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.

COCA, Estevam Leopoldo de Freitas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano. 18, n. 26, p. 165-182, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp/index.php/nera/article/view/3575/2912>. Acesso em: 18/11/2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v.22, n. 1, p. 165-180, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>. Acesso em: 21/06/2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. Ed. 7, São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares. **Rev. GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 1 n. 2, p. 25-56, 2010. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/18>. Acesso em: 10/05/2018.

COSTA, Ricardo da Silva. **Resiliência camponesa e atos territoriais em espaços reocupados pelos interesses do setor sucroalcooleiro**. Tese, 305 f (Doutorado em Geografia. Tupaciguara-MG. 2019.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>. Acesso em: 10/10/2019.

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 9, n.1, p. 35-62, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643/1579>. Acesso em: 19/10/2019.

_____. A Resistência Camponesa para além dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 11, n. 10, p. 08-32, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406/1387>. Acesso em: 21/11/2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; TARLAU, Rebecca. Razões para mudar o mundo: A Educação do Campo e a contribuição do PRONERA. **Revista Educ. Soc.** Campinas, v. 38, n. 140, p. 545-567, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000300545&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08/06/2020.

_____. Políticas Públicas, Questão Agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHINEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

_____. A Territorialização do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Brasil. **Revista Nera**, n. 1, p. 01-43, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 10/11/2018.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campeinato e Territórios em Disputa**. Ed. 1, São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Universidade Estadual Paulista, 2008b. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em: 10/10/2018.

_____; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www2.ftc.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

FELIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma Breve Discussão em Torno do Conceito de Campesinato**. UFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2010.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

FERRO, Almir de Souza; VECHI, João Batista de. Contextualização da Agricultura Familiar em Mato Grosso. **Anais... 2 Oficina de concertação Estadual de Mato Grosso**. EMBRAPA, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1354377/2109296/Documento+base+CONTEXTUALIZA%C3%87%C3%83O.pdf/247bf759-27f9-4b4e-afad-1aa6cabd18d4?version=1.0>. Acesso em: 04/04/2020.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SANTOS, Maurinho Luiz dos; LIMA, Jandir Ferreira de. Importância do Agronegócio para o crescimento econômico de Brasil e Estados Unidos. **Gestão & Regionalidade**. v. 28, n. 82, p. 05-17, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/7127/importancia-do-agronegocio-para-o-crescimento-e--->. Acesso em: 01/02/2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha Para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. **Anais... XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 1-13, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf. Acesso em: 27/11/2018.

GERALDI, Juliano. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 155-186, 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/318>. Acesso em: 13/12/2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins [Online]**, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/10446>. Acesso em: 14/10/2019.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (Agri) cultura cerradeira e o agronegócio: Olhar alerta e grito de conservação! In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRISA, Catia. Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Meios de Vida: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Anais... 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre,

2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>. Acesso em: 13/11/2019.

HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do Século XX: Memórias e Relatos sobre a Ocupação da Cidade de Mirassol D'Oeste**. 2003. 173 f. Dissertação (Mestrado em História), UFMT, 2003.

JESUS, José Novais de; CALAÇA, Manoel; SILVA, Lorraine Gomes da. O Território Camponês em Construção: Utopias e Contradições. **Revista Territorial - Goiás**, v. 2, n. 2, p. 211-229, 2013.

A partir daqui não deu tempo para analisar. Todos os artigos de revistas o negrito é o nome da revista, tem que ter o número de páginas do artigo antes da data e tem que ter o endereço eletrônico (Disponível em: Acesso em:)

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LEFF, Enrique. Agroecologia e Saber Ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51. 2002. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 08/06/2020.

LEMOS, Silvana Maria de; LIMA, Irenilda de Souza. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 69-92. 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-programa-de-aquisiao-de-alimentos-paa-como-politica-publica-para-a-agricultura>. Acesso em: 30/11/2019.

LENHARO, Acir. **A Sacralização da Política**. 2. Ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986a.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Desafios para Inclusão dos Produtos da Agricultura Familiar na Merenda Escolar de Itapeverica da Serra-SP**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas), Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/Dissertacoes/Jane%20Mary%Albinati%20Malaguti%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 18/11/2019.

MATO GROSSO. **Crédito Fundiário**. Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF, 2020. Disponível em: <http://www.seaf.mt.gov.br/pncf>. Acesso em: 13/06/2020.

MARTINE, George. **A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?** Lua Nova, nº 23, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Edição Ridendo Castigat Mores, 1999.

MELO, Danilo Souza; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Uma Análise das Ocupações de Terras em Mato Grosso de 2000 a 2012**. *Anais... 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*. Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2014/cd/p47.pdf>. Acesso em: 13/10/2018.

MENDES, Marcelo Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; MACHADO, Tamires da Silva. O programa de aquisição de alimentos como indutor da soberania alimentar. *Mercator*, v. 18, e18024, p. 1-15. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v18/1984-2201-mercator-18-e18024.pdf>. Acessado em: 29/05/2020.

_____. **Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso**. 2017. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

MIRASSOL D'OESTE. **Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do “Complexo Nascentes do Pantanal”**. Plano Municipal de Saneamento Básico de Mirassol D'Oeste – MT, - V. I, MT, 2016. P. 251.

MONTEIRO, Marcelo Cardoso; SILVA, Gabriella Goulart; SALES, Jepherson Correia. **Os Mosaicos de Paisagens do Cerrado e as Identidades Territoriais**. *Anais... XXVI Encontro Nacional de Geografia Agrária: UFGD*, 2018.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas Ambientalistas à Revolução Verde**. *Anais... X World Congresso of Rural Sociology*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/292380/mod_resource/content/0/176-432-1-PB.pdf. Acesso em: 22/11/2018.

MORENO, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso. *Geosul*, Florianópolis, v.14, n. 27, p. 67-90, 1999.

NASCIMENTO, Alani Pereira Paula do; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; MIRANDA, Pamela Rodrigues. Dimensão do PIB do Agronegócio na Economia de Mato Grosso. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.38, nº 4, p. 903-930. 2018. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/3781/3953>. Acesso em: 29/09/2018.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária. *Revista Nera*. Ano 29, n. 37, p. 13-27. Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4029>. Acesso em: 23/06/2020.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Trabalho Assalariado e Campesinato: Uma Etnografia com as Famílias Camponesas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 241-268. 2013. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000100010. Acesso em: 23/05/2020.

NUNES, Maria Aparecida; GATTI, Flavio; SOBRINHO, Rosangela Alves. **Políticas Territoriais e Desenvolvimento Regional no Estado de Mato Grosso**. 2008. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/149.pdf>. Acesso em: 10/10/2019.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Uma Breve Reflexão Sobre a Expansão do Agronegócio e os Territórios em Disputa em Mato Grosso do Sul**. **Anais... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1469_1.pdf. Acesso em: 18/10/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 13/11/2018.

_____. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro**: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, 2001.

OLIVEIRA, Siumara Santos; ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes. Do Latifúndio ao Assentamento: Recriando a Agricultura Camponesa no Mato Grosso. **Agriculturas**. V.11, n. 2, p. 21-24. 2014. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/o-latifundio-ao-assentamento-recriando-a-agricultura-camponesa-no-mato-grosso>. Acesso em: 24/11/2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da Renda Camponesa da Terra no Contexto da Monopolização do Território pelo Capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Seção Três Lagos, v. 1, n. 1, p. 05-20 2004. Disponível em: http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/artigos_eliane/26.%20sujeicao%20da%20renda%20camponesa%20da%20terra.pdf. Acesso em: 25/06/2020.

PEREIRA, João Marcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, Poder e Lutas Sociais no Campo Brasileiro: Do Golpe à Apoteose do Agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**. V. 18, p. 73-111 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11098/7920>. Acesso em: 10/01/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. P. 27-64.

RAFFESTIN, Claude. A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidade**: Teorias, Processos e Conflitos/ Marcos Aurélio Saquet, Eliseu

Savério Sposito (Orgs.). Ed. 1. São Paulo: Expressão Popular. Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A Ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Revista Nera**. Ano 8, N. 6, p. 46-58, Presidente Prudente, 2005. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1464>. Acesso em: 15/03/2019.

REIS, Samira Daniele Gardziulis Maia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: o PNAE na Região do Alto Tietê-SP**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política), Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29112016-170051/publico/samira.pdf>. Acesso em: 17/11/2019.

RIBEIRO, Cristiane Gonçalves. **Vozes da Juventude: Práticas e Aprendizados de Jovens No Processo Socioespacial de Recriação Camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol do Oeste-MT**, 2019, 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019.

ROSS, Djoni. **A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense**. **Anais...** XIII Jornada do Trabalho. CEGeT, Presidente Prudente, 2012. Disponível em:
<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/16.pdf>. Acesso em: 20/06/2020.

SANTANA, Alex Tristão; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada**. Vol. 10, n. 2, p. 1-13, 2009. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1700>. Acesso em: 27/06/2020.

SANTOS, Maria Aparecida Martins dos Santos; CANTARUTTI, Daniel Christante; SOARES, Giovana Carolina de Souza Oliveira; PEREIRA, Gabriel; FELICIANO, Carlos Alberto. **A Subordinação do Trabalho e da Renda dos Camponeses Assentados: A Dinâmica de Produção de Pepinos no Pontal Paranapanema – SP**. 2018. Disponível em:
https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/3/8_Maria_Santos.pdf. Acesso em: 09/09/2019.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica**. Universidade de São Paulo, 1988. Disponível em:
<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/67/67>. Acesso em: 09/09/2018.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**. V. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549>. Acesso em: 03/12/2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidade: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SCHULTZ, Claudio; AHLERT, Alвори. O PRONAF como Política Pública de Apoio à Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso do Município de Maripá – PR. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR** – v. 16 – n. 30, p. 77-94, 2016. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/15611>. Acesso em: 19/11/2019.

SENA, Daniel Ricardo da Silva; GALVANIN, Edinéia Aparecida dos Santos; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Os desafios e a realidade da agricultura familiar de Pontes e Lacerda no contexto do programa de aquisição de alimentos. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. V. 12, n. 26, p. 238-264, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38083>. Acesso em: 18/07/2020.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. IN: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campepinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Fabiana Matos da. **Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) e a Promoção do Desenvolvimento Regional: O Caso de São Luiz do Paraitinga-SP. Anais...** XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigo14/5620143.pdf>. Acesso em: 18/11/2019.

SILVA, Paulo Adriano Santos. **Território: Abordagens e Concepções**. Boletim Dataluta, Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

SILVA, Suelen Aparecida Duarte; COSTA, Márcia Helena Batista Côrrea da; GUIMARÃES, Sandra Meire. Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar: Aspectos Conceituais. **Revista Acadêmica Conecta Fasp**. V. 1, n. 1, p. 1-19, 2016. Disponível em: <http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/view/4>. Acesso em: 12/11/2019.

SILVA, Paulus Vinicius da; GRZEBIELLUCKAS, Cleci; SANTOS, Josiane Silva Costa dos. Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT. **Revista Nera**, v. 22, n. 49, pp. 168-188. Presidente Prudente, 2019.

SILVA, Tânia Paula da. **Territórios de Esperança: O Processo de Recriação Camponesa em Cáceres**. 2014. Tese, 213 f (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2014.

_____; ALMEIDA, Rosemeire A. de; KUDIAVICZ, Mieceslau. Os Assentamentos Rurais em Cáceres/MT: Espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Seção Três Lagoas/MS. Ano. 8, n, 15, p. 62-82, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/607>. Acesso em: 04/02/2019.

SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes; ROSSETTO, Onélia Carmen; SOUZA, Sebastião Ferreira. Políticas públicas para a educação do campo em Mato Grosso – Brasil. **Revista Mato-Grossense de Geografia**. V. 17, n. 1, p. 139-158, Cuiabá, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/1659>. Acesso em: 26/08/2020.

SOUZA, Alessandra Silva de. Um Debate Acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: Um Desafio de Percepção e de Prática. Ou, De que Lado é o Meu Quintal? **Revista Pegada**. Vol. 10, n. 1, p.113-133, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1682/1617>. Acesso em: 25/08/2020.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. ScriptaNova. n. 93, 15 de julho de 2001.

SUZUKI, Júlio César. Campo Cidade no Brasil: Transformações Socioespaciais e Dificuldades de Conceituação. **Revista Nera**. Ano 10, n. 10, p. 134-150, 2007. Disponível em: <http://mstemdados.org/site/default/files/1429-4137-1-PB.pdf>. Acesso em: 15/09/2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002.

TEIXEIRA, Gerson. **Agravamento do Quadro de Concentração da Terra no Brasil?** Boletim Data Luta. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2011.

TERRA, Ademir. Evolução Histórica da Categoria Geográfica Território e a sua Atual Multiplicidade Interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**. N. 31, vol. 1, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7438/5498>. Acesso em: 14/04/2019.

THOMAS JUNIOR, Antonio. Degradação e centralidade do trabalho. **Revista Pegada**. Vol. 13, n. 2, p. 04-19, 2012. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2021>. Acesso em: 08/08/2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: Uma História de Resistência. RESR, Piracicaba - SP, vol. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.

WOORTMANN, KLAAS. **Com Parente não se Neguceia**: O Campesinato como Ordem Moral. Editora e Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.